



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Thiago de Souza Junior

**A trajetória de Basílio de Magalhães: raça e educação na formação do  
Brasil**

São Gonçalo

2016

Thiago de Souza Junior

**A trajetória de Basílio de Magalhães: raça e educação na formação do Brasil**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S729

Souza Junior, Thiago de.

A trajetória de Basílio de Magalhães: raça e educação na formação do Brasil / Thiago de Souza Junior — 2016. 159f.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Magalhães, Basílio de, 1874-1957 – Teses. 2. Educação – Brasil – História – Teses. 3. Raça e sociedade – Teses. I. Reznik, Luís. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDU 37(81)(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Thiago de Souza Junior

**A trajetória de Basílio de Magalhães: raça e educação na formação do Brasil**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Luís Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ângela de Castro Gomes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2016

## DEDICATÓRIA

À Maria Aparecida (*in memoriam*)  
À Família e amigos, pelo apoio constante.

## AGRADECIMENTOS

É interessante observar que, num trabalho de conclusão de curso, a parte dos agradecimentos é um dos primeiros lugares onde o autor se coloca, porém, pelo menos comigo, é a última coisa que faço antes de “finalizar” o trabalho. E isso se deve – não necessariamente – ao fato de que, ao fazê-lo, estou menos tenso: procedo assim, para minimizar o risco do esquecimento. Agradecer às pessoas que durante o longo tempo de pesquisa nos acompanharam e nos deram forças é um momento que exige uma delicadeza e sensibilidade litúrgica para eternizá-los em nossa vida. Por isso, é também um importante momento para registrar nossos pedidos de desculpas. É lugar do nosso Ato Penitencial pelos abandonos forçados, pelas ausências e furos para com aquelas pessoas que nunca me deixaram ao longo dessa caminhada.

Pela realização de mais essa etapa, devo toda honra e gratidão a Deus. Por Ele, todas as coisas se realizaram. Nos momentos mais difíceis, como quem pega o filho pelo braço, amparou-me e consolou-me, colocando ao meu lado pessoas que me fizeram acreditar, cada vez mais, que Deus é Deus e que seu plano na vida do homem não se frustra.

Dedico um carinho muito especial a três pessoas com quem pude contar desde que eu, ainda, estava sendo gerado: meus três pais – Maria Aparecida (Cida) e Luiz (*in memoriam*), e Tereza, minha mãe biológica. Com eles, aprendi tudo que sei sobre os atributos que são inerentes ao homem: o respeito ao próximo; a preservação do bom caráter, mesmo ante as adversidades; a autenticidade. É impossível falar dessas pessoas sem deixar que a visão se turve com as lágrimas. A Cida, que mesmo sem ter a oportunidade de ocupar os bancos escolares devidamente (aliás, nenhum dos três), sabia o valor da educação e nunca me deixou perder uma aula no Ensino Fundamental e Médio. Ela que mal pode receber a notícia de minha aprovação no vestibular para uma universidade pública, atendeu ao chamado do Pai, em minha segunda semana na graduação.

Minha eterna gratidão...

Às minhas irmãs, Aline e Luciana, por todo o carinho, companheirismo e cuidado dado a esse caçula.

À minha amicíssima, Cristiane Faria, quanto carinho e gratidão a essa criatura que a vida se encarregou de tornar irmã.

Às amigadas constituídas no decorrer de minha graduação e que levarei por toda a minha vida: Luceny Ramos e Priscila Pereira, que num ápice de loucura quis ser minha afilhada.

Ao Thiago Rodrigues, vulgo “Nem”, que, desde a graduação, tem me encorajado, dado preciosas sugestões e proporcionado boas risadas. Às amigadas tecidas nesses dois últimos anos: Adauto Tavares, Danielle Rodrigues (#ALoka), Diego Deziderio (Diego Prezi) e Virgínia Goudinho. Pessoas que me ensinaram a tirar proveito dos momentos cruéis e que mostraram ser desnecessário o uso de portas num hotel, quando estamos no mesmo andar. Obrigado a vocês pela amizade e por todos os momentos de descontração e partilha.

À Maria de Lourdes Graco e Bárbara Adriana, que sempre me dão forças e são exemplos de coragem. Agradeço por me fazerem refletir com mais profundidade sobre nossas angústias pessoais e profissionais.

À Alaize Conceição, pela amizade e – como ela acertadamente disse – reencontro que o universo do axé nos proporcionou. À sua família, pelo carinho e cuidado.

Ao Anderson Bandeira, um ser cheio de luz, que tem descoberto e entendido com muita maestria cada defeito meu. Por tolerar um mau humor que nem eu mesmo toleraria. Pela cumplicidade e por me fazer sair de casa – mesmo quando as tarefas acadêmicas faziam de tudo para me aprisionar – só para relaxar um pouco. E peço desculpas pelos momentos de ausência.

Ao professor Luís Reznik, pela confiança creditada e amizade. Pelas conversas descontraídas que fizeram quebrar uma distância, pela brilhante e competente orientação. Agradeço por me encorajar e acreditar na minha capacidade, sobretudo, ante às minhas inseguranças.

Agradeço aos queridos mestres – no melhor e mais profundo sentido da palavra – Ângela de Castro Gomes e Marcelo Magalhães por aceitarem fazer parte das bancas de qualificação e defesa do mestrado. Tenho que agradecer pelas riquíssimas contribuições que fizeram para o melhor desenvolvimento desse trabalho, tanto nesses dois momentos quanto nos nossos encontros pelos corredores e seminário. À Ângela, que tive a honra de ser aluno na disciplina externa “História, historiografia e ensino de história” que ministrou na UNIRIO, durante o segundo semestre de 2014. Tenho que fazer um agradecimento especial por ser uma brilhante intelectual despida das vaidades acadêmicas. A essa grande intelectual, dona de uma humanidade e uma didática incomparável, meu respeito e profunda admiração.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por tornar possível a realização dessa pesquisa, deixo aqui o meu agradecimento.

Para muitos, infelizmente, é melhor “assimilar-se” à cultura dominante do que expressar o desejo de “centrar-se” em sua origem africana.

*Mark Christian*



## RESUMO

SOUZA JUNIOR, Thiago de. *A trajetória de Basílio de Magalhães: raça e educação na formação do Brasil*. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

A pesquisa busca compreender as percepções que Basílio de Magalhães (1874-1957) formulou sobre a ideia de raça e o papel que cada uma das principais matrizes étnicas desempenhou na formação sócio-histórica do Brasil. Para isso, tomamos a narrativa de sua trajetória como estratégia para pensá-lo como agente formador e formado num tempo de intensos e acirrados debates sobre os elementos que dariam os contornos da identidade nacional. Polígrafo e republicano convicto, Basílio de Magalhães foi um intelectual com múltiplas inserções nas diferentes e importantes redes de sociabilidades do país. Marcando o início de sua trajetória profissional com a atividade jornalística, nos anos 1880 e 1890, Basílio conquistou a legitimidade de seus pares, ao longo da primeira metade do século XX, com a docência e vasta produção bibliográfica desenvolvida, especialmente, no campo da história, geografia e do folclore. Tomando como referência teórica as formulações tecidas no campo da História Cultural e Política, este trabalho toma de empréstimo categorias como cultura histórica e cultura política (mas não só elas) para refletir sobre as percepções que Basílio de Magalhães tirava acerca da “modernização” da sociedade, cujo caminho passava necessariamente pelos bancos escolares. Nessa perspectiva, nosso trabalho recorre ao seu livro *O grande doente da América do Sul* (1916) e analisa o didático, **História do Brasil (3ª série)** para compreender a articulação que desenvolveu entre o aspecto racial e a educação e a importância dessa equação na construção de um país “moderno” e as possíveis implicações (e contribuições) no debate de redefinição que passavam as dimensões estruturantes da identidade nacional.

Palavras-chave: Basílio de Magalhães. Sociabilidade Intelectual. Ensino de História. Identidade Nacional. Raça. Livro Didático.

## ABSTRACT

SOUZA JUNIOR, Thiago de. *The trajectory of Basílio de Magalhães: race race and education in the formation of Brazil*. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

The research attempt to understand the perceptions that Basílio de Magalhães (1874-1957) formulated on the idea of race and the role that each of the main ethnic matrices played in socio-historical formation of Brazil. For this, we take the narrative of his career as a strategy to think of it as forming agent and formed in a time of intense and heated debate on the elements that would give the contours of national identity. Polygraph and Republican, Basilio de Magalhães was an intellectual with multiple insertions in different and important sociability networks. Marking the beginning of his career with journalism in the 1880s and 1890s, Basílio won the legitimacy of his peers, during the first half of the twentieth century, with teaching and wide developed bibliographic production, especially in the history of the area, geography and folklore. Theoretically grounded formulations in the area of Cultural History and Politics, this work has borrowed categories as historical culture and political culture (but not only them) to reflect on the perceptions that Basílio de Magalhães took on the "modernization" of society whose path necessarily passed by the school. In this perspective, our work relies on his book "O grande doente da América do Sul (1916)" and analyzes the textbooks, History of Brazil (3rd grade) to understand the relationship that developed between the racial aspect and education and the importance of this equation in building a country "modern" and the possible implications (and contributions) in the redefinition of debate that passed the structural dimensions of national identity.

Keywords: Basílio de Magalhães. Intellectual Sociability. Teaching History . National Identity. Race. Textbooks.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Programa Curricular da Escola Normal de São Paulo, 1893 .....	50
Quadro 2 –	Grade Curricular dos Ginásios de São Paulo, 1900 .....	52
Figura 1 –	<i>Quadro de História Pátria</i> , 2ª ed., 1919 – Capa .....	104
Quadro 3 –	Pontos do Programa Oficial, de 1931, para o ensino de História da Civilização .....	118
Figura 2 –	<i>Índios brasileiros</i> .....	121
Figura 3 –	<i>Chefe Tupinambá</i> .....	121
Figura 4 –	<i>Armas indígenas</i> .....	122
Figura 5 –	<i>Lutas de aimorés</i> .....	122
Figura 6 –	<i>Africanos</i> .....	124
Figura 7 –	<i>História da Civilização (5ª Série)</i> – Capa .....	133
Figura 8 –	<i>História Geral (1ª Série)</i> – Capa .....	134
Figura 9 –	<i>História do Brasil (3ª Série)</i> – Capa .....	135

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACM	Associação Cristã de Moços
AN	Arquivo Nacional
ANPUH	Associação Nacional de História
APL	Academia Paulista de Letras
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DHGEB	Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
LIVRES	Banco de Dados Livros Escolares, Brasil
PNE	Plano Nacional de Educação
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PRR	Partido Republicano do Rio Grande do Sul
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>ENTRE HOMENS E INSTITUIÇÕES: FORMAÇÃO, PRODUÇÃO INTELLECTUAL E SOCIABILIDADE DE BASÍLIO DE MAGALHÃES</b>	22
1.1	<b>Barroso, onde tudo começa</b> .....	26
1.2	<b>Trajatória cruzada de um intelectual pouco lembrado</b> .....	36
1.2.1	<u>A atividade de um “mineiro apaulistado”</u> .....	39
1.2.2	<u>“Do magistério, um sacerdócio”</u> .....	46
2	<b>UM “MINEIRO APAULISTADO” NA CAPITAL FEDERAL: TRAJETÓRIA E O PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL DE BASÍLIO DE MAGALHÃES</b> .....	59
2.1	<b>Não só dos livros, mas são das boas relações que vem o sucesso intelectual</b>	60
2.2	<b>“Entre palmas e flores”: a consagração do “mineiro apaulistado” no IHGB</b> .....	69
2.3	<b>Uma nova trajetória ou uma nova paisagem?</b> .....	74
2.4	<b>Doença se cura com remédio, mas com qual remédio seremos curados? ....</b>	81
3	<b>RAÇA E LIVRO DIDÁTICO: ELEMENTO E FERRAMENTA CONFORMANDO IDENTIDADE</b> .....	97
3.1	<b>Um Professor-autor</b> .....	100
3.2	<b>Um instrumento de divulgação do saber histórico e um documento histórico</b> .....	107
3.3	<b>O papel dos elementos étnicos na formação do Brasil</b> .....	116
3.4	<b>A capa</b> .....	129
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142

<b>ANEXO A</b> – Quadro sincrônico e diacrônico das principais ocorrências na trajetória de Basílio de Magalhães: formação, filiações, atividades e produção intelectual .....	152
<b>ANEXO B</b> – Explicação autobiográfica de Basílio de Magalhães que antecedeu sua conferência sobre “O bandeirismo paulista”, em sessão realizada no IHGSP, em 20 de março de 1914.....	153
<b>ANEXO C</b> – Produção Didática de Basílio de Magalhães (e suas reedições) por ordem cronológica .....	156

## INTRODUÇÃO

De antemão, queria tomar a liberdade de usar o espaço para narrar ao leitor como se deu o interesse em desenvolver uma dissertação sobre Basílio de Magalhães, antes de efetivamente introduzir seu conteúdo aos que nos prestigiarão com sua leitura. Neste caso, adotarei uma escrita que exprima a personalidade, portanto, tecerei uma narrativa na primeira pessoa do singular, talvez isso permita uma melhor interação entre mim e você.

Ao longo desses dois últimos anos em que estive mestrando e que apresentei algumas comunicações e trabalhos sobre minha pesquisa, no início ou ao término, o mediador ou os colegas que me assistiam interpelavam-me nos seguintes termos: Como você chegou ao Basílio de Magalhães? Ou ainda: por que Basílio de Magalhães? Sempre que oportuno essas indagações vinham à tona. Tratando-se de um público que já conhecia o autor ou ao menos já teria ouvido falar – sobretudo quando se tratava de encontros entre os que dedicam ao Ensino de História ou da história intelectual no Brasil – as questões não demonstravam sinais de insignificância ao lugar de Basílio de Magalhães na história da historiografia nacional. Mas muito pelo contrário! As perguntas eram feitas em tom de surpresa e congratulação, não necessariamente ao trabalho, mas pelo fato de um intelectual e político que teve sua importância, especialmente da primeira metade do século XX, ainda era pouco estudado.

Certamente, quando falava da pesquisa que desenvolvia, não me remetia somente aos que já conheciam Basílio de Magalhães, fossem por abordá-lo em seus estudos ou por conhecê-lo através de leituras que faziam referência a ele. Havia os que nunca tiveram contato com Basílio de Magalhães, nem de ouvir dizer. Neste caso, a pergunta era outra: quem foi Basílio de Magalhães? Aí, diferente daquela primeira situação, eu deveria “sair de cena” para dar lugar ao real protagonista da pesquisa. Respondida a pergunta e, algumas vezes, os “recém-conhecedores” de Basílio recorriam às mesmas questões feitas pelos “conhecedores”.

Tendo em vista essas duas situações, de interpeladores distintos, mas com questões bem similares, quero inicialmente, e por um breve momento, falar desse meu interesse por Basílio de Magalhães – que também me era desconhecido – tecendo, portanto, uma resposta às primeiras questões do “como?” e “por quê?” que me foram feitas.

Na qualidade de graduando em História, desta mesma universidade, ingressei, em 2009, num projeto de pesquisa chamado “Autores e livros didáticos de História em diferentes esferas de produção (1940-1980)”, coordenado pela professora Helenice A. B. Rocha, e nele permaneci por todo aquele ano. Foi na leitura partilhada com a professora e demais colegas do

grupo que tive o primeiro contato com o nome de Basílio de Magalhães. A busca por informações sobre o autor na historiografia já dava sinais que a tarefa seria árdua, tanto pela carência de trabalhos que já havia sido produzido naquela época como por minha pouca experiência e habilidade com os arquivos públicos e seus documentos. Inicialmente, todas essas dificuldades em encontrar vestígios sobre a trajetória do autor, não me instigaram a torná-lo objeto de análise no trabalho monográfico, pelo contrário.

Embora esses poucos indícios sobre o autor pudessem servir como uma boa justificativa para o trabalho monográfico, ter Basílio como objeto de análise me pareceu inviável, tanto por isso, como pelo tempo disponível. No mais, estava encantado e empenhado em perceber as ações sociais e políticas de uma vertente da maçonaria no Brasil, nos anos finais do Império. Obviamente, quase tudo que passa por nossa vida deixa algumas marcas que a memória se encarrega de recordar. Digo isto porque não foram apenas os aparentes problemas documentais que me chamaram atenção durante a pesquisa. Da condição socioeconômica e familiar da infância do autor à sua consagração no meio intelectual foram fatores que também me intrigaram e, sistematicamente, continuaram a me intrigar mesmo depois de formado. É desse período, também, o encontro de alguns bilhetes que Basílio trocou com Max Fleuss que, isolados, pareciam não apresentar os valores que se mostraram no decorrer desta pesquisa.

Foi por esse caminho que cheguei a Basílio de Magalhães: um intelectual de origem humilde, filho do Império, que teve uma incrível ascensão na arena intelectual e política da República. Longe de qualquer ponderação ou rotulação que imprima certa dose de heroísmo na trajetória de Basílio, às vezes aquela justificativa de começar a pesquisá-lo na graduação me parece insatisfatória. Seja como for, eu, depois dessa breve exposição (que não deixa de ser, também, uma confissão), partia para responder a segunda questão: o porquê de ser Basílio de Magalhães. Ao respondê-los, costumava alterar um pouco a pergunta que haviam me feito. Respondia-os com quem tivesse me perguntado: depois de um tempo, o que te fez voltar ao Basílio de Magalhães?

As inquietações vieram a partir de duas leituras feitas, na ocasião, sem muita profundidade dos livros *A integração do negro à sociedade de classe* (1964), de Florestan Fernandes, e *Preto no Branco* (1976), de Thomas Skidmore. *Grosso modo*, o primeiro dizia que o negro quando assumia um dado lugar de destaque na sociedade esquecia suas origens, o segundo, era categórico em afirmar uma postura racista de Basílio de Magalhães. Estas afirmações foram associadas a algumas preocupações particulares e me remeteram àqueles poucos dados que havia recolhido sobre Basílio. Por outro lado, a própria filiação de Basílio



de Magalhães, por Skidmore, ao pensamento racista me pareceu um pouco demasiado, considerando a conjuntura em que viveu.

As colocações dos autores, vistas sob uma perspectiva com evidentes valores subjetivos, me fizeram retornar ao levantamento da produção bibliográfica de Basílio de Magalhães que havia feito quando integrava já mencionado grupo de pesquisa. E a primeira investida quando me pus à frente daquele arquivo em Word, esquecido em meu computador, foi a de indagar como um autor, com tamanha produção bibliográfica no campo da História, é tão pouco estudado. Lembro-me que quando fazia o levantamento sobre sua trajetória, a partir das produções acadêmicas, o trabalho de Jacqueline das Mercês Pinto trazia informações importantes sobre a biografia, mas não atentava para as publicações de Basílio – talvez por fugir aos seus objetivos<sup>1</sup>. Por outro lado, havia uma série de trabalhos que, de certa forma, contemplavam suas edições escolares – sobretudo os que tecem uma análise sobre o Ensino de História ou sobre os livros didáticos – mas dispensavam os aspectos de sua trajetória.

A partir daí, considerei a possibilidade em desenvolver uma investigação que contemplasse a produção escolar de Basílio de Magalhães bem como sua trajetória intelectual, considerando, com isso, as relações que criou com outros intelectuais e instituições. Havia, por detrás disso, um forte interesse em “testar” as ponderações de Skidmore e Fernandes. Para tanto, ao projetar as pretensões dessa pesquisa, servi-me do contexto de vida de Basílio de Magalhães e de suas interações para, inicialmente, amenizar a definição racista que lhe fora atribuída. Em seguida, de sua produção didática para perceber sua análise sobre o encadeamento das relações raciais no Brasil.

Compreendemos que seu pensamento – e, conseqüentemente, a narrativa que dele originava – refletia e recebia influências do debate intelectual de seu tempo e que, portanto, sua origem exercia poucas influências sobre suas ideias. Ou seja, ao analisar sua narrativa, não caberia refutar os vínculos intelectuais e institucionais que ele havia forjado ao longo de sua trajetória. Com isso, essa apreensão serviu para direcionar a inquietação: qual foi a abordagem ou proposta de Basílio de Magalhães acerca das relações raciais presente no debate entre os intelectuais brasileiros quando se pretendeu definir uma raça brasileira? Um debate que, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, apresentou diversos estágios

---

<sup>1</sup> PINTO, Jacqueline das Mercês S. Basílio de Magalhães: Trajetória e Estratégia de mobilidade social (1874-1957). Monografia (Especialização em História de Minas) – UFSJ, São João del-Rei - MG, 2005. O trabalho propõe analisar a trajetória de Basílio de Magalhães, sob a ótica da Sociologia da Educação, tendo como um exemplo de “trajetória atípica de sucesso escolar”. A autora, por essa perspectiva, entende que sua origem, economicamente menos favorecida, e sua raça (mestiço) seriam fatores que indicavam um futuro diferente do que de fato ocorreu.

e (re) significações chegando à década de 1930 com grande valorização do mestiço como legítimo representante do brasileiro.

Daqui, teríamos alguns subsídios para responder a pergunta que me faziam “os conhecedores” de Basílio de Magalhães sem alterá-la: “por que Basílio de Magalhães?”

Na verdade, se esse questionamento me fosse feito antes do desenrolar da pesquisa – dada, especialmente, nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), nos fichários, banco de dados e na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional – a resposta seria outra, no entanto, como as perguntas não foram feitas antes, me resguardarei ao que tenho respondido. Temos advogado – agora passo a me referir no plural, considerando que a pesquisa contou com orientação e indicações de amigos e professores – que a própria trajetória de Basílio de Magalhães apresenta-se como uma importante justificativa para tomá-lo como objeto de estudo. E não só por isso. Como já foi mencionado, apesar de ter desempenhado uma intensa atividade política e intelectual, são poucos e difusos as abordagens sobre sua trajetória e/ou produção, o que tem favorecido, ainda hoje, para sua pouca visibilidade (e até mesmo o desconhecimento profundo em saber quem foi Basílio) no meio acadêmico.

O desenrolar da pesquisa, a análise dos documentos encontrados, o contato inesperado do neto de Basílio de Magalhães – que havia encontrado a comunicação que proferimos no Encontro Nacional de História (ANPUH), em Florianópolis, SC – fizeram-nos experimentar a frase de Tocqueville: “Eu era como um minerador de ouro sobre cuja cabeça a mina tivesse desabado” (TOCQUEVILLE apud SIRINELLI, 2003, p. 244). Não que as fontes documentais fossem muito volumosas, mas delas poderíamos extrair informações valiosas. Os caminhos de entrosamento e filiação de Basílio de Magalhães foram amplos e bastante significativos: tanto pela circularidade e engajamento simultâneos às diferentes associações e projetos como, e conseqüentemente, pelo envolvimento em importantes debates relacionados aos assuntos caros à nação – a construção da identidade, a questão racial, o papel da educação etc. Com isso, um investimento sobre certos aspectos de sua trajetória mostrou-se necessário bem cedo, já que pretendíamos compreender algumas de suas ações no meio social. Na mesma direção, nos levou a optar por conceitos elaborados no campo da Nova História Cultural e Política, ao longo da segunda metade do século XX.

Recorrendo às considerações de Ângela de Castro Gomes, aqui, duas principais questões impõem-se à produção do conhecimento histórico: a primeira, em “repensar os modelos macro-históricos”; e, a segunda, em “considerar a ‘experiência’ dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais” (GOMES, 1998, p.

123). Deste modo e no seio da Nova Histórica Cultural, a sensibilidade dos historiadores aos sujeitos e as suas ações é crucial para a análise histórica de oposição ao modelo macro-estrutural, cujos estudos privilegiarão os atores históricos e seus feitos como objeto de investigação.

Por esse caminho, Gomes destaca o *boom* dos arquivos privados como resultante de uma revalorização do indivíduo e seu papel no processo histórico mobilizado no campo historiográfico pela Nova História Cultural e Política. Essencialmente, essa revalorização das ações dos atores históricos, ou melhor, essa centralidade atribuída às suas experiências (entendida num “jogo” relacional com os outros e, conseqüentemente, com seu contexto) ao lado da exigência documental, como requer a prática historiográfica, estimulou, segundo a autora, uma crescente busca pelas fontes privadas e, conseqüentemente, ações técnicas de preservação, organização e disponibilização desses arquivos por instituições de guarda.

O interesse pela biografia, pela análise das trajetórias dos intelectuais, integra o conjunto de proposições que se relacionam à crise paradigmática dos modelos estruturalistas e globalizantes dos anos 1960-70, para compreender a relação entre homem e sociedade. É sob essa perspectiva que propomos o exercício de relacionar as atividades de Basílio de Magalhães com o meio e com o outro, percorrendo sua trajetória intelectual e política. Buscamos, com isso, contextualizar e, de certa forma, reconstruir o espaço sócio-intelectual que ambientou sua produção historiográfica, fosse para o público escolar ou não.

Portanto, mesmo que nos fosse possível, não é nosso propósito encaminhar esse trabalho pretendendo uma narrativa de gênero biográfico, tal como aquelas que têm ocupado vertiginosamente as estantes das livrarias. O texto que se segue é a tentativa de narrar a trajetória intelectual de Basílio de Magalhães constituída a partir de certos “acontecimentos biográficos” e sua relação com o meio – isto é: sua vinculação aos diferentes espaços de sociabilidade. É importante, desde já, ponderar que o leitor verificará alguns saltos temporais – para frente e/ou para trás – na trajetória do autor. Trata-se, antes de tudo, de uma estratégia arbitrária para dar um encadeamento coerente a nossa narrativa (e não à vida do autor) que selecionou apenas alguns “acontecimentos biográficos” considerados pertinentes ao interesse desse trabalho.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Considerando a ampla mobilidade geográfica do autor e suas múltiplas colocações e tarefas no campo intelectual e político, algumas dessas ocorrências estão elencadas no Anexo A. Nele, a diagramação do quadro pretende possibilitar uma leitura diacrônica e sincrônica dos principais acontecimentos ao longo da trajetória de Basílio de Magalhães.

Por outro lado, a própria escolha desses acontecimentos concebeu um trabalho organizado segundo as colocações de Basílio de Magalhães no tempo e no espaço. Isso significa dizer que, ao emprendermos uma pesquisa e escrita sobre esse intelectual e suas múltiplas inserções no meio social, chegamos, de modo geral, a um trabalho cuja narrativa esboça uma estrutura linear, mas que não encara a trajetória do autor como um todo ordenado onde as realizações de suas ambições eram previsíveis e sem enfrentamento.

Assim, o primeiro capítulo – “Entre homens e instituições: formação, produção intelectual e sociabilidade de Basílio de Magalhães” – traz uma abordagem sobre os anos iniciais de Basílio de Magalhães – o problema da paternidade e as influências que isso teve na sua trajetória escolar das Primeiras Letras. Em seguida, continuamos a percorrer seu processo de escolarização, ainda em Minas Gerais, onde não só teve o preparo para o ingresso no curso superior como recebeu sua formação profissional e política com o mestre Sebastião Sette. Com a arte tipográfica e com as ideias republicanas apreendidas com o mestre, seguimos com ele para São Paulo, onde deu continuidade à prática jornalística e envolveu-se em diversas frentes profissionais – atuando também como advogado, delegado, mas, sobretudo, como professor – e política – cuja maior expressão foi o engajamento à Campanha Civilista.

O relato autobiográfico que Basílio de Magalhães proferiu, em 1914, nas dependências do Instituto Histórico de São Paulo (IHGSP), do qual era sócio, foi a documentação que balizou e orientou o desenvolvimento desse capítulo. Consideramos salutar tomá-la porque ela nos oportunizou apresentar o autor por ele mesmo. Nela ele destaca o que lhe havia ocorrido de mais importante em sua trajetória até ali. No mesmo ano, Basílio fez outro discurso numa ocasião que marcou, fundamentalmente, um deslocamento em sua trajetória intelectual em todos os sentidos. Trata-se de um discurso ritual proferido no ato da cerimônia de sua admissão no IHGB, como sócio-correspondente, do qual nos servimos para a construção do capítulo seguinte.

O segundo capítulo – “Um ‘mineiro apaulistado’ na Capital Federal: trajetória e o pensamento político-social de Basílio de Magalhães” – preocupa-se em ressaltar a importância de seu ingresso no Instituto Histórico e o peso que isso exerceu sobre sua trajetória na arena intelectual do país. Com uma análise mais detida em torno dessa inserção a um proeminente círculo de sociabilidade política e intelectual, propomos um olhar para as relações de amizade e hostilidade que o autor experimentou no convívio com seus consócios e o saldo que isso lhe proporcionou em sua trajetória, tanto ao seu passado como no porvir.

Ainda neste capítulo, analisamos um dos pontos que ganharam centralidade nas análises que Basílio tirava das questões e demandas nacionais de seu tempo: o debate racial.

Não é novidade dizermos que essas questões e demandas que mobilizavam a intelectualidade nacional tinham respaldo dos diferentes projetos de construção de uma nação moderna, o que, igualmente, as tornavam múltiplas e com propostas múltiplas. E, vale dizer, embora até aqui tenhamos desenvolvido uma narrativa sobre algumas ocorrências na trajetória de Basílio de Magalhães – que, com já foi dito, tornou-se necessário –, o trabalho pretende analisar a leitura que Basílio de Magalhães fez da questão racial e o lugar que esta, segundo ele, ocupava na formação da identidade nacional.

A temática racial é parte, portanto, de um conjunto mais amplo das questões analisadas por Basílio, ao longo de sua trajetória. Para compreender e analisar as percepções de Basílio de Magalhães sobre o tema, voltamos ao acirrado e original debate que os Homens de Letras, de Ciências e do Direito levantaram, desde o século XIX, em torno das teorias raciais estrangeiras para “resolver” um dos problemas da nação. Só assim, partimos para a análise do livro de Basílio de Magalhães, *O grande doente da América do Sul*, publicado em 1916. Para nós, um texto seminal, e talvez o único, em que o autor aborda claramente suas apreensões sobre o debate racial no Brasil e estabelece várias conexões com outros temas. Entre os quais: a educação nacional, destacando, inclusive, o método educacional que melhor se aplicaria no Brasil.

Com esse texto, consideramos que Basílio de Magalhães era uma das poucas vozes, no Brasil, que trazia uma leitura destoante das relações raciais. Referimo-nos a análise que fazia contrária aos determinismos que, segundo muitos outros intelectuais de seu tempo, explicavam o atraso do país. Basílio advogava que a formação do país devia a contribuição singular de cada uma das três raças que aqui se encontraram e que modernização do país passaria necessariamente pelos bancos escolares.

Tomando essa consideração e o fato de que Basílio de Magalhães teve lugar expressivo no mercado dos livros escolares nos anos 30 e 40, tempo em que os aspectos raciais pareciam exprimir o que ele defendia em décadas anteriores, partimos para o terceiro capítulo – “Raça e livro didático: elemento e ferramenta conformando identidade”. Nele, analisamos no livro didático **História do Brasil – 3ª Série**, publicado pela primeira vez em 1943 (aqui analisamos a 4ª edição, de 1946), a narrativa construída sobre cada um dos elementos étnicos que davam forma à nação e quais eram, segundo o autor, a contribuição de cada um deles. A análise do livro é uma tentativa de compreender a retomada de Basílio de Magalhães ao tema que, entre outras coisas, integrava um conjunto discursivo de um regime político autoritário – o Estado Novo (1937-1945). Um regime cuja ideologia desenvolveu e executou uma série políticas públicas e culturais que tenderam não só a manutenção do

regime, mas, ao mesmo tempo, a exprimir a unidade e da formação da identidade nacional – especialmente para a definição de um povo brasileiro.

Levando em conta toda essa explanação sobre os incômodos gerados pelas leituras secundárias que me fizeram voltar a Basílio de Magalhães, a “marginalização” de sua trajetória que se mostrou evidente não só quando, no primeiro momento, o busquei nos trabalhos e ensaios acadêmicos, como pelos questionamentos que foram feitos quando dele ia falar nos encontros, resta-nos considerar os referenciais teóricos que nortearam esse trabalho.

Em geral, aqui é o espaço designado para o detalhamento dos conceitos que nos servimos para o desenvolvimento do nosso trabalho. No entanto, embora tenhamos ao longo desse texto introdutório feito referências – diretas e indiretas – de certos conceitos teóricos e operacionais utilizados na pesquisa, julgamos pertinente abordá-los ao longo do trabalho. Acreditamos que elencá-los em um quadro teórico e, ao mesmo tempo, traçar explicações a cada um deles – algumas às vezes densas outras sucintas em razão do espaço exíguo –, os limitariam a condição de ferramentas abstratas e, quem sabe, polissêmicas.

Ao nosso juízo, essa opção pode acarretar perdas e abordá-los em meio ao desenvolvimento da narrativa, apontando-o como ferramenta em nossa análise histórica, por assim dizer, é uma boa oportunidade de esclarecê-los e mostrar seu alcance operacional. Portanto, todas as vezes que fizermos uso de categorias ou, ainda, das necessidades em explicar conceitos de operações metodológicas, o faremos ao longo de narrativa atentando-nos para que isso não traga prejuízo à nossa análise.

Por fim, é interessante considerarmos que a observação da trajetória de um intelectual, pressupõe um investimento sobre suas inserções às múltiplas redes de sociabilidade. Estas, por sua vez, apresentam-se como lugares de debates, disputas, legitimação e rejeição de ideias. Neste sentido, suas percepções de mundo não se limitam àquele espaço físico. Enquanto produtores de bens simbólicos, os intelectuais contribuem, mesmo que num envolvimento indireto, às ações da arena política. Isso nos remete ao provérbio árabe que afirma “ser o homem mais parecido com seu tempo que com seus pais”. Neste caso, o engajamento do intelectual ocorre fundamentalmente a partir de um comprometimento com as questões “de seu tempo” (de seu presente). Pelas ideias e/ou pelas ações acreditamos que Basílio esteve atento e vinculou-se, simultaneamente, aos diferentes projetos em curso que tendiam ao estabelecimento de uma nação “moderna” e republicana. Nessa dinâmica, suas interpretações contribuíram à construção da identidade nacional que, no que se refere ao seu elemento vivo, enfrentava, à sua época, variadas interpretações.

Deste modo, foi que percorremos as múltiplas inserções de Basílio de Magalhães no meio intelectual, político e jornalístico – que de um modo ou de outro o consagraram no cenário nacional. Além disso, procuramos compreender sua contribuição à construção da identidade nacional, analisando as ideias que produziu em torno do papel da raça na formação do Brasil. Seguimos com a intenção em demonstrar que as ideias de Basílio de Magalhães devem ser encaradas conforme seu tempo e ele, por sua vez, enquanto homem comum e enquanto intelectual participou da construção de uma sociedade e, na mesma medida, foi modelado por ela.

## 1 ENTRE HOMENS E INSTITUIÇÕES: FORMAÇÃO, PRODUÇÃO INTELECTUAL E SOCIABILIDADE DE BASÍLIO DE MAGALHÃES

Uma das importantes contribuições sobre a construção da narrativa biográfica é aquela tratada por Bourdieu. Crítico à perspectiva que tende a compreender e orientar a escrita biográfica em um sentido linear e coerente, desconsiderando, conseqüentemente, as ocorrências como “colocações e [dos] deslocamentos no espaço social” – definido como “acontecimentos biográficos” (BOURDIEU, 2006, p. 190). A proposta de Bourdieu é uma abordagem biográfica que atente para as relações da trajetória do biografado com seu meio e com outros sujeitos.

Por esse caminho, é ilusória a história de uma vida constituída em fatos conexos ou de similitude que propõe uma trajetória coerente com ocorrências unificadoras. Para Bourdieu, certas narrativas biográficas e a autobiográficas são ilusórias, ainda, quando despreza as escolhas que naturalmente são impostas à vida humana, as barreiras que igualmente lhes são apresentadas – ou seja, as discontinuidades. A narrativa da história de vida torna-se suspeita em razão de privilegiar menos os limites das ações humanas e criar sentidos artificiais para estabelecer linearidade e harmonia na trajetória do sujeito referenciado. Em suma, o produto dessa operação é uma narrativa unificadora sobre a trajetória de um sujeito estruturalmente marcada pela noção de casualidade: uma “ilusão retórica” (BOURDIEU, 2006, 185).

O problema metodológico parece um pouco peculiar quando nos referimos às narrativas autorreferenciais. Ao redimensionar a própria vida (ao escrever ou falar de si), o sujeito dispõe de certa autonomia que lhe permite, ao mesmo tempo, *omitir* um fato – por esquecimento, por estratégia de esquecer o desagradável etc. –, *selecionar* certos “acontecimentos *significativos*” e *criar* situações para estabelecer uma coerência às discontinuidades da vida e, assim, *justificar* seu destino (BOURDIEU, 2006, p. 184, grifos do autor). No entanto, não podemos desprezar que da narrativa autobiográfica o leitor, pela autoridade autoral, se depara com uma verdade que, segundo Contardo Calligaris, “não pode ser julgada no tribunal da verdade factual” (1998, p. 53). Uma verdade que é própria do autobiógrafo, criada para dar significações a determinadas ocorrências pela qual ele se constitui (se “representa”) sob seu olhar e sob o olhar dos outros.

Desta forma, ao percorrermos a trajetória de Basílio de Magalhães o faremos observando-a, a partir dos “acontecimentos biográficos” – especialmente os acontecimentos que ganharam sentido em seu relato autobiográfico –, sua interação com os sujeitos e com



o(s) meio(s) – isto é, os espaços intelectuais e políticos – que contribuíram e deram forma a sua vida individual. Por outro lado, isso significa dizer que muitas de suas ações não serão abordadas por razões objetivas e subjetivas.

Para uma dimensão que podemos chamar de operacional-objetiva, Basílio de Magalhães, diferente de alguns outros intelectuais, não dispõe de um rico arquivo pessoal privado<sup>3</sup>. Pelo menos que seja de conhecimento e acessível ao público. O que conhecemos e tivemos acesso, são breves relatos biográficos apresentados a título de nota introdutória em jornais e/ou revistas que anunciavam algumas de suas atividades – conferência, aulas inaugurais, publicação de sua obra etc.;<sup>4</sup> uma autobiografia, narrada a seus pares no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) (Anexo B); uma biografia feita por seu filho, Augusto Franklin Ribeiro de Magalhães, em sessão comemorativa pelo seu centenário natalício no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); e, por fim, o trabalho acadêmico de Jacqueline das Mercês Pinto (2005), que recorreu à trajetória escolar de Basílio de Magalhães para aplicar a noção de “sucesso escolar” – categoria desenvolvida no campo da Sociologia da Educação. Há também um conjunto um maior pouco maior de artigos sobre a vida de Basílio publicado em periódicos por ocasião de sua morte, os quais não cabem aqui um inventário.

Neste capítulo, dedicado ao percurso intelectual e político ou intelectual-político – se considerarmos que suas atividades em diferentes momentos apresentavam-se de modo inseparáveis, se é que podemos de fato classificar suas atividades em intelectuais e políticas. Para isso, tomamos como fontes as notícias veiculadas por jornais a respeito do autor, textos de sua autoria, apresentados em diferentes ocasiões e públicos, correspondências ativas e passivas, além dos textos que a ele se referiram.

Desenvolver uma narrativa que privilegie a atuação de Basílio de Magalhães e seus vínculos de sociabilidades, que aponte sua produção literária e conseqüentemente a recepção e legitimação (ou não) dessa produção, nos parece importante para compreendermos melhor suas concepções sobre a História e sua escrita, especialmente a escolar.

Considerando, portanto, que o interesse específico desse capítulo é a vida do *intelectual* Basílio de Magalhães, e ao compreendermos que seu reconhecimento extrapola sua capacidade de interpretar o mundo (materializado em livros, ensaios etc.) e depende,

---

<sup>3</sup> Estamos entendendo por arquivo privado aquele constituído por correspondências ativas e passivas, diários, dentre outros tipos de registros ou documentação que pertencesse a Basílio de Magalhães. Ou seja, um arquivo que fosse pessoal, no sentido mais estrito do termo, independente do local de guarda.

<sup>4</sup> Boa parte do conhecimento sobre as atividades desempenhadas por Basílio de Magalhães em São Paulo foi graças ao jornal *O Correio Paulistano*, das edições publicadas entre os anos 1900 e 1920.

assim, dos vínculos pessoais e profissionais – públicos ou privados – nos alinhamos à noção de intelectual trabalhada pelo historiador francês Jean-François Sirinelli. Uma noção que, para o autor, tem contornos fluidos e, portanto, não deve ter uma definição estrita e rígida para designar um grupo de sujeitos engajados e portadores de uma “‘especialização’, reconhecida pela sociedade em que ele vive”, mas, considerar uma acepção “ampla e sociocultural [que englobe] os criadores e os ‘mediadores’ culturais” (SIRINELLI, 2003, p. 242-3).

É seminal a ponderação feita por Ângela de Castro Gomes, que acompanha as percepções de Sirinelli, ao salientar que o intelectual “precisa estar envolvido em um círculo de sociabilidade que, ao mesmo tempo situa-o no mundo cultural e permite-lhe interpretar o mundo político e social de seu tempo” (GOMES, 1996, p. 12). Nestes termos, é pertinente considerar a narrativa produzida por Basílio sem desprezar seus vínculos de sociabilidade. A própria ideia de sociabilidade é fecunda e também complexa. Para a compreensão do conceito é necessário observá-lo para além das relações interpessoais no interior de um grupo ou associações. Em linhas gerais, são relações sociais e históricas, relações entre o público e o privado, cujas ideias e perspectivas de seus membros, não são homogêneas, mas apresentam minimamente certo grau de proximidade.

Essa proximidade é classificada pelos autores como geração. Segundo Gomes, além de complementar-se a noção de sociabilidade, a ideia de geração foge ao determinismo etário e tem como referência “uma memória ‘comum’” (1996, p. 40-1). Basicamente, é sob essa base que ganham forma os lugares de sociabilidade de uma geração, isto é, o espaço social – materializado ou simbólico – onde os intelectuais desenvolvem e expõem suas obras. É na relação entre o intelectual e seus vínculos de sociabilidade que suas ideias são ou não legitimadas por seus pares. Isso sublinha a importância do entrosamento com os lugares de sociabilidade.

No que se refere ao sentido organizacional, é indiscutível que o IHGB, em seu conjunto de valores e dinamismo de interação com a sociedade de maneira geral, foi uma instituição nada desprezível aos nossos intelectuais, sobretudo, nos Oitocentos e primeira metade do século passado. Até a queda do regime imperial, o Instituto protagonizou o papel de legitimador e de divulgação da produção historiográfica nacional, enfrentando um período sombrio nos primeiros anos da República. É nesse sentido que a prática relacional extrapola os limites do privado e, no caso não só dos intelectuais, aponta a necessidade de vínculos estratégicos. Vínculos que não escapam a nenhum intelectual. Neste aspecto, Basílio de Magalhães, em sua trajetória, firmou vínculos fundamentais que o permitiram ser considerado um intelectual em seu tempo.

Assim, entre gerações e sociabilidades, a produção e discussão historiográfica são permeadas de um sentido evidenciado na contemporaneidade. Ou seja, a escrita da História é oriunda de um questionamento e ou acontecimento do presente manifestado numa intrínseca relação com o passado e o futuro pretendido (o horizonte de expectativa). Portanto, a articulação dos intelectuais com o espaço, o tempo e seus pares é uma demarcação inevitável. Naturalmente, as mobilizações dos intelectuais empenhados na produção historiográfica são, de certo modo, rotuladas a partir do lugar de onde fala, ou dos lugares de onde falam – no plural – atendendo a uma questão em um determinado contexto.

Sirinelli aprofunda a noção de intelectuais ao torná-la indissociável ao meio e aos pares. Com isso, o autor articulando essa categoria às noções de geração e sociabilidade que corresponde, respectivamente, mais a um acontecimento fundador do que pelo fator etário e ao lugar (revistas, salões etc.) onde se estruturam os vínculos entre os intelectuais a partir de afinidades ideológicas, afetivas etc. Ao definir o objetivo deste capítulo que é o de introduzir o leitor ao conhecimento de quem foi Basílio de Magalhães, especificamente como intelectual autor de livros didáticos, trabalharemos com a noção de sociabilidade trazida por Ângela de Castro Gomes. Para ela, “trabalhar com o meio intelectual é, em grande parte, mapear um espaço social” e que a noção de sociabilidade assume um duplo sentido: o organizacional, correspondente a propriamente um espaço geográfico (instituições, por exemplo); e o simbólico, que constitui o campo da afetividade entre os pares (GOMES, 1996, p. 41-2)<sup>5</sup>.

Não podemos ignorar a complexa trama da influência que o meio exerce sobre o intelectual, o que permite sua interação com os espaços de sociabilidades e ampliação do contato com seus pares – condições e estratégias necessárias aos intelectuais<sup>6</sup>. Neste sentido, mesmo compreendendo os riscos de enveredarmos por uma perspectiva teleológica, nossa abordagem se estrutura numa narrativa linear. Consideramos que, assim, a atuação de Basílio de Magalhães pode ser melhor apresentada e suas obras contextualmente situadas e melhor compreendidas. Ademais, vale reiterarmos que em alguns momentos o leitor encontrará no presente texto “saltos cronológicos” e isso se dará *a priori* por duas razões: ou pelo baixo grau de pertinência da ocorrência em relação ao interesse maior de nosso trabalho ou pela falta de indícios que nos permitam uma estruturação narrativa.

---

<sup>5</sup> Sobre a moderna ideia de sociabilidade ver também: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.

<sup>6</sup> Segundo Gomes, o intelectual para compor suas obras “precisa estar envolvido em círculo de sociabilidade que, ao mesmo tempo situa-o no mundo cultural e permite-lhe interpretar o mundo político e social de seu tempo”. Cf: GOMES, Ângela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Vianna a Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado das Letras, 2005. p. 13.

Por fim, este capítulo é constituído de três subitens. No primeiro, apresentaremos os conflitos sobre a paternidade de Basílio de Magalhães e sua formação escolar em São João del-Rei, considerando o contexto educacional e político no tempo de sua escolarização. Em seguida, privilegiaremos o desenvolvimento de suas atividades intelectuais e políticas no estado de São Paulo e Rio de Janeiro e sua inserção nos diferentes espaços de sociabilidades. E, por fim, trataremos da fase que chamamos de momentos políticos que se refere aos anos em que estava senador estadual e deputado federal pelo estado de Minas Gerais. Como dissemos, a organização de nossa narrativa é uma tentativa de favorecer a compreensão do leitor. No entanto, isso não justifica nem pretende assegurar que as atividades desse intelectual são passíveis de classificações entre o campo político e o campo intelectual.

### 1.1 Barroso, onde tudo começa

#### *Filho ou afilhado*

Embora a vida seja o objeto do gênero biográfico e autobiográfico como os próprios termos propõem – o falar do outro e o falar de si (do “eu”), respectivamente –, é comum encontrarmos dados conflitantes, contraditórios, uns ditos e outros silenciados das ações individuais nesses tipos de escritas. Se por um lado, o próprio procedimento de escolha documental pelo historiador caracteriza uma forma de não considerar um acontecimento específico, cuja importância é por ele minimizada, o mesmo pode ocorrer, e ocorre, no gênero autobiográfico que tem, conforme Philippe Levillain, “como característica de escrita ‘a identidade do autor’” (2003, p. 166).

Admitindo que a memória (operação cognitiva) e a identidade (estado personalístico) são inseparáveis e mantêm constante interação com o meio, Joël Candau aponta que a identidade individual é construída a partir da interação com o outro e com o espaço. Neste sentido, é a memória (constituída de lembrança e esquecimento) quem lhe capacita na operação de atribuir sentido aos fatos passados constantemente atualizados no presente. Ainda dessa relação entre memória e identidade na formação da personalidade do indivíduo, o autor aponta que o “trabalho de si sobre si mesmo” passa por uma relação com o tempo que é “*tridirecional*” – passado, presente e futuro. Origem de um sentimento de continuidade e de “representação do eu” (CANDAU, 2014, p. 60-62).

Deste ponto de vista, o falar de si (a autobiografia) é uma faculdade relacionada à tensão temporal em suas três dimensões, ao espaço e com quem se fala. Portanto, as colocações e os deslocamentos elencados em uma autobiografia possivelmente serão, entre outras coisas, escolhidos segundo critérios de referencialidade e pertinência<sup>7</sup>.

O falar de si ou escrever sobre si, portanto, é um ato de representar-se a partir de relatos que ganham organicidade e coerência pela força do imaginário. Nessa perspectiva esquemática e harmônica, o relato autobiográfico<sup>8</sup> soa aos ouvintes e/ou leitores como uma fonte de verdades sobre a vida e não necessariamente sobre as ocorrências factuais.

Não objetivamos abrir uma discussão densa sobre os usos da memória no campo historiográfico; esse breve apontamento foi uma tentativa de compreender os aspectos considerados relevantes por Basílio de Magalhães em seu texto apresentado na conferência realizada no IHGSP, em que apresentou o resultado de sua pesquisa sobre as expedições bandeirantes rumo ao interior na capitania de São Vicente. Na ocasião, disse ele, segundo o jornal *Correio Paulistano*, publicado no dia posterior:

Srs.: Desde anos muito em flor, quando, em geral, nos cérebros ainda em incipiente formação para a grande labuta da existência predomina apenas o vivaz e dispersivo pendor para as dodivanices, peculiares dos que nasceram e se criaram no conforto e na fortuna, – a necessidade, de quem muito bem disse eminente pensador que é “ama de seios magros, porém, que dá aos seus rebentos leite são e fortificante”, arrojou-me ao trabalho antes mesmo de haver atingido ao extremo a segunda idade. (*Correio Paulistano*, São Paulo, 14 mar. 1914)<sup>9</sup>.

Antes de abordarmos as relações intelectuais de Basílio, destacamos o primeiro ponto conflitante: sua relação familiar. Por considerar irrelevante ao momento de explanação ou um fato a ser esquecido/ocultado seja qual fosse a ocasião, Basílio de Magalhães resume o período que precede sua trajetória escolar apontando sua condição socioeconômica. Filho da sociedade imperial, não era ele membro de uma família abastada e ligada à dinâmica política do Império.

---

<sup>7</sup> Sobre construção seletiva de o passado ver, entre outros, CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

<sup>8</sup> É de Joël Candau o uso do termo “totalização existencial” para referir-se ao gênero autobiográfico. Concordando com as problemáticas que envolvem as ambições da escrita biográfica apontadas por Pierre Bourdieu, Candau entende que a narrativa totalizante existencial tem sua credibilidade e utilidade ao próprio sujeito que fala/escreve sobre si. Consequentemente, isso impõe limites a uma avaliação crítica desse tipo de narrativa (2014, p. 70-82).

<sup>9</sup> Ver texto na íntegra em **Anexo B**.

Os dados biográficos do autor são imprecisos. Estudos recentes<sup>10</sup> tendem considerar que Basílio de Magalhães nasceu em 1º de junho de 1874, no povoado de Barroso, à época, distrito de Barbacena – situado no caminho entre os distritos de São João del-Rei e Tiradentes – na província de Minas Gerais. Filho de Francisca de Jesus, Basílio tem sua paternidade é incerta. Segundo Jacqueline S. Pinto, consta em seu registro de batismo, assentado na Paróquia da Sant’Ana de Barroso, ser filho de Antônio Inácio Raposo e batizado pelo casal Ladislau Artur de Magalhães e Prudenciana Augusta Meireles. No entanto, em sua pesquisa, Pinto apresenta relatos de pessoas ligadas a Basílio de Magalhães (familiares e amigos próximos e habitantes de sua cidade natal) afirmando que seu verdadeiro pai era o Sr. Ladislau, o então padrinho e dono da Fazenda Venda Grande, onde seus pais legais trabalhavam<sup>11</sup>.

Na contramão, tornando a filiação e data de nascimento de Basílio de Magalhães ainda mais conflituosa, existe a menção feita por Augusto Franklin Ribeiro de Magalhães – seu quinto filho e, à época, único sobrevivente dos oito irmãos –, por ocasião do centenário natalício do autor, em sessão comemorativa realizada no IHGB, em 19 de junho de 1974. Conta-nos que:

Descendia ele pelo lado paterno, do tronco paulista dos Raposos, que foram os pioneiros da fundação de São João del-Rei. Mas poucas vezes se referiu a seu pai – Antônio Inácio de Raposo, – que abandonara o lar, deixando-o à responsabilidade do filho, que era o único varão. Quanto ao nascimento, posso assegurar, pelos comentários ouvidos dele mesmo, que se verificou em São João del-Rei, no dia 07 de junho de 1874, embora o Registro Civil indique a data de 14 de junho, devendo-se esse atraso de uma semana ao fato de que não se esperava que vingasse aquela criança franzina, vinda à luz prematuramente. Um velho amigo da família, o curandeiro Ladislau Artur de Magalhães, assumiu o encargo de fazê-lo sobreviver, mas exigiu que fosse o seu afilhado e levasse o seu nome à posteridade, porque lhe augurava a glória, em virtude de haver nascido empelicado. Foi batizado em 28 de julho de 1874, na Igreja Matriz de Sant’Ana, no Barroso, constando do batistério a data de nascimento a 07 de junho, o nome do padrinho e da madrinha Prudenciana Augusta de Meireles. Assim se explica a razão de vir a chamar-se Basílio Ladislau de Magalhães, nome que, ao que me conste, jamais usou por extenso, assinando-se sempre Basílio de Magalhães (MAGALHÃES, 1978, p. 19).

Já aqui nos deparamos com problemas de ordem efetiva e afetiva ao tentarmos reconstruir a origem familiar de Basílio de Magalhães. Se por um lado a padronização dos

---

<sup>10</sup> O trabalho de Jacqueline das Mercês Pinto (2005) propõe analisar a trajetória de Basílio de Magalhães, sob a ótica da Sociologia da Educação, tendo como um exemplo de “trajetória atípica de sucesso escolar”. A autora, por essa perspectiva, entende que sua origem, economicamente menos favorecida, e sua raça (mestiço) seriam fatores que indicavam um futuro diferente do que de fato ocorreu.

<sup>11</sup> O nome da fazenda, seu proprietário e a atribuição da paternidade de Basílio de Magalhães ao Sr. Lasdislau são dados assegurados por José Geraldo de Souza (bisneto do Sr. Ladislau) em entrevista que a historiadora fez, em 19 de junho de 2005 (PINTO, 2005, p.19).

registros de nascimento é um procedimento jurídico tardio dado na República – o que não significou o fim de imprecisões como a data e local de nascimento e da filiação –, para efeito de dar, dentre outras coisas, visibilidade ao parentesco biológico face ao parentesco sacramental contraído no batismo e legitimados pelos registros paroquiais. Por outro, os conflitos entre o cruzamento de dados nesses três relatos (o do autor, o dos amigos do autor e do filho do autor) nos direcionam ao nebuloso caminho dos afetos e dos costumes (e por que não da memória silenciada?).

Na narrativa autobiográfica – a única que fala de sua infância e que tivemos conhecimento durante nossa pesquisa – Basílio dispensa as informações sobre sua paternidade. Seu filho destaca sua origem no “tronco paulista dos Raposos” e afirma ser o Sr. Ladislau um curandeiro que em retribuição a uma cura realizada em favor do pequeno Basílio exigiu apadrinhá-lo. Para Augusto de Magalhães, as lacunas deixadas por Basílio sobre seu pai justificam-se num ressentimento gerado quando este deixa a família, o que teria conduzido à atividade laboral. E, por fim, pelo depoimento de Sr. José Geraldo de Souza, Basílio de Magalhães é filho legítimo do Sr. Lasdislau, figura bem relacionada daquela região que, para evitar escândalos, o batizou e deu-lhe seu sobrenome. É, portanto, trabalhando com essa terceira hipótese que Jacqueline Pinto desenvolve seu trabalho considerando o nome como elemento estratégico de ascensão social.

Estabelecer a rede de parentela de Basílio de Magalhães não é tarefa fácil. Há muito a historiografia vem nos apresentando existência comum das redes de solidariedades que se efetivavam na pia batismal, cujos objetivos da ação sacramental eram fluidos e não se limitavam a um preceito religioso. Para além da libertação do Pecado Original, prometida pelas águas do batismo, se estabelecia uma possível e complexa rede solidariedade entre as partes o que – se referindo, sobretudo, aos elementos escravizados –, a historiografia tem identificado como fenômeno da (i) legitimidade<sup>12</sup>.

Ter legitimidade, neste caso, é ter uma relação de parentesco espiritual o que, em última análise, contribui para a inserção nos espaços mais restritos da família e das instituições sociais. Por esse raciocínio, a trajetória de Basílio de Magalhães é remontada

---

<sup>12</sup> Para as diferentes abordagens sobre as formas e expectativas criadas pelos laços de compadinhos dados no Brasil anterior à Lei Áurea ver, entre outros: SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985; REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. PERARO, Maria Adenir. O princípio da fronteira e a fronteira do princípio: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX. *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 38. São Paulo, 1999.

considerando que pelo nome do Sr. Lasdilau – o proprietário da fazenda e não o curandeiro, o pai biológico e espiritual e não somente pai espiritual – ele foi matriculado na Escola João dos Santos, em São João del-Rei.

Em razão das diferentes e conflituosas informações apresentadas, podemos chegar às diferentes conclusões sobre a relação desses sujeitos na vida de Basílio de Magalhães e, indissociavelmente, supor inúmeras hipóteses para o silenciamento dessa fase de sua vida pouco comentada. Portanto, assegurar que seu acesso às primeiras letras deve-se à influência paterna ou pelo apadrinhamento sacramental é tão pernicioso quanto definir quem é seu verdadeiro pai natural. Além do que, a inserção de Basílio de Magalhães às primeiras letras é outra ocorrência assentada em hipóteses. Seja lá como for, o que podemos considerar é que a situação sócio-econômica do autor, conforme ele mesmo relata, é a motivação para sua inserção precipitada na atividade laboral.

### **A escolarização, o primeiro emprego e as “ideias novas” em São João del-Rei**

Continua Basílio de Magalhães em sua autobiografia:

Eu mal havia transposto os 13 anos [1887], quando busquei conciliar os estudos de humanidades com o ganha-pão, e o conhecimento da arte tipográfica abriu-me emprego no primeiro órgão republicano que repontou o berço do meu conterrâneo Tiradentes, “A Pátria Mineira”, onde um pugilo de crianças, das quais é já viageiro do Além o nobre espírito de Altivo Sette, e aqui estamos apenas dois, Sertorio de Castro e eu, bebíamos sofregamente as lições de ciências e letras e os altos ensinamentos de civismos que nos ministrava Sebastião Sette, hoje septuagenário, sólida cultura e caráter sem jaça, e condenado pela politicagem nefasta e mesquinha e estrábica ao ostracismo injusto, que ele suaviza num lar feliz, no remando bucólico do tradicional Capão da Traição, o Mattozinhos de agora.

“A República Federal” de Assis Brasil, o primeiro livro político que me caiu em mãos para uma constante e proveitosa leitura e a propaganda dos novos ideais, indefesa e acendradamente realizada por Sebastião Sette, fizeram-me preferir à prometida proteção da herdeira do trono de D. Pedro II, – da qual recebi, com gratidão, que sempre lhe guardo, uma biblioteca de estudos propedêuticos, – o mourejar da cada dia, a árdua conquista do pão material e do pão espiritual, e, simultaneamente, a audaciosa interpresa de combater o grande combate pela radical transformação de nossa Pátria (*Correio Paulistano*, 14 de mar. 1914).

Para além dos possíveis episódios de dificuldades, sucessos e “desencontros” familiares da infância em São João del-Rei e, ainda, considerando a flexibilidade da memória para a construção do passado que o autor narra em sua autobiografia, a experiência escolar é contada em dois marcos fundamentais e, portanto, significativos para ele: a primeira, que se dá na Escola João dos Santos; e, a segunda, seu estudo de Humanidades com Sebastião Sette.



Ao considerarmos o compartilhamento dessas lembranças escolares narrada por Basílio de Magalhães, não podemos desprezar a complexidade subjetiva das escolhas envolvidas nesse ato operacional. Por outro lado, importa-nos orientar a leitura dessa autobiografia considerando-a como um produto que atualiza um passado a ser compartilhado, pela adição da imaginação e do olhar particular. Ou seja, trata-se de uma operação que recria situações e a transforma em linguagens (escrita e/ou falada) a partir do ponto (tempo e lugar) que se fala.

É pelo ato memorativo (lembrança e esquecimento), dado nas diferentes fases da vida humana, que o sujeito constrói sua identidade numa intrínseca relação com a ordem social vigente que, por sua vez, exerce forte influência sobre o sujeito. É recorrendo à memória e a imaginação que ele atualiza seu passado dando-lhe uma ideia de constância para sua trajetória biográfica e criando um sentido de quem ele é (CANDAU, 2014, p.25).

Sob essa perspectiva, Basílio de Magalhães, ao lembrar sua trajetória na Escola João dos Santos – nome que homenageia João Batista dos Santos, o barão de Ibituruna, seu benemérito fundador –, não banaliza a necessidade que sua condição sócio-econômica lhe impusera de conciliar os estudos com o trabalho. E nisso, parece querer justificar aos seus ouvintes sua opção, naquela ocasião, pela monarquia, sobretudo, porque seu contato com a Princesa Regente e seu primeiro emprego deu-se anos antes de sua relação com Sebastião Sette.

Na ausência de documentos que se referem à matrícula de Basílio de Magalhães na Escola João dos Santos<sup>13</sup>, Jacqueline Pinto apresenta em seu trabalho três possibilidades para tal ocorrência. Além da hipótese assentada no sobrenome de seu “padrinho”, a autora considera, também, o fato de ter Basílio de Magalhães proferido a mensagem de recepção da Família Imperial na inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1881. Na comitiva, estiveram presentes a Princesa Isabel e o Conde d’Eu, seu esposo, e o barão de Ibituruna. Esta ocorrência desdobra-se em duas hipóteses: uma bolsa de estudo na Escola João dos Santos concedida pela Família Imperial ou pelo seu benemérito fundador que teriam se encantado

---

<sup>13</sup> O histórico um pouco mais de aprofundado sobre essa instituição é apresentado pelo professor Laerthe de Moraes Abreu Junior (2008) num trabalho que enfoca o processo de escolarização das crianças carentes de São João del-Rei. O pesquisador sustenta que “a primeira escola republicana foi fundada no Império”, referindo-se a Escola João dos Santos. No período republicano, foi incorporada ao ensino público (1908), passando a se chamar Grupo Escolar de São João del-Rei. “Só mais tarde, em 1918, ao mudar-se para o prédio que ocupa até hoje, passou a ser chamado Grupo Escolar João dos Santos” (p. 215). Os dados nos sugerem, portanto, que a instituição foi desde o início privada e laica. Cf: ABREU JR. Laerthe de Moraes. et. al. Na periferia da cidade, à margem dos processos educativos: memória de experiências escolares de moradores do bairro de São Geraldo em São João del-Rei. *Cadernos de História da Educação*. Universidade Federal de Uberlândia-MG: n.7, jan/dez. 2008.

pelo menino preletor. Foi esta a ocasião que o próprio Basílio recorda, em sua autobiografia, ter recebido livros para cursar as primeiras letras, “os estudos propedêuticos”. Cabe elucidar que a expressão “primeiras letras” serviu para designar o nível de escolarização primária – que também era denominado de Pedagogias – nas diferentes fases do pensamento pedagógico durante o Império (1822-1889)<sup>14</sup>.

Considerando que o início do processo de escolarização de Basílio de Magalhães tenha ocorrido aos sete anos de idade (1881), na Escola João dos Santos, aos dez anos (1884), aproximadamente, ele recebeu o “Prêmio Reginaldo de Barros” pelo seu desempenho escolar. Em nota sobre a cerimônia de premiação e os que se fizeram presente, o órgão *Gazeta Mineira* diz que,

Dos 120 alunos que freqüentam a Escola João dos Santos obtiveram distinção Basílio Ladislau de Magalhães, Polyana Maria de Andrade e Antenor Marques Pinto.

O primeiro prêmio – *Reginaldo de Barros* – medalha de ouro com o busto de S. M. o Imperador e a respectiva inscrição, coube ao aluno Basílio Ladislau de Magalhães (Grifos do autor – 17 de abr. 1884).

Provavelmente Basílio tenha permanecido na Escola João dos Santos até seu ingresso no curso de humanidades, ministrado por Sebastião Sette (1844-1921). É bom lembrar que o curso de humanidades deu-se numa ambiência em que inexistia, especialmente nas províncias, uma estrutura orgânica e hierarquizada ao que se chamaria ensino secundário. Neste caso, predominavam as aulas avulsas que, por sua vez, assumia a função de preparar os estudantes para o ingresso nos cursos superiores. Fazendo um giro um pouco maior, verifica-se que criação do Imperial Colégio Pedro II, tal como dos liceus<sup>15</sup>, figurou a tentativa do governo

---

<sup>14</sup> Dermeval Saviani (2006), ao estudar as diferentes medidas de políticas e métodos educacionais propostas durante o Império, apresenta a existência de quatro momentos em que os debates sobre a instrução primária se estabeleceram: o primeiro (1823-1827), que, dentre outras coisas, regulamentou a gratuidade da instrução primária no país recém independente e a criação de estabelecimentos para este nível de ensino; o segundo (1827-1854), caracterizado como a fase de descentralização do ensino primário, cuja política administrativa foi atribuída às Assembléias Legislativas provinciais; a terceira (1854-1867), que, no contexto do Gabinete da Conciliação, Luiz Pereira do Couto Ferraz (Ministro do Império) propôs a Reforma do ensino primário e secundário que leva seu nome – Reforma Couto Ferraz –, que tornou obrigatório o ensino primário a partir dos sete anos de idade e, no aspecto administrativo, subordinou esses níveis de ensino dado nas províncias ao Governo Imperial; e, por último, (1867-1886), em que se estabeleceu a Reforma Leôncio de Carvalho (1879). Cf: SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia e política educacional no Império brasileiro. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Uberlândia, 2006. pp. 5370-5379. Ver também: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 2004; Lei nº 16, de agosto de 1834 (Ato Adicional), Art. 10.

<sup>15</sup> Até que fossem criados os liceus e o Imperial Colégio vigoravam as aulas régias (nos Seminários) e as aulas avulsas. A noção de colégio e liceu, ambas associadas à necessidade de criação de instituições de ensino secundário, remetia, respectivamente, de um ensino clássico/enciclopédico e de um ensino moderno/científico.

central organizar o ensino secundário e, assim, romper com as aulas avulsas e com os cursos preparatórios aos exames que davam acesso ao curso superior. Na época, a legislação previa a obrigatoriedade de matrícula somente para o ensino das Pedagogias, de modo que a fase que intermediava o primário e o ensino superior – que mais tarde constituiu-se como ensino secundário – cumpria, sem querer negligenciar as diferentes finalidades, mais uma função preparatória que formativa. E é nessa fase que Basílio de Magalhães teve seus estudos de humanidades com Sebastião Rodrigues Sette Câmara antes de ingressar no curso superior em São Paulo.

Não precisamos de muito esforço para perceber a importância que Basílio atribui a essa sua fase formativa. É sintomático o afeiçoamento que Basílio demonstra ao se referir ao contato que teve com Sebastião Sette, uma referência não só na formação escolar como na formação profissional e, também, para a vida assegura pelos “altos ensinamentos de civismos”. Aqui, é interessante pensarmos um pouco com Andre Chervel que, ao tratar da complexidade que toma a tarefa de identificar, classificar e organizar as finalidades das disciplinas escolares, salienta que “o papel da escola não se limita ao exercício das disciplinas escolares. A educação dada e recebida nos estabelecimentos escolares é a imagem das finalidades correspondentes” (CHERVEL, 1990, p. 187-193). Ademais, adverte que o saber dado no âmbito escolar (que em nosso caso não se limita a uma adequação infraestrutural) está para além da vulgarização e adaptações dos conteúdos de ensino atribuídos por um programa produzido fora da instituição. Concebendo uma articulação com o político, Chervel considera que os atores envolvidos e o próprio conteúdo de ensino não são neutros nesse processo, antes, convergem para um alvo, uma finalidade.

A política educacional pensada pelo governo central para a Corte, com inferência “indireta” às províncias, e aquelas pretendidas pela elite provinciana não comungavam a mesma finalidade. Com isso e a partir da análise de Chervel, não nos parece errôneo atribuir relevância para o destaque que Basílio de Magalhães, no relato autobiográfico, dá a Sebastião Sette pela ânsia que este o fizera ter pelas as lições de ciências, letras, pelos altos ensinamentos de civismos e seu contato com a obra de Assis Brasil, *A República Federal*, de 1881.

Em sua narrativa, Basílio de Magalhães sintetiza a proximidade de seu mestre aos ideais republicanos, cujas marcas podem ser identificadas pelo uso da obra de Assis Brasil e

---

Na França, era denominado liceu as instituições de ensino público, no Brasil, no entanto, a denominação serviu para designar as instituições, públicas e privadas, que tinham por características o ensino científico.

pela fundação de *A Pátria Mineira*. Fazia, aproximadamente, apenas cinco anos do engajamento de Basílio na Campanha Civilista (1909/10) e a abordagem para seus pares do tema republicano pode ter lhe parecido caro àquela ocasião.

O gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) não provinha de uma família pertencente à tradicional elite pecuária da província do Rio Grande do Sul que, predominantemente, eram ligados ao Partido Liberal. Filho de estancieiros, sua formação intelectual e política assemelham-se à de Pinheiro Machado e à de Júlio de Castilhos. Formados pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o grupo fundou e participou de associações e jornais estudantis de orientação republicano-positivista em São Paulo. No regresso ao Rio Grande do Sul, os três ajudaram a fundar, dentre outras agremiações políticas, o Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR) que mantinha relações com o de São Paulo. Para além das causas abolicionistas, federalistas e da crítica ao *status quo* imperial que constituíam, entre outras coisas, o conjunto de fatores que uniam as plataformas políticas republicanas presentes nessas duas províncias, Ângela Alonso aponta a marginalização econômica dessas províncias pelo governo central como um importante fator de mobilização pelo federalismo (ALONSO, 2002, p. 155-159).

Tratando das atividades político-intelectual de Assis Brasil, Alonso destaca que *A República Federal* foi o livro de maior expressão e “virou uma pequena bíblia republicana [...], alcançando a República em sua sexta edição. Verdadeiro *best-seller*, sobretudo levando-se em conta o escasso número de leitores durante o Império” (2002, p. 306). Junto com o *Catecismo Republicano* (1885), de Alberto Sales, “subsidiados e distribuídos gratuitamente pelo Partido Republicano de São Paulo tiveram alcance assombroso” (ALONSO, 2002, p. 223). Assim, federalistas científicos, gaúchos e paulistas, propagandeavam em suas obras e demais atividades político-intelectuais a inevitabilidade do estabelecimento do sistema republicano. As ideias republicanas não eram novas, porém, seus contornos tornavam mais sólidos e evidentes com sua corrente difusão nos jornais, folhetins, livros, discursos etc. Porém, o aguçamento do debate político e a crise imperial no final dos Oitocentos contribuíram para multiplicação da atividade jornalística.

É relacionando a essas ocorrências sócio-políticas evidenciadas na década de 1870, sobretudo com o descontentamento da Guerra do Paraguai (1864-1870), que Nelson Werneck Sodré (1966), ao desenvolver uma trajetória da imprensa no Brasil e análise de sua evolução, atribui a proliferação de jornais por todo o Império e o significativo alastramento da ideologia republicana. Para a província mineira cita, entre outros, *A Pátria Mineira*. Órgão com ideias republicanas, o jornal semanal iniciou atividades em maio de 1889, em São João del-Rei, e

teve sua última publicação, de número 226, em maio de 1894. Dirigido por Sebastião Sette, tratava-se de um periódico constituído por artigos doutrinários e noticiosos que, segundo seu expediente, objetivava proporcionar ao leitor “uma leitura instrutiva, variada e útil”, ou seja, tinha um perfil formador e de difusão das ideias republicanas<sup>16</sup>.

Era um jornal que tinha produção própria o que, além de não depender de um serviço externo em sua linha produtiva, devia inspirar confiança a seus assinantes. Basílio de Magalhães executava o serviço tipográfico do órgão que, por sua vez, tinha entre seus colaboradores Paulo Teixeira e João Martins de Carvalho Mourão (SODRÉ, 1966, p. 263) – “este, grande nome da nossa cultura jurídica” (MAGALHÃES, 1940, p. 258). Não foi este, porém, o primeiro emprego de Basílio. Seu conhecimento da tipografia é adquirido no *Gazeta Mineira*, jornal que também circulava em São João del-Rei com postura conservadora o que, para Pinto, motivou a transferência de Basílio para *A Pátria Mineira* (PINTO, 2005, p. 14). É, porém, da carta que Sebastião Sette encaminhou a Basílio, acompanhada de todos os números do jornal impresso e encadernado, que tomamos conhecimento de suas atividades n’*A Pátria Mineira*, além de tipógrafo, foi: paginador, revisor e auxiliar da redação.

A correspondência de Sebastião Sette, transcrita nos *Estudos de História do Brasil* (1940), é de 1902 e não só apresentava a encomenda como o agradecia pelo entusiasmo, “a dedicação de confiante e leal amigo, com a docilidade de discípulo exemplar e inteligentíssimo. Ao Altivo e a ti devo maior soma da energia que tive de opor às agruras da propaganda republicana” (MAGALHÃES, 1940, p. 258). Altivo era filho de Sebastião Sette e companheiro de Basílio, junto com Sertório de Castro<sup>17</sup>, nos estudos de humanidades e com quem fundou *A Locomotiva*. Nas palavras de Basílio, era uma “revistinha de pequeno formato [...] que apareceu em começos de 1890 e durou cerca de um ano [...] e] que saía semanalmente, embora houvesse tido as suas pretensões literárias, era sobretudo republicana” (1940, p. 259).

Outro aspecto merece destaque na narrativa de Basílio de Magalhães. Ainda na dimensão das ideias republicanas durante sua formação intelectual que, por questões financeiras, se articulou à atividade laboral, Basílio cita Tiradentes – importante personagem

---

<sup>16</sup> O periódico está disponível para leitura em: <<http://www.patriamineira.com.br/>>. Acesso: 29 de mai. 2015.

<sup>17</sup> Altivo Rodrigues Sette Câmara (1870-1906) foi primeiro filho de Sebastião Sette. Aproximadamente dois anos após sua morte, Sebastião teve, em outro casamento, o segundo filho dando-lhe o mesmo nome: Altivo Rodrigues Sette Câmara (1908-1982). Mais tarde o próprio Altivo trocou o sobrenome Rodrigues por Lemos passando a se chamar Altivo Lemos Sette Câmara (Cf. Moreira, 2006). Sertório de Castro foi autor de *A república que destruiu a revolução* (Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932) e de *Diário de um combatente desarmado* (São Paulo: José Olympio, 1934).

da Inconfidência Mineira transformado em herói nacional e referência para a criação de uma tradição política republicana<sup>18</sup> – e liga-se a ele por vínculos de conterraneidade.

Isso nos sugere que, na dinâmica de lembrar e atualizar seu passado, o autor empenha-se em valorizar sua formação de viés republicano sem atribuir um sentido de causas e efeitos que justifique sua orientação político-ideológica no presente. Por outro lado, essa não é uma operação introspectiva. A *narrativa* autobiográfica – como a própria expressão assinala – não se limita ao foro privado antes, porém, constitui-se uma operação que se torna pública pelo ato de falar de si. Portanto, as ocorrências (o passado) ali evocadas são seletivas que, em última análise, carregam um sentido, uma significação (ou ressignificação) que se articula ao lugar de fala.

Segundo Contardo Calligaris, é pelo ato autobiográfico que o sujeito, falando ou escrevendo sobre si se constitui, se produz “com uma imagem que vive no e pelo olhar dos outros” (1998, p. 55). Portanto, sem pretender qualquer juízo de verdadeiro ou falso sobre o (rel)ato autobiográfico, podemos considerar que o Basílio que se constituiu ou se produziu na sessão do dia 20 de março de 1914, no IHGSP, era um sujeito já engajado na defesa dos ideais republicanos se não pela experiência escolar no Império com Sebastião Sette, pela experiência profissional-intelectual-política na República.

Por fim, é sobre essa experiência republicana de Basílio de Magalhães que trataremos no item subsequente, investindo numa reconstituição de sua interação aos diferentes espaços de sociabilidade. Segundo Augusto F. Magalhães, Basílio de Magalhães deixa São João del-Rei e segue para São Paulo em 1891, aos dezessete anos de idade, para concluir o preparatório e ingressar na Faculdade de Direito.

## 1.2 Trajetória cruzada de um intelectual pouco lembrado

Dedicar um extenso espaço para tratar da família e das primeiras letras de Basílio de Magalhães ao mesmo tempo em que parece um desvio longo e pouco pertinente ao interesse dessa pesquisa, torna-se propício quando consideramos que, primeiro, foram acontecimentos que mereceram destaque em seu relato autobiográfico e, em segundo, o tempo e o espaço

---

<sup>18</sup> Cf., entre outros, FONSECA, Thais Nivea de Lima e. Os heróis nacionais para crianças: ensino de história e memória nacional. In: ROCHA, H. et. al. (Org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 107-126.

onde sua narrativa teve lugar. Falar de sua origem e condição socioeconômica, do ensino e da prática jornalística com Sebastião Sette – mestre de uma cultura cívica republicana –, e de seu vínculo ao local de nascimento comum a um conterrâneo condenado e morto por insurgência e doravante reconhecido como mártir dos ideais republicanos, constituem, no mínimo, representações dos aspectos de uma memória afetiva de alguém que busca atrelar seu pensamento e seus sentimentos pátrios e de civismo às contingências de um tempo em que as ideias republicanas duelavam contra a política monárquica centralizadora.

Com isso, não podemos perder de vista que o itinerário individual construído por Basílio de Magalhães no relato autobiográfico, e isso ali é muito bem evidenciado, tem ancoragens coletivas (família, pertencimentos a personalidades e grupos diversos etc.). E é essa dimensão singular-coletiva que nos permite uma trajetória cruzada do autor, uma vez que, cada relação possui uma história com ele e, outra, uma história sócio-culturalmente marcada. Ou seja, uma trajetória que é própria dessas personalidades ou grupo a que Basílio teve contato.

No ano em que explanou a autobiografia no IHGSP (1914) evocando alguns momentos-chaves de sua trajetória, Basílio já estava há pouco mais de duas décadas em São Paulo e próximo de seus quarenta anos de idade. Assim como estava inserido no meio jornalístico, educacional etc., ou numa perspectiva mais precisa e abrangente, no meio político e intelectual da Primeira República, na capital paulista. Tecer um relato autobiográfico como introdução ao que ali fora fazer é, no mínimo, proporcionar aos seus ouvintes uma compreensão da formação de si – como sujeito e intelectual – e de suas múltiplas referencialidades (o coletivo) que ali merecem destaque.

### *Um parêntese para uma experiência não dita*

Como o próprio Basílio de Magalhães afirma, a conclusão de seus estudos se deu em São Paulo – na “Atenas brasileira”. Há muito, São Paulo era, ao lado de Recife, núcleo de formação e de difusão político-intelectual fora da Capital Federal (e também da Corte) com sua faculdade de Direito, circunscrevendo um importante espaço de sociabilidade. Segundo Augusto F. de Magalhães, as pretensões da vinda de seu pai à capital paulista, em 1891, era a de dar continuidade aos estudos preparatórios iniciado com Sebastião Sette e, assim, prestar concurso para ingressar na Faculdade de Direito.

Não conseguimos identificar com precisão o ano do ingresso e da formação de Basílio no ensino superior, porém, as chamadas para as fases examinatórias remetem ao ano de 1892

e seus resultados no ano seguinte<sup>19</sup>. É também no jornal *Correio Paulistano* que identificamos o exercício de atividades ligadas ao campo jurídico no interior paulista. A primeira, como delegado de polícia e, posteriormente como advogado.

O *Correio Paulistano*, “o primeiro diário de São Paulo e o terceiro do Brasil” circulou entre 1854 e 1963 (THALASSA, 2007, p. 2), foi o periódico que mais divulgou as diferentes atividades de Basílio de Magalhães, desde os finais dos anos 1890 aos finais da década de 1940. Na seção “Notas Policiais”, de 24 de março de 1904, a notícia de sua nomeação ao cargo de 1ª suplente do delegado do distrito de Conceição de Campinas e que, em 09 de março de 1905, Basílio de Magalhães havia dirigido ao chefe de polícia um telegrama comunicando que o carnaval em Campinas ocorrera na melhor ordem.

Não podemos desprezar, no entanto, que é desse contexto a reorganização do serviço policial, pela Lei 979, de dezembro de 1905, no estado de São Paulo. Por esse Código, promulgado pelo presidente Jorge Tibiriçá, além de fixar um quadro funcional (chefe de polícia, delegado de polícia, subdelegado, e para as duas últimas classes suplentes, e inspetores de quarteirão), definia o salário e a distribuição dos agentes em todos os municípios, ficava estabelecido que a nomeação e destituição de bacharéis em Direito aos cargos era atribuição livre do presidente estadual. O que para Maria da G. Bonelli “decorre de uma iniciativa governamental centralizadora [...] para controlar o vínculo dos delegados com o mandonismo local” (2002, p. 12).

Embora não saibamos ao certo por quanto tempo Basílio de Magalhães exerceu a função de 1º suplente de delegado, ou propriamente de delegado, podemos minimamente concluir, pelas notas do periódico, que ele manteve-se na função policial por quase um ano. Dois anos depois desempenharia sua segunda atividade na carreira jurídica, a de advogado, na mesma cidade. Alguns registros de sua atuação como defensor em Campinas são apontados na seção “Mala do Interior” do mesmo jornal, de 07 de setembro de 1907, de 04 de junho e de 10 de dezembro de 1908. Nos dois primeiros casos – respectivamente, agressão física e homicídio – os réus foram condenados, o do último o réu recebeu absolvição unânime pelo júri sem mesmo que fosse necessário Basílio fazer uso da palavra.

Por essas ocorrências profissionais na vida de Basílio de Magalhães, que obviamente não foram as primeiras, pressupomos que ele tenha cursado a Faculdade de Direito, razão pelo

---

<sup>19</sup> O nome de Basílio de Magalhães foi divulgado, pelo jornal *Correio Paulistano*, na lista de convocação para os exames de Português (24 de dez. 1892) e Inglês (01 de jan. 1893), no entanto, não encontramos o resultado dessas fases. Aos resultados dos demais exames Basílio é mencionado em Francês Plenamente (13 de jan. 1893), Geografia Plenamente (17 de mar. 1893) e, História do Brasil Simplesmente (30 de mar. 1893).



qual havia migrado de Minas Gerais para São Paulo. Antes da breve carreira jurídica, porém, ele havia dado continuidade à atividade jornalística, iniciada em São João del-Rei, e ingressado no magistério na capital paulista.

### 1.2.1 A atividade de um “mineiro apaulistado”

#### **A prática jornalística, um passaporte a outros mundos**

Se fosse nosso objetivo confrontar as diferentes narrativas sobre a vida de Basílio de Magalhães (inclusive a sua própria narrativa) poderíamos, sem receio, dizer que a consideração que o autor fez sobre sua prática jornalista em São Paulo foi tão breve que seria coerente, de nossa parte, incluí-la no subitem onde acabamos de abordar sua atuação no mundo da polícia e da advocacia. Considerando-la uma atividade silenciada, ou melhor, minimizada no relato autobiográfico. Alguns aspectos fundamentais contribuem, no entanto, para que façamos uma abordagem mais detida sobre a relação desse intelectual com o campo jornalístico.

E esses aspectos podem ser destacados em pelo menos três pontos. O primeiro consiste tomarmos como possibilidade que, na ocasião em que relatou sua vida, a abordagem dessa atividade cedeu lugar aos acontecimentos por ele julgados pertinentes àquele momento. Segundo, não podemos ignorar a importância que a prática jornalística teve sobre a trajetória intelectual desses homens, sobretudo, quando consideramos os vínculos estabelecidos entre eles. Por fim, essa atividade não foi nada desprezível na trajetória de Basílio que – para além de sua atuação nos diferentes jornais e revistas, fossem estes veículos públicos ou privados –, num dado momento é reconhecido, também, como jornalista (PAULO FILHO, 1952).

Tomando a premissa de que a narrativa autobiográfica de Basílio de Magalhães reverteu-se, naquela ocasião, de uma intencionalidade específica – isto é, compartilhar aos seus expectadores e pares um itinerário biográfico marcado mais por ocorrências de caráter formativo do que pela prática laboral –, podemos compreender, claramente, que não se trata de um desprezo pela atividade jornalística, antes, um esforço em conformar uma “índole” intelectual e republicana a fim de ganhar legitimidade entre os seus. Obviamente não queremos avaliar se a narrativa de Basílio é tomada de uma perspectiva teleológica. As situações e os acontecimentos de sua existência que ali foram compartilhados são recortes de

ocorrências num tempo passado, num dado lugar e que, naquele momento (o presente), são ressignificados e contados num encadeamento coerente. Conforme já mencionado, trata-se de uma operação própria da autonomia que o sujeito dispõe ao falar de si (BOURDIEU, 2006, p. 184), tornando essa narrativa a representação de sua identidade (LEVILLAIN, 2003, p. 166).

Portanto, o que está em jogo é o *lugar de fala* de Basílio de Magalhães e sua preocupação com a leitura que farão de sua própria experiência ali narrada. Isso não significa dizer que a prática jornalística fosse abominável por seus ouvintes, mas, tratando-se de um relato introdutório e relativamente conciso, o resgate do que fora vivido era ainda mais seletivo e deveria ser significativo para o autor – enquanto sujeito dessas ações – e instrumento que encaminhasse seu reconhecimento entre os seus pares.

Além disso, não podemos desprezar a importância que o jornalismo exerceu sobre a vida dos homens de letras. Segundo Ângela C. Gomes, trata-se de uma atividade que proporcionou àqueles que nela estavam engajados um duplo sentido.

De um lado, porque os jornais e também as revistas constituem “os novos e amplos” salões, exibindo os homens de letras a um público inusitado, e permitindo uma nada desprezível fonte de renda [...] uma profissionalização que expandia os contatos, sendo em alguns casos um passaporte para mundos políticos e sociais maiores [...]. Além disso, o jornalismo cumpria, ou melhor, devia cumprir, de forma reconhecida pelo “pequeno mundo intelectual”, a tarefa de formador da opinião pública, sendo percebido como uma dimensão paralela e essencial da atividade política (GOMES, 1996, p. 45-46).

Por assim dizer, a atividade jornalística é apresentada como um importante local de sociabilidades. A sua dupla funcionalidade, ou sentido, caracteriza-se tanto por divulgar ideias a um público maior e diversificado, como por proporcionar um movimento associativo dos sujeitos que ali se relacionam a outros espaços de sociabilidades. Subscrevendo a autora, é um passaporte para outros mundos. É um tipo de organização propícia à discussão e divulgação das ideias e ideários, sobretudo num tempo em que a produção e publicação de livros esbarravam na questão financeira. E por isso também que jornais e gazetas eram os principais formadores da opinião pública. Portanto, a atividade jornalística não era unifuncional. Além de cumprir sua função social informativa e divulgadora de ideias e de conhecimentos científicos e literários, contribuindo, conseqüentemente, para a formação de opiniões, constituía-se como importante meio de tornar conhecido o homem de letras.

Se por um lado, a prática jornalística tem múltiplas funcionalidades, variadas são também as ideias que por ali são debatidas. Considerando os jornais, as gazetas, as revistas etc., em sua estrutura organizacional – por exemplo, *Correio Paulistano*, *O Malho*, *Gazeta de Notícias* etc. –, não podemos desprezar, dentro da perspectiva de sociabilidade, o caráter

assimétrico das opiniões de seus membros. Mesmo que não seja nosso propósito abordar as ideias, especialmente as que estruturaram cada um dos periódicos que Basílio de Magalhães manteve contato, vale atentarmos que elas tornam o contorno da relação entre esses homens nada rígidos.

Aliás, considerando que a noção de sociabilidade compreende um sentido material (o lugar ou espaço institucional, por exemplo), ela também dispõe de uma perspectiva simbólica que, por sua vez, cria um espaço afetivo demarcando vínculos de amizade e hostilidade (GOMES, 1996, p. 42; SIRINELLI, 2003, p. 250). A apreensão da duplicidade da prática jornalística, sob a ótica da concepção teórica de sociabilidade (material e simbólica), é uma operação cara para pensar a interação que Basílio de Magalhães percorreu para construir sua maturidade intelectual – isto é, seu reconhecimento entre os homens de letras e a divulgação de sua produção e ideias na imprensa e em outros meios.

Nessa perspectiva, o jornal *Correio Paulistano* foi um dos mais importantes jornais que Basílio colaborou no estado de São Paulo. Para além de um ambiente profissional, as relações afetivas ali constituídas garantiram, por longos anos, a divulgação de suas atividades intelectuais e profissionais mesmo quando não integrava o quadro de membros. Sempre muito elogiado, Basílio de Magalhães foi colaborador desse órgão, diário e republicano<sup>20</sup>, até 1900, quando se mudou da capital para a cidade de Jacareí, no interior. Seu desligamento foi anunciado por dois dias consecutivos pelo jornal, em 02 e 03 de março de 1900, o que não é pouco se considerarmos a importância de selecionar as informações a serem veiculadas nos periódicos da época por diversos fatores, sobretudo o econômico – o que muitas vezes justificava o tamanho estrutural do periódico e, algumas outras, seu breve tempo de circulação.

A saber, a crônica a ser publicada no dia 03 de março de 1900, escrita por Simplício<sup>21</sup>, deu lugar a uma nota de despedida, assinada por esse mesmo autor, que dizia:

[...] O meu amigo, que faz do magistério um sacerdócio, vai prestar ao Ginásio Nogueira da Gama o precioso concurso de seu talento, do saber e da sua dedicação.

---

<sup>20</sup> Nelson Werneck Sodré (1966) apresenta um breve histórico de orientações flutuantes que teve o *Correio Paulistano* nos diferentes contextos e sob as diferentes propriedades, mostrando-se ora conservador, ora liberal, e ainda ora monarquista, ora republicano (p. 258-60). Até que se tornasse “órgão tradicionalíssimo do tradicional Partido Republicano Paulista, organização que comandava a política dominante no estado e, na verdade, em todo o país” (1966, p. 416).

<sup>21</sup> Acreditamos que se trata de um pseudônimo de Álvaro Maria d’Almada Guerra (1868-1942). Jornalista e educador fluminense que exerceu o magistério em Taubaté-SP (1889) até mudar-se para capital paulista, em 1895, onde colaborou com diversos jornais adotando pseudônimos (Fonte: Portal da Biblioteca Pública Álvaro Guerra, Prefeitura de São Paulo). Ademais, o referido nome aparece em outro artigo, assinado por Zé Basílio, em estilo itálico, diferindo-o dos demais nomes ali citados.

Congratulo-me com aquela importante casa de ensino, pela aquisição de mais esse elemento de prosperidade. Só os que conhecem de perto Basílio de Magalhães poderão aquilatar a justiça destas palavras [...].

Não se calcula o apreço, a estima, a veneração que lhe votam os seus discípulos [...], e] dos seus alunos.

Repito: o Ginásio Nogueira da Gama acaba de fazer uma aquisição valiosíssima para sua posteridade (*Correio Paulistano*, 14 mar. 1990).

Essa não foi a primeira nem a última manifestação pública da afeição que os membros daquele jornal tinham com Basílio de Magalhães. Os vínculos ali firmados se traduziram nas divulgações de suas produções literárias e históricas, de suas incontáveis conferências, de suas atividades políticas, de seu empenho para tornar-se membro de diferentes e importantes instituições de ensino e científicas – seja em São Paulo, na capital federal ou nos lugares de consagração nacional, como o IHGB e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Especialmente nesse periódico, Basílio de Magalhães havia estabelecido uma rede relacional em que as fronteiras do profissionalismo há muito se associavam e se confundiam com as da amizade. Não à toa, inúmeras vezes os intelectuais ligados ao jornal e a Basílio usavam o espaço para questionar e rebater as críticas que os trabalhos dele recebiam de outros intelectuais, portando-se como seus legítimos porta-vozes.

Por esses e tantos outros motivos, a atividade jornalística e as relações (simbólicas e materiais) que nela se constituem são laços importantes que colocam o indivíduo em contato com os outros e com outros “lugares” que podem ser favoráveis à sua legitimidade e reconhecimento intelectual. Desta forma, a atividade permite, numa perspectiva mais restrita, a troca de ideias entre os que ali estão entrosados e, num sentido mais amplo, a integração a outras redes de sociabilidades.

Pelo que encontramos durante essa pesquisa, é provável que Basílio de Magalhães tenha iniciado a colaborar com o *Correio Paulistano* por volta de 1898, quando retorna para a capital a fim de prestar concurso à Escola Normal e ali fica por dois anos. Deste modo, trabalhamos com a possibilidade de que Basílio entre 1894 e 1898 residiu em Jacareí. Visto isso, o *Correio Paulistano* não foi o primeiro órgão que Basílio de Magalhães atuou desde sua vinda para São Paulo, em 1891.

Conciliando estudos e o trabalho na imprensa paulista, empregou-se, no ano de sua chegada, como revisor do *Diário Popular*, onde, segundo Paulo Filho (1952), teria contribuído com alguns trabalhos. Depois de três anos residindo em São Paulo, consta que Basílio de Magalhães regressa a Minas Gerais, mas não fica por muito tempo. Assim, dessa segunda vinda para São Paulo, ele teria ido para a cidade de Jacareí, em 1894, para empregar-se como professor no Colégio Nogueira da Gama. Lá, no ano de 1895, funda e dirige o

*Correio de Jacarehy*. O semanário circulou até 1898, quando supostamente Basílio deixa o interior para retomar a vida na capital e, assim, passa a colaborar com o *Correio Paulistano*.

A essa altura, sua experiência com a atividade jornalística já estava bastante alargada. Pelos diferentes órgãos que Basílio de Magalhães havia passado desde seu primeiro emprego, aos 13 anos de idade, até então, tinha experimentado neles diversas funções operacionais: indo de tipógrafo a revisor e de colaborador a redator de jornais. Sua prática jornalística é inúmeras vezes mencionadas por aqueles que escrevem sobre ele sem, no entanto, explicitarem a atividade desenvolvida. Com isso, há uma dificuldade em precisarmos, e algumas vezes até supormos, como se deram tais colaborações.

Conforme Paulo Filho, Basílio de Magalhães, na capital paulista, dirigiu também *O Democrata*, até os anos 1900, quando retorna para o interior. Diz ainda que, entre 1912 e 1914, Basílio de Magalhães escreveu com assiduidade para os jornais do Rio de Janeiro, um dos quais o *Correio de Manhã*. À época, Basílio residia em Campinas e, em virtude disso, por que não supormos que tenha ele colaborado como correspondente desse jornal com notícias de sua cidade que foram divulgadas em colunas como “Pelo Telegrapho”, “Ultima Hora”, entre outras seções do *Correio da Manhã* que veiculavam notícias dos diferentes lugares.

Seja como for, talvez uma das mais importantes contribuições de Basílio de Magalhães nesse mundo do jornalismo tenha sido à *Cultura Política* (1941-1945). Uma revista mensal, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que integrou o projeto político cultural empreendido pelo Estado Novo. Tanto por sua disposição gráfica quanto pelo conteúdo nela apresentado, a revista diferia das demais em circulação e tinha um propósito bem definido: “difundir amplamente a imagem do novo regime que se instalara em 1937 e de combater veiculação de todas as imagens que lhe fossem contrárias” (GOMES, 1996, p. 126 – especialmente os capítulos IV e V). Ao lado de outras iniciativas do governo, como a radiodifusão, o cinema, o teatro etc., a revista pretendeu difundir as ideias e ideais do Estado Novo e contou com a colaboração de renomados intelectuais da época – entre os quais podemos citar Gilberto Freire, Hélio Viana, Rosário Fusco, Graciliano Ramos e Basílio de Magalhães.

Nesse contexto, Basílio já era reconhecido por sua atuação no mundo político, por integrar o corpo de importantes instituições de ensino e dos círculos de intelectuais, por suas produções historiográficas (e não só) escolares e especializadas. Ou seja, já em sua fase de maturidade intelectual, Basílio “coordena”, na revista, a seção “O povo brasileiro através do folclore”. Trata-se de um subitem que integra uma seção maior, a “Brasil social, intelectual e artístico”, cuja centralidade, nos primeiros anos, era a divulgação da política cultural do

Estado Novo nos estágios evolutivos do social, do intelectual e do artístico (GOMES, 1996, p. 130).

Em setembro de 1942, a organização estrutural da revista sofreu significativas alterações impactadas, notadamente, por questões políticas. Com um novo perfil, a seção que trazia os artigos de Basílio de Magalhães teve seu título abreviado e, a partir de seu 19º volume, passou a ser denominada “Folclore”. Se nos dezoito primeiros volumes da revista, publicados entre março de 1941 e agosto de 1942, a seção trazia somente artigos de Basílio de Magalhães, a partir dessa reestruturação houve a ampliação no quadro de seus colaboradores e autores. Nomes como o de Luiz da Câmara Cascudo (19º e 37º vols.), Oreste Plath, folclorista chileno (36º vol.), Lobivar Matos (44º e 46º vols.) entre outros que tiveram participação nessa nova fase.

Dirigida por Almir de Andrade, a revista *Cultura Política* circulou até agosto de 1945, quando publicou seu quinquagésimo primeiro volume. Dessa totalidade, somente três volumes não tiveram a seção dedicada ao folclore, onde Basílio de Magalhães teve uma importantíssima participação. Foram eles: o 21º número, lançado como edição comemorativa do quinto aniversário do Estado Novo; o 25º, cujas razões não podemos encontrar; e o 31º, também uma edição extraordinária pela comemoração do primeiro aniversário da entrada do Brasil na guerra mundial.

Para além das diferentes atividades que Basílio de Magalhães já vinha desempenhando por longos anos, fossem no magistério, no jornalismo ou, ainda, na política, a essa altura já era, também, reconhecido por seus estudos com abordagens sobre o folclore brasileiro. É de 1928 o seu *O folk-lore no Brasil*, organizado por João da Silva Campos e publicado pela Livraria Quaresma<sup>22</sup>, e, de 1937, *O café na história, no folclore e nas belas-artes*, publicado pelo Departamento de Estatística e Publicidade – órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Porém, a relação entre Basílio de Magalhães e a *Cultura Política* parece extrapolar as fronteiras dos estudos desenvolvidos e conhecimentos acumulados sobre a temática. Em outras palavras, isso significa dizer que o lugar que Basílio de Magalhães ocupou na revista, o de responsável pela subseção “O folclore”, ao lado de Câmara Cascudo, foi possível também pelos vínculos que este mantinha com seu editor, Almir de Andrade.

---

<sup>22</sup> A obra foi reeditada em 1939, pela Imprensa Nacional, e em 1960, pela Edições O Cruzeiro. Sua última edição foi idealizada por Reginaldo de Guimarães, médico e folclorista, e contou com a atualização ortográfica (pelo acordo ortográfico de 1943) e revisão das datas históricas de Aurélio Buarque de Holanda, a pedido do próprio Basílio. Holanda faz da “Nota Introdutória”, um espaço para apresentar os últimos encontros que esteve com Basílio, a quem conhecia desde 1941. (Cf. edição de 1980).

Embora fosse não-partidária, a revista delineava a ideia de Brasil pretendida pelo Estado Novo e, por outro lado, ter e manter contato com o seu principal responsável – o editor – não era pouco. A saber, o convite para integrar à *Cultura Política* veio do próprio Almir de Andrade, e mais, foi ele quem se dirigiu à casa de Basílio de Magalhães para tal tarefa. Ao falar da ausência de alguns intelectuais no quadro funcional da revista, especialmente de Oliveira Vianna, Andrade diz que:

*Ele [Vianna] nunca procurou a revista, e eu não o conhecia pessoalmente. De modo que não houve oportunidade de convidá-lo para escrever. Já o Azevedo Amaral fui eu que o convidei. O Basílio Magalhães, o grande historiador, publicou vários artigos também. Esse fui até pessoalmente na casa dele. Quer dizer, no início eu fiz esse ambiente, chamei essas figuras todas para a revista. Agora, o Oliveira Vianna não houve ocasião de (ANDRADE, 1985, p. 5, grifo nosso).*

Com trecho grifado, queremos destacar, mais uma vez, o valor dos vínculos de solidariedade que se constitui dentro e fora no mundo dos intelectuais. Da justificativa de Almir de Andrade podemos perceber que havia um conhecimento prévio, ou uma amizade já preexiste com Basílio, antes de sua entrada para a *Cultura Política*. Uma ocorrência instigante e cara que, em outra oportunidade, merece uma análise aprofundada. Mesmo compreendendo que a força da ideia de sociabilidade intelectual volta-se, sobretudo, para os vínculos (de amizade ou hostilidade) estabelecidos entre as pessoas que se encontram no Mundo das Letras pelas ideias, por ora, destacamos com muita brevidade a relação de Andrade com nosso autor que, ao que parece, era próximo o suficiente para lhe fazer o convite não no espaço das repartições públicas ou por correspondências oficiais, mas na casa dele, no espaço privado.

Portanto, é pensando nas interações, nos encontros com outros intelectuais percorremos o itinerário feito por Basílio de Magalhães em sua prática jornalística, ou melhor, em sua atividade intelectual. Para nós que somos andarilhos de sua vida, seguimos por um caminho aberto em estrada de barro e repleto de obstáculos, alguns superados, outros não. Por esses obstáculos e pelo que nos interessa para esse trabalho, destacamos aqui apenas algumas das atuações de Basílio na imprensa. No item a seguir abordaremos sua atividade desempenhada no magistério – outro importante espaço de sociabilidade e de consagração intelectual – e, de igual modo, o caminho apresenta obstáculos. Aliás, os mesmos obstáculos, pois as atividades jornalísticas, docentes, políticas e tantas outras, são indissociáveis à vida do sujeito. Elas se confundem.

### 1.2.2 “Do magistério, um sacerdócio”

Antes de abordarmos os caminhos institucionais que Basílio de Magalhães percorreu em sua trajetória docente, é instigante refletir sobre essa comparação, que dá título a esse subitem, feita por Simplício na homenagem prestada ao autor quando de seu desligamento do quadro do jornal *Correio Paulistano*, em 1900. Basílio pouco falou de seu cotidiano escolar. Em muitas de suas conferências preferiu privilegiar a importância da pesquisa aos arquivos como condição para escrever história que, explicitamente, a prática pedagógica. Porém, isso não permite qualquer suposição pessimista de Basílio à docência e escolarização como um todo. Ao contrário! Em diferentes momentos ele se colocou em defesa da educação e via em sua fragilidade a justificativa para o atraso do desenvolvimento econômico e das contradições sociais do Brasil<sup>23</sup>. Deste modo, seu perfil como professor tem, por assim dizer, seus valores evidenciados quando, por exemplo, é chamado a ser paraninfo de uma classe ou quando escrevem a seu respeito no exercício dessa atividade ou, ainda, quando ele próprio vê a importância em ser, além de professor, autor de livros escolares.

O texto jornalístico de Simplício é peculiar por trazer uma carga afetiva muito forte ao falar da prática docente de Basílio de Magalhães. Nele, é lançado luz sobre a qualidade de seu exercício como professor, publicizando para quem não o conhece. Avaliar sua experiência escolar comparando-a à prática do sacerdócio é, em nossa percepção, compreender que sua execução foi dada com devoção e maestria, e nisto inclui o compromisso com a ciência que ensina e com o método pedagógico inerente à prática de ensinar. Assim, o saber e o método convertem a relação professor-aluno em mestre-discípulo e a prática docente, pela leitura de Simplício, reveste-se, assim, de uma elaborada sacralidade (de uma ação sacramental).

Segundo Augusto de Magalhães (1978), a trajetória docente de seu pai tem início no Colégio Delamare, em 1892, ano em que teria se matriculado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Fundado e dirigido pelo professor Lamartine Delamare Nogueira da Gama<sup>24</sup>, seu conterrâneo, Basílio ministrou o ensino de português no colégio. Criado em

---

<sup>23</sup> SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalismo no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 185. Nessa ocasião Basílio de Magalhães está refutando as teorias raciológicas de seu período que se baseavam num determinismo biológico e climático para justificar o tal atraso, dado que será privilegiado no Capítulo II.

<sup>24</sup> Da importante família mineira Nogueira da Gama, cuja trajetória foi marcada pelo prestígio e grande influência na vida político-administrativa do Império. Cf. MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.



1883, inicialmente como externato preparatório, o estabelecimento de ensino tornou-se colégio, em 1889, admitindo alunos dos cursos do primário e do secundário. Em dezembro de 1891 transformou-se no Ginásio Paulista<sup>25</sup>, “abrangendo em seu programa todas as matérias exigidas para a matrícula no curso superior do país”, tendo, agora, Sylvio Tibiriçá de Almeida como diretor, com quem Basílio de Magalhães e outros intelectuais, no futuro, criariam a Academia Paulista de Letras (1909) (*Correio Paulistano*, 03 jan. 1892).

Ainda segundo Augusto de Magalhães (1978, p. 259), Basílio havia lecionado até 1893 no Colégio Delamare, conciliando a docência com os estudos superiores, quando se vê “dentro de um de um terrível dilema: por um lado, a vontade e a necessidade de ficar definitivamente em São Paulo e, por outro, o seu apego ao lar, onde deixara a devotada mãe e que ele resolveu retornar”. Basílio opta por Minas Gerais, mas retorna no ano seguinte. Na ocasião o Colégio havia mudado de direção, o cargo era, agora, de Dionísio da Fonseca e atendia por Colégio São Paulo e Minas.

Neste período, Basílio toma conhecimento de que o professor Lamartine reinstala o antigo Colégio Delamare, na cidade de Jacareí, sob o nome de Nogueira da Gama – atendendo crianças, de gênero masculino, no ensino primário e secundário, em regime de internato e externato –, e passa a integrar o diversificado corpo de docentes da instituição<sup>26</sup>. Em 1899, o Colégio, por Decreto Federal, foi equiparado ao Ginásio Nacional<sup>27</sup>, assim, passando à denominação de Ginásio Nogueira da Gama<sup>28</sup>. É, portanto, desse tempo que Basílio de Magalhães tem a publicação de seu primeiro livro para uso escolar, o **Lições de História do Brasil** (1895), editado pela Typ. Lithographia Ribeiro – também ano de fundação do jornal *Correio de Jacarehy*.

---

<sup>25</sup> Sobre a organização dos estabelecimentos de ensino em São Paulo nos primeiros anos da República ver: GODOI, Lidiany C. de O. A reforma do ensino no estado de São Paulo: conflitos e disputas (1891-1892). *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da Educação no Brasil*. Cuiabá – MT, 2013.

<sup>26</sup> Além de bacharéis em Direito, ali praticava a docência religiosos, militares, profissionais liberais. Cf: *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, 25 nov. de 1894.

<sup>27</sup> Com a República proclamada e visando apagar os símbolos e significados que remetessem ao Império, o nome do Imperador deposto não era mais o nome do maior Colégio que passou a denominar Ginásio Nacional. Além disso, a instituição passou por uma reforma do ensino (Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890), assinada pelo Ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant. Ver: GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004; e SANTOS, Beatriz Boclin M. dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>28</sup> Pela equiparação, o estabelecimento passa a expedir diploma de bacharel em Ciências e Letras e certificados de conclusão do ensino secundário. Este com validade para matrícula nos cursos superiores em Medicina, Direito, Escola Politécnica, Farmácia, Odontologia e Belas-Artes. Cf. BRASIL. Decreto nº 3.518, de 2 de Dezembro de 1899.

Consideramos que Basílio de Magalhães deixa suas atividades, e até mesmo a cidade de Jacareí, e rumo para a capital paulista em 1898. Desse emaranhado de imprecisões e dados contraditórios existem certos fatores, alguns já mencionados, que nos levam seguir por esse percurso. Chegamos a essa possibilidade em razão de duas ocorrências. Primeiro, pelo artigo de despedida que publicou o *Correio Paulistano*, – este já abordado – em que dizia: “Basílio de Magalhães, o nosso erudito colaborador, acaba de deixar a vida rumorosa da capital para, durante alguns anos, gozar o delicioso clima de uma das cidades mais adiantadas do norte de São Paulo”, referindo ao seu retorno a Jacareí. E, segundo, que seu retorno para a capital deveu-se a inscrição no concurso da Escola Normal de São Paulo, em 1898.

É no *Correio Paulistano* que encontramos a divulgação do edital do concurso e, posteriormente, o nome dos inscritos que, além de Basílio de Magalhães (o primeiro nome da lista), estavam José Chrysóstomo de Paiva (Bacharel em Direito), Benedicto Ferraz de Campos e Arthur Gomes<sup>29</sup>. Segundo o jornal da época, o concurso era para uma vaga para a 1ª Cadeira de Português. Augusto de Magalhães (1978, p. 263), por sua vez, aponta que esse era para o provimento da cadeira de Literatura Portuguesa e que logo foi suprimida, e concurso cancelado. Recorrendo à lei que definiu o programa curricular da Escola Normal de São Paulo (**Quadro 1**), não constatamos nela a disciplina Literatura Portuguesa, por outro lado, também, não encontramos qualquer menção que tenha existido, naquele contexto, um projeto para criação dessa cadeira.

De um modo ou de outro, Basílio de Magalhães não teve experiência na Escola Normal de São Paulo que, num tempo em que se ampliava o número das escolas primárias, ganhava ainda mais destaque na formação dos normalistas, cujo público feminino era majoritário. Aos rapazes da elite, conta-nos Circe Bittencourt (1990, p. 169), cabia o ensino aplica o nos poucos ginásios existentes no país. Portanto, se nossa hipótese tem procedência, Basílio de Magalhães reside em São Paulo até 1900 quando, segundo Simplício, retoma suas atividades docentes em Jacareí, no então Ginásio Nogueira da Gama, fato que foi, também, noticiado pelo *Lavoura e Comércio*. Em sua coluna “Interior do Estado”, do dia 08 de março de 1900, ao informar as ocorrências no interior paulista dizia:

---

<sup>29</sup> O edital foi publicado na edição do dia 12 de fev. 1898; a relação dos candidatos nos dias 15 e 17 de março; e o exame previsto para o dia 21 desse mês.

“Fixou residência na cidade [de Jacareí] o Sr. Basílio de Magalhães, fazendo parte do Ginásio Nogueira da Gama”<sup>30</sup>. O jornal também não informava qual seria a disciplina que ministraria naquela escola.

Basílio de Magalhães lecionou no Ginásio de Campinas (1901-1912), instituição fundada, em 1896, durante a presidência estadual de Campos Salles e instalada no prédio onde funcionou o extinto Colégio Culto à Ciência. Catedrático da 15ª cadeira de História do Brasil, Basílio ingressou na instituição pelo concurso realizado em 1900, ao lado de Coelho Netto e Raul Soares que ocuparam, respectivamente, as cadeiras de Literatura e Português (PAULO FILHO, 1952). Um concurso que, segundo o próprio Basílio, o fizera entrar por “portas largas”, expressão que, entre outras coisas, denota certa facilidade em seu ingresso – talvez pela quantidade de vagas em aberto. Segundo o jornal *Lavoura e Commercio*, de 02 de março de 1900, o concurso abriria 10 vagas para a cadeira de História Geral, bem como para outras disciplinas (cujas quantidades de vagas eram variadas), para o preenchimento das vagas que foram ocupadas interinamente.

---

<sup>30</sup> Segundo o *Anuário do Ensino*, de 1910, havia em São Paulo três ginásios mantidos pelo estado (Capital, Campinas e Ribeirão Preto) e outros dezessete equiparados e mantidos por particulares.

**Quadro 1 – Programa Curricular da Escola Normal de São Paulo, 1893.**

Primeiro Ano		Segundo Ano		Terceiro Ano		Quarto Ano	
1ª Série	2ª Série	1ª Série	2ª Série	1ª Série	2ª Série	1ª Série	2ª Série
Português	Português	Português	Português	Inglês ou Alemão*	Port. (história da língua)	Generalidade de Anat. e Fisiologia	Psicologia e Moral
Aritmética	Francês	Francês	Inglês ou Alemão*	Física	Complemento de Física	História Natural	Economia Política
Geografia do Brasil	Aritmética e Álgebra	Geografia Geral	Mecânica e Agrimensura	Química	Química	Química	Pedag. e Exerc. Ens. Esc. Compl.
História do Brasil	Geometria	Compl. Geometria e Trigonometria	Astronomia Elementar	História Natural	História da Natureza	Psicologia e Moral	Educ. Cívica e Econ. Doméstica
Escrituração Mercantil	História do Brasil	Mecânica	Física	História Geral	Pedagogia	Economia Política	
Caligrafia	Escrituração Mercantil	Astronomia Elementar	Geografia	Pedagogia e Exerc. de Ensino	Exercícios de Ensino	Pedag. e Exerc. Ens. Esc. Compl.	
Ginástica	Desenho e Trab. Manuais	Música e Desenho	Música	Exerc. Militares e Econ. Doméstica	Gen. Anatomia e Fisiologia	Economia Doméstica	
					História Geral		
					Educação Cívica		

Legenda: (\*) O Ensino da língua alemã foi suprimido do programa pela Lei nº 295, de 19 de julho de 1894.

Fonte: Adaptado de SÃO PAULO (Estado). Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893. Art. 18.

O Ginásio de Campinas teve sua equiparação ao Nacional em fevereiro de 1901, pelo Decreto nº 3928, e por isso, recapitulando, a instituição passava a gozar dos mesmos direitos que o Ginásio Nacional e ficava sujeito às inspeções federais. Aqui, é importante ponderar que desde dezembro de 1900 o governo paulista havia baixado um decreto que redistribuía em seis anos as cadeiras – como também era denominado o que hoje chamamos de disciplina –, do curso ginasial. No entanto, entre esses dois decretos – respectivamente, federal e estadual – o Governo Federal, sob a presidência de Campos Salles, em janeiro, baixou outros dois importantes decretos: o de nº 3890 e o de nº 3914. Dois instrumentos que constituíram a Reforma Epitácio Pessoa, o então Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

O primeiro, que aprovava o código dos institutos de ensino – superiores e secundários – dispunha de questões diversas, entre elas, a composição, organização e funcionamentos dos estabelecimentos oficiais, como àqueles equiparados criados pelos estados da federação ou por particulares. Para esses últimos, o Decreto, no Art. 373, trazia a possibilidade das instituições ministrarem outras disciplinas além daquelas citadas no plano de ensino nacional.

O segundo Decreto, por sua vez, era específico ao Ginásio Nacional e, entre outros pontos, tratou de assuntos relativos aos exames, ao programa e ao curso. Cabe ressaltar que, com esse instrumento, ficava suprimida a cadeira de História do Brasil, junto com a de corografia. Deste modo, o ensino de História Universal, no Ginásio Nacional passaria ser regido, conforme o Art. 3º, pela cadeira de “História, especialmente a do Brasil”. Uma mudança significativa tanto no que diz respeito ao conteúdo a ser ensinado – com a mudança a nova disciplina deveria abordar a História Universal, da América e do Brasil – como para o corpo docente daquela instituição, o que merece um breve destaque. Em virtude do fim da cadeira de História do Brasil, Capistrano de Abreu, **catedrático** dessa disciplina, foi posto em disponibilidade e a nova cadeira assumida por João Ribeiro. Com certa dose de ironia, escrevia Capistrano sobre o ocorrido à luz do quarto centenário do *descobrimento* do Brasil:

Quiseram fazer de mim, professor vitalício de História e Corografia do Brasil, professor de História Universal, lecionando não um ano, como antes, porém, três. Protestei perante a congregação do Ginásio, reclamei ao ministro, e este, dando-me e negando-me razão, vai declarar-me extinto. Lembra-me de uma carta sua antiga, em que você estranha que eu não tivesse alunos; pois agora há cousa melhor: não há mais professor de História do Brasil no Ginásio Nacional [...] Não se podia acabar o centenário de modo mais expressivo.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Carta de Capistrano de Abreu a Domingos Jaguaripe em 1899 apud OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 41.

Os intensos debates sobre a alteração e constituição das disciplinas escolares, em especial sobre o ensino de História, não foi privilégio do Ginásio Nacional. Segundo Elza Nadai (1993, p. 144), em São Paulo, o debate remonta ao ano de 1892 quando a Câmara dos Deputados propunha um primeiro projeto para reformar a instrução pública do estado e, nele, a introdução da História da Civilização era a que havia encontrado barreiras, sobretudo, em razão da “preocupação com a constituição da nacionalidade e a formação da nação”. Por fim, salienta Nadai, no Primeiro Regulamento do estado (Decreto n. 293/1895), tanto a História do Brasil, como a Universal, tiveram espaço no currículo dos ginásios.

Nestes termos, a constituição do programa dos ginásios paulistas de 1895, manteve as duas disciplinas, tornando igual a carga horária semanal e alterando a distribuição na grade no Decreto n. 858/1900, conforme disposto no **Quadro 2**.

**Quadro 2 – Grade Curricular dos Ginásios de São Paulo, 1900.**

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano
Aritmética	Aritmética	Álgebra	Álgebra	Mec. Astr.	Matemática
Geografia	Álgebra	Geometria	Geometria	Física e Quím.	Física e Química
Português	Geografia	Português	Trigonometria	Literatura	Hist. Nat. e Aritmét.
Francês	Português	Francês	Português	Inglês	Física e Lóg.
Italiano	Italiano	Italiano	Francês	Alemão	Geografia
Desenho	Inglês	Inglês	Inglês	Latim	Literatura
Ginástica	Desenho	Desenho	Alemão	Grego	Francês
	Ginástica	Ginástica	Latim	Hist. Univ. (3)	Inglês
			Grego		Alemão
			Hist. Univ. (3)		Latim
			Desenho		Grego
			Ginástica		Hist. do Brasil (6)
					Desenho
					Ginástica

Legenda: (x) – Carga horária semanal

Fonte: SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 858, de 14 de dezembro de 1900. Art. 7º.

Quanto ao concurso para o ingresso no Ginásio, cabe considerar que além da prova escrita e oral, havia a fase da arguição recíproca entre os candidatos. Nessa etapa, Basílio de Magalhães arguiu seus concorrentes com os seguintes temas: para Haddock Lobo, *A Revolução do 7 de abril e o Ato Adicional*; [Benedicto] Octávio, *As tentativas e conquistas dos franceses no Brasil*; e L. Toledo, sobre *A inconfidência mineira*. Ele, por sua vez, foi

interpelado por Haddock Lobo sobre *O reconhecimento da independência do Brasil*.<sup>32</sup> Esses temas, no contexto da Primeira República, se desdobravam em importantes *releituras* no campo intelectual e historiográfico, locais privilegiados para conformação de novos valores políticos, econômicos e sociais que superassem o que fora estabelecido durante o Império.

Considerando, especificamente, os temas que Basílio de Magalhães dirigiu aos seus concorrentes – mesmo não havendo detalhes sobre a argüição –, seus enunciados nos levam a supor que são abordagens caras e passíveis de uma “revisão” da leitura que havia sido feita sobre o passado histórico da nação e de grande importância ao que se pretendia com o projeto político republicano e uma nação moderna. Nesta relação entre *passado-futuro* – que consiste mais do que uma oposição temporal, trata-se de uma que oposição entre o atraso e o progresso – por que não considerarmos que, naquele *presente* (um concurso para docente de História do Brasil na Primeira República), os candidatos abordaram em suas argüições, por exemplo: a importância da **defesa do território** na fundação da França Antártica; as **reformas liberais** dos anos 1830; e o papel de **Tiradentes**, o então herói nacional, na divulgação das ideias republicanas. Reconsiderando, portanto, os sentidos desses acontecimentos históricos.

Assim, respectivamente, o território, a política liberal e a criação do herói nacional, entre outros temas, constituíam também o repertório dos referenciais formadores do novo regime e de seu imaginário político, contribuindo com os anseios republicanos e federalistas de uma elite político-intelectual, cuja prole ocuparia o banco dos ginásios. É com essa incumbência que Basílio de Magalhães tornou-se catedrático de História do Brasil do Ginásio de Campinas. Onde, também, assumiu interinamente a cadeira de História Universal (1907)<sup>33</sup>, de Geografia, quando substituiu o catedrático licenciado Gustavo Enge (1903) e de Latim (1910) (*Correio Paulistano*, 20 nov. 1903; e de 28 abr. 1910).

É importante ressaltar, ainda, que para todas essas cadeiras que assumiu interinamente, com exceção a de Geografia que não teve concurso, Basílio de Magalhães integrou a banca examinadora da seleção de novos docentes e por diversas vezes escolhido paraninfo das turmas que ali se formaram. Além disso, durante os longos 11 anos em que esteve no Ginásio desempenhou outras atividades externas, como um incontável número de conferências sobre os variados temas – inclui-se aí os discursos dirigidos às autoridades políticas e militares,

---

<sup>32</sup> Sobre o resultado do concurso, em nenhum dos candidatos aparecem com membros do corpo docente da instituição nos Anuários dos anos seguintes. Aliás, na edição do dia 18 de julho, o referido jornal trazia a seguinte nota: “Diz uma folha local que se promove naquela cidade [Campinas] um abaixo-assinado pedindo ao governo a nomeação do Dr. Haddock Lobo para lente de História do Brasil”. Cf: *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, 04 jul. 1901

<sup>33</sup> Cf: *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. 1907-1908*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C. p. 355.

como o general argentino Julio Roca –, sendo identificado como **lente catedrático de História do Brasil** do Ginásio de Campinas. Inclui-se também a participação na fundação da Academia Paulista de Letras (1909) e na Campanha Civilista de Rui Barbosa (1909-1910). Ocorrências caras à vida intelectual de Basílio.

### *A Academia Paulista de Letras e a Campanha Civilista*

Sediada na capital, a Academia Paulista de Letras (APL) foi fundada em 27 de novembro de 1909 por intelectuais dos diferentes cantos do estado de São Paulo visando, segundo o *Correio Paulistano*, de 11 setembro de 1909, coligir “as brilhantes intelectualidades [...] que viviam dispersas, sem estímulos, ignorando-se mesmo os seus estudos, trabalhos e preocupações”. Formar-se-ia um novo espaço de sociabilidade para se debater a produção intelectual e proporcionar uma interlocução, direta ou indiretamente, entre as preocupações sócio-políticas que seus membros portavam da realidade e das ambições republicanas.

A instituição formada por quarenta membros teve como sua primeira missão a tarefa de desenvolver um estudo sobre seus patronos, constituindo “uma valiosa documentação para a história da literatura da pátria”, como noticiou aquele jornal. Entre eles estavam: Júlio César Ribeiro, patrono da cadeira de número 17, fundada por Sylvio de Almeida; na cadeira seguinte, Antonio de Toledo Piza e Almeida, fundada por Benedicto Octávio de Oliveira; Adolpho Varnhagen, patrono da cadeira 25, fundada por Antonio Ferreira de Oliveira; Pedro Taque (este, cronista das expedições bandeirantes), patrono da cadeira 34 fundada por Basílio de Magalhães; e Euclides da Cunha, patrono da cadeira 36, fundada por Raul Soares de Moura.

A notícia do estabelecimento da Academia que pretendia uma articulação entre os intelectuais de São Paulo não demonstrou ser este um projeto consensual – o que não é novidade. Aliás, a ideia de se estabelecer uma associação como esta, e até mesmo com este nome, era de 1907, mas havia morrido antes mesmo de nascer, como a imprensa gostava de lembrar do projeto frustrado. Antes de sua inauguração, em 1909, os intelectuais que estavam à frente do projeto, especialmente José Joaquim de Carvalho, e, posteriormente, os que haviam sido convidados a compor o quadro dos sócios fundadores, receberam severas críticas e classificações negativas.



Os paulistas não querendo ficar, literalmente, em plano inferior aos pernambucanos e aos maranhenses também fizeram a sua academia de letras, modelada pela do Rio de Janeiro, que por sua vez foi vazada nos moldes da Academia Francesa.

[...] Por muita intensa que seja a seriedade que haja presidido à organização dessas academias estaduais, nunca se livrarão elas da pecha suburbanas, pois que são filhas de um arremedo caricatural, e *uma risível macaqueação*.

A Academia de Letras tem de ser um instituto de caráter nacional (J. J. Capivara. *O Commercio de São Paulo*, 26 set. 1909, grifo nosso).

Além do combate ao caráter regionalista, a instituição era acusada de admitir homens que não tinham contribuído produtivamente com a literatura. Ou seja, o critério estabelecido para convite de seus membros não correspondia ao nome que designava a instituição. Desta forma, o reconhecimento como um campo intelectual passou por certos entraves, mas, ao contrário do projeto de 1907, a instituição conseguiu se estabelecer e, com o decorrer do tempo, se legitimar. Ali, tomariam assentos intelectuais como Mario de Andrade, Plínio Salgado, Afonso d'Escagnolle Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Infelizmente, não tivemos conhecimento dos discursos e demais atividades que Basílio de Magalhães tenha realizado na congregação. Atualmente, a Academia delega a ele a responsabilidade pelo arquivamento de recortes com as notícias veiculadas pelos jornais sobre a criação e inauguração da instituição em 1909. Contudo, julgamos interessante ambientar, mesmo com brevidade, um dos lugares de sociabilidade intelectual que Basílio integrou, quando lente do Ginásio de Campinas, e que não teve lugar na narrativa autobiográfica – naturalmente seletiva. Outra importante ocorrência, também não mencionada, é sua participação na Campanha Civilista.

Surgida após desentendimento entre os Partidos Republicanos Paulista (PRP) e Mineiro (PRM), foi um movimento de apoio à candidatura do civil Rui Barbosa – a Águia de Haia, representante da República dos Bacharéis – e de ataque à campanha do marechal Hermes da Fonseca – militar do Exército, representante da República das Espadas –, à Presidência da República.

A campanha do baiano Rui Barbosa (PRP) trazia propostas com conteúdo bastante reformador, em especial a defesa do voto secreto. Nela, Basílio de Magalhães teve um forte engajamento, cujo empenho não se limitou à cidade de Campinas. Desde o final de 1909, Basílio foi diversas vezes mencionado pelos jornais por fazer os discursos de saudação ao candidato baiano pelas diferentes cidades paulista. E isso não foi o bastante. Basílio também levou a Campanha Civilista à sua terra natal, Minas Gerais, que havia lançado, pelo PRM, a candidatura do gaúcho Hermes da Fonseca. Divulgou a Campanha Civilista em cidades como

Caxambu, Baependi, Belo Horizonte, São João del-Rei, Juiz de Fora e Ouro Preto<sup>34</sup>. E, desse engajamento, Basílio de Magalhães publica o folheto *Pela República Civil*, em fevereiro de 1910, onde reuniu dois de seus discursos proferidos em favor da campanha de Rui Barbosa. Nas palavras de Ivan Lins (1960), membro da Academia Brasileira de Letras (1958-1975), “Basílio foi um dos mais eficientes elementos da campanha civilista, tomando parte ativa, através da palavra e da pena”<sup>35</sup>.

### ***Retomando...***

Basílio de Magalhães desempenhou, efetivamente, sua atividade docente no Ginásio de Campinas até 1912 – isto é, ministrou aulas –, quando se licenciou por questões de saúde. No ano seguinte, foi solicitado pelo governo do estado de São Paulo, cuja administração era de Rodrigues Alves (1912-1916), para o desenvolvimento do estudo sobre as expedições bandeirantes – movimento de conquista do interior e extensão dos limites territoriais no Brasil nos tempos coloniais.

Dessa pesquisa, que resultou no livro *O estado de São Paulo e seu progresso na actualidade*, publicado em 1913 pelo *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), Basílio de Magalhães apresentou uma série de três conferências no IHGSP, do qual era membro. Na primeira conferência considerou o bandeirismo e as guerras holandesas “episódios culminantes de nossa história na fase colonial pela extensão, intensidade e consequência que tiveram” e defendeu a pesquisa documental como método indispensável para o conhecimento da história do país. Afirmava que “não se pode conhecer a história pátria sem pesquisar detidamente paciente e cuidadosamente os documentos do Arquivo Nacional (AN). Erros de toda sorte punham nos cronistas, nos historiógrafos especialistas e nos compêndios escolares”.

No entanto, mais do que esboçar sua concepção sobre o moderno método historiográfico – assegurada por artefatos metodológicos que lhe dava o estatuto de cientificidade pela objetividade e neutralidade do historiador e por sua tarefa de narrar acontecimentos segundo as verdades dos documentos verdadeiros –, Basílio de Magalhães apresenta o resultado de um trabalho historiográfico articulado a um projeto político (no sentido estrito do termo) republicano e federalista do “povo paulista” que se prolongava desde

---

<sup>34</sup> Cf. *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 jan. 1910; e *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 03 de fev. 1910.

<sup>35</sup> Na ocasião, Ivan Lins ocupava a Cadeira 1, patronada por Adelino Fontoura, sucedendo o historiador Afonso d’Escagnolle Taunay.

o Império, como já mencionamos. Essa proposição fica ainda mais evidente quando na abertura da conferência desse estudo, no relato autobiográfico (Anexo B), ele diz:

Sem nunca olvidar o torrão natal, sem nunca perder as afeições que lá me redouraram a infância e me acompanham como um resplendor saudoso e sugestivo, – aqui foi que completei a minha educação social e aqui, força é que eu pronuncie o termo necessário, foi que *yankeezei* o meu espírito, plasmado pela febre do progresso de praticidade, de arrojo, de perseverança, que uns restos do sangue dos bandeirantes punha na enfiatura desta gente hospitaleira, fidalga e empreendedora, coadujavada e cada vez mais impelida para diante pelo braço estrangeiro, que trouxe energias novas deste admirável **povo paulista**. [Grifo nosso]

Esse trecho autobiográfico – sem perder de vista a heterogeneidade das ideias que constitui o ambiente intelectual –, nos inquieta sobre o discurso regionalista que ele faz ecoar no IHGSP. Se com a proclamação da República os homens de letras de perspectiva republicana se voltavam para a construção dos heróis e dos modelos cívicos que representassem a nação, o “povo paulista”, herdeiros das ideias federalistas que mobilizou o debate político da Geração de 1870, conformava e incentivava a construção de representações republicanas com matriz regional (ALONSO, 2002, p. 222-237).

O resultado dessa pesquisa desenvolvida no Arquivo Nacional e no IHGB a pedido do governo de Rodrigues Alves segue pela mesma esteira que, no século passado, havia defendido o regionalismo e o federalismo. Basílio liga o “povo paulista”, por laços de consangüinidades, aos primeiros bandeirantes destacando a manutenção do espírito empreendedor e progressista de outrora. E liga-os, também, aos ianques, símbolo da mobilização em prol da liberdade política, social e econômica dos Estados Unidos da América durante a Guerra de Secessão (1861-1865). Pelos termos em destaque, verifica-se uma importante leitura da articulação do regional com o nacional, proporcionada pela reafirmação da grandiosa expedição bandeirante que, doravante, rumavam pela modernização e progresso com a mesma tenacidade. Para isso, o país contava com os intelectuais paulistas tal como os Estados Unidos contaram com os ianques.

Trata-se, portanto, de um projeto político nacional de valorização da história regional, mas, também um projeto pedagógico em firmar a vanguarda dessa região – estabelecida como importante centro econômico e igualmente, irradiador das ideias republicanas e federalistas desde o Império – na defesa de uma dinâmica política, social e econômica liberal para todo o país. Não à toa, Basílio cita seu contato com a obra do republicano e federalista Assis Brasil aos seus espectadores que, como há de se supor, uma elite-intelectual herdeira da oligarquia cafeicultora – produto que movia a economia nacional.

Embora Basílio de Magalhães tenha apresentado os resultados que obtivera da pesquisa realizada no Arquivo Nacional na série de conferências, no Instituto Histórico de São Paulo, não encontramos qualquer menção sobre seu retorno à atividade docente no Ginásio de Campinas, porém, não descartamos essa possibilidade. Por outro lado, acreditamos que com esse trabalho (que se desdobra nas fases da pesquisa e da escrita histórica), Basílio assumia uma nova posição no cenário intelectual, tanto no que se refere ao seu reconhecimento e legitimidade, como também na ampliação de seus vínculos de sociabilidades.

Para nós, portanto, sua ida ao Rio de Janeiro para trabalho de pesquisa histórica nas principais instituições de guarda documental e produção intelectual - especificamente o Instituto Histórico - o permitiu, se não o primeiro contato, sedimentar laços com importantes nomes que pertenciam à congregação intelectual do IHGB. E entre esses nomes um tem grande destaque: Max Fleiuss, eleito sócio efetivo (1900) e secretário perpétuo (1907) do IHGB, cuja relação pessoal e institucional abordaremos a seguir.

## 2 UM “MINEIRO APAULISTADO” NA CAPITAL FEDERAL: TRAJETÓRIA E O PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL DE BASÍLIO DE MAGALHÃES

Todo o nosso futuro depende de amalgamarmos sabiamente os nossos heterogêneos elementos étnicos, desenvolvendo-lhes em tipos fixos e fortes, por meio da educação, as qualidades boas e suprindo-lhes, quando for possível, os defeitos e os vícios originários.

*Basílio de Magalhães, 1916*

Rio de Janeiro, a capital da República recém-criada e o lugar onde estavam instaladas importantes congregações intelectuais do país, era revestida de um peso simbólico que atraía a intelectualidade geograficamente dispersa pelo país. O IHGB que, com o fim do Império e com o estabelecimento do novo regime, perdera a proteção direta do Imperador (sabemos bem o valor que paira sobre o termo proteção à realidade do Instituto nos primeiros anos da República), não abdicou de seu empenho em escrever a história do Brasil e continuava ser um dos principais atrativos desses intelectuais. Ao seu lado, as instituições de ensino exprimiam, pelos seus nomes, o mesmo grau de importância. Integrar o quadro dos membros dessas instituições de ensino – como Ginásio Nacional<sup>36</sup> o Colégio Pedro II e o Instituto de Educação, por exemplo – era fundamental aos intelectuais das primeiras décadas republicanas.

Entre outros vários sentidos, estar associado a essas congregações proporcionava àqueles homens oportunidades de prestígio sociocultural, mas, fundamentalmente, a interação com seus pares. Respectivamente, estamos nos referindo, portanto, ao posicionamento do intelectual em dois lugares distintos, mas, igualmente, indissociável. Trata-se, primeiro, da

---

<sup>36</sup> A instituição que trazia o nome do monarca deposto e, conseqüentemente, as representações simbólicas do então antigo regime no novo cenário político enfrentou o que, acertadamente, Arlette Gasparello chamou de “crise de identidade” (2004, p. 36-40). Nos anos iniciais de reconfiguração da política nacional, os ideólogos republicanos preocuparam-se em empreender medidas para apagar os traços que remetessem ao Período Imperial. Deste modo, uma de suas medidas foi a de modificar o nome do Colégio Pedro II que inicialmente, foi chamado de Instituto Nacional de Instrução Secundária e posteriormente, em 1890, de Ginásio Nacional. Em 1909, o presidente de Nilo Peçanha (ex-aluno da instituição) assina o decreto em que o Externato da instituição passe a se chamar Externato Nacional Pedro II, mas é somente em 1911 que o estabelecimento retorna a sua denominação primeira – Colégio Pedro II – com decreto do presidente Marechal Hermes da Fonseca (também ex-aluno).

sociedade em seu sentido mais amplo, cujo espaço é ocupado por diferentes atores. O segundo lugar, é a sociedade que, superficialmente, podemos classificar como das instituições, congregações, dos jornais etc., a qual Sirinelli refere-se como “microsociedade” (2003, p. 250). Sobre esse último lugar, nunca é demais ponderarmos o quão significativo são os vínculos dos afetos e desafetos que demarcam as relações intelectuais. Assim, a amizade coloca-se como um importante recurso para integração e permanência do intelectual nessas “microsociedades”.

Nesse capítulo, pretendemos acompanhar a trajetória de Basílio de Magalhães no Distrito Federal, suas inserções profissionais/intelectuais nas diferentes congregações e, também, suas apreensões sobre o aspecto racial do povo brasileiro enquanto elemento do (s) moderno (s) projeto (s) de nação em discussão. Na condição de observadores de sua vida, consideramos que sua integração ao quadro social do IHGB e, posteriormente, sua transferência para o Rio de Janeiro foram acontecimentos que causaram grande impacto em sua trajetória intelectual. A partir desse pressuposto, podemos hierarquizar e admitir que, juntas, essas ocorrências ocuparam o deslocamento de maior relevo na vida de Basílio. Isso porque, mais do que um deslocamento geográfico, sua transferência à Capital Federal foi, especialmente, um deslocamento no campo intelectual, o que lhe proporcionou importantíssimos vínculos intelectuais e de amizade e de integração a um novo lugar de sociabilidade. Cabe, desde já, esclarecer que não pretendemos abordar todas as atividades que Basílio se dedicou. Além de ser-nos uma tarefa impossível, o não esgotamento deixa aberto um caminho para o estudo desse intelectual.

## **2.1 Não só dos livros, mas são das boas relações que vem o sucesso intelectual**

De modo recorrente, os pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre as relações de sociabilidade entre os homens do mundo das letras, das ciências, das artes ou da política, reafirmam, com muita coerência, que o entrosamento entre eles estão longe de uma harmonia plena. Os intelectuais, estrutura viva das diferentes congregações, reúnem-se, como vimos no capítulo anterior, a partir de um “acontecimento fundador” que dão coerência ou justificam o meio intelectual – seja o lugar, propriamente dito, ou uma geração de homens reunidos com um propósito ou a partir de um dado que lhes são comum (GOMES, 1996; SIRINELLI, 2003). Do ponto de vista da indicação e/ou admissão ao quadro dos membros dessas

instituições, o intelectual deveria empreender-se, algumas vezes, a uma mobilização mais pragmática e estratégica do que meramente apresentar um repertório material de tudo o que havia produzido.

Livros, ensaios, discursos, a participação em círculos intelectuais etc., nem sempre eram recursos suficientes para ter assento no IHGB, algumas vezes, as relações de amizade precediam a relação organizacional. O Instituto, como lugar de sociabilidade, foi de fundamental importância para a trajetória Basílio de Magalhães. E, obviamente, para outros intelectuais ali aglutinados. Sua relação muito próxima com Max Fleiüss foi para nós, primordial para sua associação ao quadro social do Instituto, onde teve um entrosamento significativo às atividades que o IHGB desenvolveu nas primeiras décadas do século XX.

Nascido no Rio de Janeiro, em 02 de outubro de 1868, e falecido na mesma cidade, a 31 de janeiro de 1943, Max Fleiüss, sem querermos desqualificar os demais, não foi qualquer nome no quadro social do IHGB. Eleito sócio efetivo em agosto de 1900, foi designado ao exercício administrativo de segundo secretário, no mesmo ano, e de primeiro secretário, em 1906 – função que ocupou até ser eleito Secretário Perpétuo do Instituto (1907), sob a presidência do Marquês de Paranaguá (1906-1907). Max Fleiüss, a essa altura, detinha uma posição estratégica de poder dentro IHGB. Foi dele o insistente convite para que o Barão do Rio Branco (1845-1912), então Ministro das Relações Exteriores (1902-1912), assumisse a presidência do Instituto.

É sempre bom lembrar que o IHGB, nesse período, ainda empreendia grandes esforços para superar o ostracismo a que fora relegado com o fim das subvenções imperiais e, conseqüentemente, pelas marcas que carregava do passado monarquista ou, na feliz expressão de Ângela de Castro Gomes (1996, p. 52), do “aroma monarquista”, no contexto republicano. Podemos considerar que, para além das aptidões do Barão, o convite de Fleiüss era estratégico. Se por um lado as agremiações intelectuais republicanas – especialmente a Academia Brasileira de Letras (ABL) – previam um projeto de isenção da produção dos bens simbólicos dos domínios do poder político, no caso do IHGB, a indicação de seu Secretário Perpétuo de um homem à presidência do Instituto com sólida carreira política foi fundamental, segundo Lucia Guimarães (2007, p. 79), para seu fortalecimento e superação das condições adversas pela qual passava.

Assim, ainda segundo Guimarães, a atividade diplomática de Rio Branco gerou reflexos sensíveis no IHGB, “que passou a intensificar o intercâmbio com instituições científicas do Novo Mundo” e “devido à proximidade com o poder e à popularidade que desfrutava no país, carregava prestígio, público e verbas para o reduto intelectual que dirigia,

livrando-o do ostracismo” (2007, p. 30-31). Para a produção historiográfica, a diplomacia era uma atividade estratégica por proporcionar, em decorrência das viagens que faziam aos outros países, acesso aos documentos dispostos nos arquivos e proximidade entre os intelectuais. Portanto, se por um lado o Barão do Rio Branco exercia a diplomacia política no Itamaraty, por outro, no IHGB, em sua presidência (1908-1912), uma atividade diplomática intelectual, no qual se verifica o início de investimentos em projetos favoráveis a trocas e aproximação dos homens de ciências e letras de diferentes nacionalidades.

O primeiro projeto que Rio Branco idealizou para congregar intelectuais de outras nações no Rio de Janeiro foi motivado pela visita que o rei D. Carlos de Portugal faria ao Brasil, mas, impossibilitado pelo regicídio de 1908 (GUIMARÃES, 2004, p. 146). O Itamaraty e o IHGB perderam seu chanceler, quando de seu falecimento em 1912. O Instituto, porém, herdou, especialmente, o impulso que ele dera às suas atividades em prol de seu fortalecimento. Quanto à insistência de Max Fleiüss para que assumisse a direção da *Casa da Memória Nacional*, parece que tenha sido uma atitude pragmática e certa para o reordenamento que precisava a congregação. Tanto que a administração que sucedeu o diplomata, pelo menos no que diz respeito aos eventos voltados aos estudos históricos, orientou-se pelo seu espírito de integração e troca intelectual em favor das regiões do país e do país com outros países.

Referimo-nos às diferentes iniciativas de divulgação e construção do conhecimento histórico nacional e internacional concebidas nos encontros e congressos convocados pelo IHGB. Empreendimentos realizados nos vinte e seis anos em que o Instituto foi dirigido pela Trindade do *Silogeu* – formada pelos sócios o Afonso Celso de Assis Figueiredo (presidente entre 1912-1938), Max Fleiüss (secretário) e Benjamin Franklin Ramiz Galvão (orador) – a partir de uma “união harmoniosa e produtiva” (GUIMARÃES, 2007, p. 59). O grupo dirigente, formado pelos três confrades católicos e monarquistas, empenhou-se para que os holofotes da República iluminassem a instituição, tal como faziam os do Império, sem, com isso, abandonar o passado e a tradição.

A cada um dos consócios, ou melhor, para cada um dos amigos que constituía a Trindade do *Silogeu* é possível notar, na narrativa de Guimarães, alguns elementos que tracejavam um pouco do perfil intelectual desses homens: Afonso Celso (1860-1938), “portador de uma fé inquebrantável”, era o líder que “subordinava a razão à crença em Deus”; Ramiz Galvão (1846-1938), “um colaborador de primeira grandeza” e “imprescindível” (2007, p. 59-66). Já Max Fleiüss, uma característica que define, com precisão, o que tentamos



esboçar sobre a importância de seu papel no IHGB: “uma espécie de **ponto de intercessão**” (GUIMARÃES, 2007, p. 49, grifo nosso).

A qualidade da atuação de Fleiüss, atribuída pela historiadora, é rica e seu valor morfológico nos permite aventarmos sobre a importância desse homem no processo de admissão dos novos sócios ao quadro social do Instituto. Estabelecer e manter contato de proximidade com o Secretário Perpétuo era um recurso estratégico para conseguir lugar no Instituto. Desde modo, a leitura da classificação que a autora atribui ao papel desse homem no IHGB pode ser feita, no que diz respeito à admissão dos novos sócios, em seu sentido estrito: intercessão como intervenção.

O intelectual que estabelece vínculos com Max Fleiüss e, por ele, tem seu nome indicado para integrar o Instituto, que é uma grande instituição em termos de poder em diversos sentidos, talvez, já teria certeza de seu novo lugar no cenário intelectual nacional. Os rituais que se seguiriam, seriam mais uma questão simbólica do que de fato. Estamos querendo destacar que o papel desempenhado por Fleiüss, que na ocasião integrava também a Comissão de Admissão, era estratégico e nesses casos, portanto, o parecer emitido pela Comissão encarregada pela análise da produção intelectual do indicado pouco influenciaria às tomadas de decisões.

Nesse momento, essa ponderação pode ser encarada como uma leitura determinista e simplista, onde a voz do Secretário Perpétuo subjuga as deliberações de qualquer uma das comissões constituída ou o posicionamento de seus consócios. Não é por aí que estamos seguindo. Na condição de historiadores e com o benefício da visão *a posteriori* que temos, a admissão de Basílio de Magalhães parece ilustrar bem a importância de Max Fleiüss na vida dos homens de letras que ainda não ocupavam lugar de destaque entre a intelectualidade nacional e desejavam tê-lo via IHGB. Portanto, é dessa pressuposição que estamos tecendo a compreensão de Fleiüss como um “ponto de intercessão”, do qual falou Guimarães, para demarcar o deslocamento que os intelectuais – dispersos pelos institutos históricos e associações intelectuais do país – faziam para essa congregação. Um deslocamento que pode ser ou não geográfico, mas é fundamentalmente intelectual.

Ser admitido sócio do Instituto, para boa parte desses intelectuais, é um grande deslocamento em sua vida intelectual. Como já foi apontado, a *Casa* que passara por problemas administrativo e trabalhava para seu soerguimento, não perdeu sua vitalidade enquanto um lugar de sociabilidade privilegiado nem de ser a mais antiga na constituição de ideias e saberes, mesmo sendo-lhe imputado a chaga de reduto monarquista. A cura dessa ferida, constantemente mexida e remexida pelos intelectuais republicanos, teve grande

proporção com as ações do Barão e, com seu falecimento, da *Trindade do Silogeu*. Em relação ao novo regime político, as atividades ali desenvolvidas contribuíram na construção de elementos formadores da nacionalidade. Do ponto de vista organizacional, o quadro social integrou intelectuais fiéis à causa republicana, o que alterava o “aroma monarquista”. Ao Secretário Perpétuo, católico e monarquista, coube trabalhar pelo o equilíbrio dos posicionamentos políticos e intelectuais de seus confrades. Outra razão pelo qual podemos compreendê-lo como “ponto de intercessão” na Instituição.

O papel ocupado por Max Fleiüss tem seu sentido alargado quando percebemo-lo como importante mediador entre os “microclimas” que se estabeleceram no IHGB – que é um espaço geográfico de sociabilidade ou, como tratamos, uma “microssociedade”. Isso significa dizer que dentro desse espaço geográfico existem vários espaços simbólicos, cada qual portando uma percepção de mundo em constante negociação e conflito.

Submergido no mundo dos intelectuais, na particularidade do IHGB, não nos espantamos em perceber que as relações que ali se constitui entre os confrades não são somente vínculos de amizade. O posicionamento político, a força com que cada um defende suas ideias, entre outras coisas, são elementos que estabelecem ou possibilitam relações hostis nos microclimas. E foi na busca por uma espécie de denominador comum e coexistência desses variados espaços simbólicos que, em alguns casos, podemos perceber o Secretário Perpétuo como ponto de interseção, com “s”. Isto é, como aquele que, ao empreender uma política interna no Instituto Histórico, contribuiu para o convívio entre os membros e, num sentido aritmético, entrecruzando o grupo dos monarquistas e os partidários do novo regime,

Essa brevíssima ponderação serve para compreendermos o lugar que o Instituto passava a ocupar no âmbito intelectual do novo regime. Se enquanto um espaço geográfico era visto como lugar do conservadorismo monárquico, a *Casa* emergia-se um espaço plural onde congregavam os monarquistas católicos e militantes republicanos católicos ou não. E um dos denominadores comum, isto é, um fator que unia aqueles homens: a produção intelectual comprometida com o progresso e modernização da sociedade em vários sentidos. Portanto, as duas expressões – “intercessão”/interseção – demarcam o lugar de proeminência de Max Fleiüss no Instituto.

Estabelecer vínculos com o Secretário Perpétuo, que, como vimos, detinha fortes poderes no Instituto, era uma das peças-chave para ser admitido na Congregação, tal como para o que ali estava. E o mais fundamental era quando essa relação não ficava restrita ao vínculo organizacional, ou seja, de consócios, mas estendia-se a parceria, a amizade. Acreditamos que a ida de Basílio de Magalhães ao Rio de Janeiro a fim de consultar a

documentação do Arquivo Nacional, do próprio IHGB e das estantes da Biblioteca Nacional lhe proporcionou algo a mais do que a pesquisa que resultou n' *O Estado de São Paulo e seu progresso na atualidade* (1913): o primeiro contato com Max Fleuiss.

É verdade que essa consideração não é uma afirmação, antes, uma pressuposição que se assenta na trajetória esboçada no capítulo anterior (Capítulo I). Basílio de Magalhães, diferente de alguns muitos intelectuais de seu tempo que tiveram sua formação ou parte dela fora do país, não havia percorrido por outro eixo que não aquele entre Minas Gerais e São Paulo. Aliás, e ao que nos sugere as ocorrências dos fatos, talvez sua atuação na Campanha Civilista lhe possibilitou conhecer outras cidades mineiras, por onde levou o discurso favorável à eleição de Rui Barbosa. Dos documentos que nos debruçamos, não encontramos qualquer indício que apontasse uma relação entre Basílio e Fleuiss antes de sua admissão. O primeiro vínculo de amizade entre esses dois intelectuais, que encontramos, é documentado por uma correspondência passiva que Basílio dirigiu ao já então consócio e “amigo” Max Fleuiss, em 22 de dezembro de 1914 – uma relação que, com o passar do tempo, os tornaram “velho e muito amigo” – manifestando seu desejo de retornar ao Rio de Janeiro e fixar residência.

Todavia, da conclusão de sua pesquisa à admissão como sócio-correspondente do IHGB, Basílio de Magalhães desempenhou ali duas importantes atividades. Primeiro, a série de três conferências direcionadas para o estudo da expansão e da formação territorial do Brasil, que recebeu o título de “O Bandeirismo no Brasil”, nos dias 18 e 25 de maio e 03 de junho de 1914. No resumo das conferências, publicado pela *Revista do Instituto*, expõe-se que:

Não foi pequeno o trabalho, que lhe deu a rebusca de tais papéis, assim como a deletreação e confronto dos mesmos com as asserções dos cronistas, linguistas e historiógrafos. Mas longe ainda de ter alcançado a plena satisfação do seu propósito, já se atreve, entanto, a afirmar que não se pode conhecer a história do Brasil sem esse meticuloso e perseverante esforço.

É fruto de tais investigações o que vai expor, não com intuito de fazer praça de uma erudição que não possui, mas com o simples e respeitoso desejo de submeter-se ao julgamento dos doutos membros desse ilustre grêmio e de vir colaborar com eles na interpresa cívica de dilucidar e enaltecer nossas veneradas tradições (MAGALHÃES, 1915, 72-73).

Esse conjunto de preleções feitas por Basílio de Magalhães resultava, portanto, de um empreendimento que havia executado nos arquivos da Capital Federal e, conforme a revista, ainda não apresentava um resultado pleno, mas trazia um dos elementos caros à operação historiográfica da época: a escrita da História construída a partir da pesquisa documental. E

nisso, Basílio de Magalhães unia-se a Silvio Romero advertindo que não poderia conhecer a História da pátria sem recorrer aos documentos de nossos arquivos. No resumo, o editor da *Revista* parece tecer uma avaliação que, digamos, se equilibra entre o reconhecimento do grandioso trabalho de pesquisa documental, a incompletude do trabalho, a imaturidade intelectual do autor e sua distinta humildade em submeter seu trabalho aos ilustrados da intelectualidade nacional.

Tornar-se pequeno ou reconhecer-se pequeno pode ser uma estratégia a quem um dia pretende ser reconhecido grande. E ser grande era, algumas vezes, estar congregado a instituições, assim como o IHGB, que o consagrasse como tal. Obviamente, isso dependeria de um investimento intelectual do “pequeno”, porém, quando apontasse alguma fragilidade, ou ainda não tinha “alcançado a plena satisfação do seu propósito”, contar com a confiança de alguém que já é “grande” era um grande privilégio.

Dizemos isso porque Basílio de Magalhães já havia constituído uma carreira profissional, intelectual e política em São Paulo, mas ainda não obtivera o reconhecimento nos salões da Capital Federal. Além disso, a avaliação que recebera na *Revista* não lhe dava essa garantia. Ao contrário, ele precisaria de mais esforços, porém, enquanto intelectual, apontava fortes indícios que seria “grande”. Foi com essa temática e avaliação que Basílio de Magalhães foi convidado, pelo Instituto, para apresentar “tese oficial”, no Primeiro Congresso de História Nacional (1914).

Na ausência de um ambiente universitário<sup>37</sup>, tal como ocorria em alguns países da Europa, as congregações intelectuais e científicas, no Brasil, encarregaram-se em promover encontros que permitissem o debate sobre os temas que lhes fossem pertinentes. Nesse contexto, o IHGB teve participação ativa com a convocação de congressos de História Nacional (1914, 1931 e 1938)<sup>38</sup> e o Internacional de História da América (1922). Nos mais diferentes sentidos, estes e outros eventos assumiam uma feição pedagógica de mostrar o Brasil e suas questões aos brasileiros, aos intelectuais envolvidos essas iniciativas enquadravam-se num processo de construção da identidade nacional que produzia um

---

<sup>37</sup> No Brasil, a criação das primeiras universidades remonta às décadas iniciais do século XX (vale destacar que essas instituições não se confundem com os estabelecimentos de ensino superior profissional já existente). No entanto, foi somente a partir dos anos 1940-50 que elas se constituíram como lugar com poder de legitimar e proporcionar um debate em torno do saber científico. Deste modo, as academias e associações intelectuais ainda portavam-se como detentor desse lugar. Sobre a constituição das universidades ver, entre outros: NADAI, Elza. O projeto republicano de educação superior e a Universidade de São Paulo. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 3-16, jul./dez. 1983; FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

<sup>38</sup> Não mais sob a égide da Trindade do *Silogeu*, o IHGB convocou, em 1949, o IV Congresso de História Nacional, indicado por Pedro Calmon, sob a presidência de José Carlos de Macedo Soares (1939-1968).

conjunto diverso de elementos, materiais e simbólicos, nutrido pela busca de um “passado comum” (CATROGA, 2001; 2007).

Das primeiras décadas republicanas, isto é, do contexto sócio-político que ambientaram essas atividades, duas ocorrências podem ser consideradas de suma importância para a mobilização da produção do conhecimento no IHGB. O primeiro, de caráter interno, refere-se à instauração do novo regime, que paulatinamente reorientou a forma como a história da nação haveria de ser narrada. Exigindo, assim, a incorporação de inúmeros eventos deixados à margem do campo historiográfico. O segundo, de caráter internacional, diz respeito à eclosão e o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial. Em comum, esses eventos proporcionaram o interesse pelas questões nacionais e cívicas, cujas medidas estratégicas tomadas, aponta-nos Lúcia Guimarães, desaguaram na defesa do serviço militar obrigatório e “na formação de uma consciência nacional, privilegiando-se, dentre outros aspectos, o estudo da história pátria e das tradições brasileiras” (1999, p. 92). Portanto, é desse efervescente contexto a realização do Primeiro Congresso de História Nacional, doravante somente Primeiro Congresso.

O Primeiro Congresso, ao lado de outros tantos empreendimentos executados ao longo dos anos 10, 20 e 30 do século passado, tinha, entre outros pontos-chave o propósito de revelar o Brasil aos brasileiros. E essa iniciativa – que é, pela ação verbal, um objetivo das congregações e dos intelectuais envolvidos – inscreve-se, por conseguinte, ao compromisso (ou projetos) de construção da identidade nacional. Dessas iniciativas, lançou-se luz sobre temas caros ao progresso e modernidade do país de forma pedagógica e, numa concepção teórico-metodológica, com a objetividade do conhecimento científico.

O estudo, a escrita e a divulgação da história da pátria enquanto preocupações desses intelectuais se orientavam pela força das ideias de civilização, progresso, modernidade, e por outras perspectivas que direcionassem ao futuro. Mobilizaram a produção do conhecimento histórico que, pela revisão do passado, desdobrava-se em temáticas, como: a questão territorial, o povo, a construção da imagem do país que, pelos diversos eventos do passado, apontava uma vocação republicana e de seus heróis etc. A promoção do IHGB, para a organização do Primeiro Congresso, recorreu a temas como estes trazidos pelos “ventos de culto à nacionalidade [que] sopravam” ao seu lado (GUIMARÃES, 2005a, p. 150).

Em artigo, Lucia Guimarães (2005a) traça uma breve e importante radiografia de como se configurou o Congresso realizado entre os dias 07 e 16 de setembro de 1914. Conta-

nos que organizado em nove seções<sup>39</sup> e com o recorte temporal estabelecido entre os anos de 1500 e 1871, o Congresso classificou as comunicações, obrigatoriamente inéditas, em *teses oficiais* e *teses avulsas*. Referindo-se, respectivamente, aos trabalhos dos especialistas convidados pelo IHGB e àqueles submetidos pelos autores interessados. Considerando tais prerrogativas estabelecidas pelo regulamento, Basílio de Magalhães foi um dos congressistas especialistas convidado pelo IHGB. Integrando a segunda seção – História das Explorações Geográficas –, apresentou como *tese oficial* a “Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII”.

Desde 1910, pelo menos, Basílio dedicava-se aos estudos sobre temas que tangenciavam para exploração e conquista do território e, salientamos, sua pesquisa requisitada sobre os bandeirantes reafirmava, numa valoração da ótica regionalista, as contribuições desses homens ao desenvolvimento do país. Isso, de alguma forma, pretendia sustentar uma espécie de vanguarda do paulistano na contínua busca pelo progresso da nação. É, talvez, pela execução desse trabalho que Basílio de Magalhães tenha sido reconhecido como especialista sobre a questão do avanço territorial no período Colonial. Além de um tema caro à formação da identidade nacional e constantemente recorrido por nossos intelectuais, a tese de Basílio integrava a área da geografia histórica que estava, nesse período, em sua fase de consolidação nas universidades europeias (GUIMARÃES, 2005a, p. 153).

A iniciativa do Primeiro Congresso, evento proposto por Max Fleiüss e Afonso Arinos, buscou, também, integrar a contribuição dos diferentes estados da federação na formação do Brasil como um todo, isto é: a integração do regional ao nacional. Assim, a abordagem de Basílio de Magalhães em sua tese, ou monografia como também era tratada, atenta à preocupação dos intelectuais do IHGB sobre a configuração e o sentido do processo de integração (unidade) do território nacional.

Metodologicamente, a tese apresentada no Primeiro Congresso – que era também resultado das investigações feitas nos arquivos da Capital Federal – foi escrita tendo como pano de fundo o intercâmbio entre o IHGB e os demais institutos históricos do país. Como destacou Oliveira Lima, o IHGB, “que é o mais antigo e ilustre de todos”, representava aos institutos históricos “como que a capital para as províncias” (VIANNA apud *RIHGB*, 1914, p. 490). Uma relação interinstitucional de reconhecimento, divulgação e, segundo Lima, de defesa dos trabalhos regionais – que, via de regra, reivindicava sua história. Dessa escrita

---

<sup>39</sup> O Congresso foi estruturado nas seguintes seções: História Geral do Brasil, das Explorações Geográficas, das Explorações Arqueológicas e Etnográficas, Constitucional e Administrativa, Parlamentar, Econômica, Administrativa, Militar, Diplomática e História Literária e das Artes.

regional, o Instituto integrava à escrita da história nacional, notadamente, adjetivada como da pátria, que, por essa razão, era diversificada, mas que se pretendia coesa.

Segundo Tania de Lucca (1999, p. 97), a monografia de Basílio foi “o trabalho mais festejado no Primeiro Congresso”, entretanto, isso não a isentou das críticas. Muito pelo contrário! Com o passar do tempo, o trabalho foi apontado como que contendo erros e, como veremos no item a seguir, encontrou no consócio Clemente Brandenburger um de seus maiores críticos, quem o acusara de “levianidade científica”. Outros atribuíam ao seu excessivo engajamento com o republicanismo a causa das “injustiças” históricas em seus trabalhos.

Em suma, não podemos desprezar a oportunidade que teve Basílio de Magalhães ao participar dessas atividades promovidas pelo IHGB antes que fosse aceito como sócio correspondente. Em nenhuma das duas situações Basílio de Magalhães apresentou, aos olhos de seus pares, um trabalho bem acabado e bem formulado. Por alguns, foi acusado de negligenciar pontos já bem conhecidos dos estudos históricos existente em sua época. Embora no Primeiro Congresso seu trabalho tenha integrado as chamadas teses oficiais, ou seja, escrita por um especialista.

Por esse raciocínio, Basílio não foi imediatamente reconhecido, a partir de seus escritos, como “o” especialista no assunto que vinha abordando. Antes, “um” estudioso provido de sensíveis habilidades no trato documental dos arquivos da Capital. Portanto, “o” pesquisador com grande potencial. Tais atributos não escapariam dos olhos do Secretário Perpétuo que – a nosso ver, já havia constituído um vínculo de amizade com Basílio de Magalhães – manifestava “uma sutil preocupação com o perfil acadêmico do quadro social” do Instituto (GUIMARÃES, 2007, p. 49). Fleiüss soube contrabalancear todas essas percepções que já havia sido feita ao importante intelectual do interior paulista e, arriscamos, chancelou sua indicação a sócio correspondente, o que modificaria por completo e em todos os sentidos a rota de sua trajetória intelectual.

## 2.2 “Entre palmas e flores”: a consagração do “mineiro apaulistado” no IHGB

Apesar dos problemas gerados com o fim do patronato imperial e o surgimento de novas congregações intelectuais na Capital Federal, o IHGB não deixou de ser um lugar de consagração nacional. Basílio de Magalhães, que já percorria os corredores do Instituto, antes

mesmo do Primeiro Congresso, conquistou maior projeção intelectual no cenário nacional, acreditamos, depois de sua comunicação e, principalmente, de sua admissão ao quadro social da instituição, doze dias após o encerramento do encontro, em 28 de setembro de 1914.

Da indicação à admissão dos novos associados ao IHGB existia toda uma formalidade que demandava tempo. Um processo que, segundo Guimarães, constituía uma “verdadeira *via crucis*” percorrida por uns seis meses (2007, p. 50). Sendo assim, e se comparado ao ingresso aligeirado de Alberto Torres, em 1911, dado em apenas dois meses, o de Basílio de Magalhães teve um tempo médio em sua tramitação: quatro meses. Sua indicação ao quadro dos sócios correspondentes do Instituto, em 23 de maio de 1914, foi proposta pelos sócios efetivos Max Fleiüss, Roquette Pinto e Liberato Bittencourt, que formavam a Comissão de Admissão.

Conforme o estatuto da *Casa* em vigor, o candidato proposto deveria “apresentar trabalho próprio e valioso sobre história, geografia, etnografia ou arqueologia do Brasil ou de qualquer outro país” (*RIHGB*, 1908, p. 901). Na ocasião, foram entregues as seguintes obras de Basílio de Magalhães: **Lições de História do Brasil** (1895), *A monarquia portuguesa* (1910), *Pela República Civil* (1910) e *O estado de São Paulo e seu progresso na atualidade* (1913).

Tal como estabelece a regra de admissão, os trabalhos foram dirigidos à Comissão de História constituída pelos sócio-efetivos Alfredo Valladão (relator), Eduardo Marques Peixoto, Escragnolle Doria, e pelos sócio-honorários, Clóvis Bevilaqua e Augusto O. Viveiros de Castro. Sem exceção, os trabalhos ofertados ao IHGB sofreram críticas severas, o que rendeu um parecer de dezoito páginas em 27 de julho daquele ano. Nele, a Comissão de História destacou no didático de 1895, entre outras coisas, a “falta de originalidade”, “defeitos, contradições e injustiça”, porém, logo interpuseram o fato deste ter sido o primeiro trabalho do autor como justificativa.

Para *A monarquia portuguesa* e *Pela República Civil*, que resultam de conferências realizadas em Campinas (1910), consideraram a escrita de Basílio de Magalhães muito compromissada com a defesa republicana e, referindo-se ao primeiro trabalho, de “castigado estilo”, incorrendo em injustiças históricas (*RIHGB*, 1916b, p.556-575) Para o trabalho sobre o desenvolvimento de São Paulo, a Comissão atenta para grande ênfase dada ao fator econômico e que, tal como nas outras obras, Basílio

[...] não oculta o fervor de seus sentimentos republicanos.  
E um fervor que o empolga.  
E daí certas injustiças que ele comete.



O merecimento dos fatos históricos não pode ficar subordinado ao acidente da forma de governo.

Além disto, é do eminente jurista-sociólogo Roul de la Grasserie, o seguinte conceito:

“Embora diametralmente opostas, a Monarquia e a República por vezes se aproxima de tal modo, que a única diferença que apresentam é o nome[...]”.

Entretanto, o Sr. Magalhães ainda se deixa impressionar pela denominação da forma do governo.

Só assim se explica a hostilidade quase permanente com que se manifesta sobre os atos da monarquia (MAGALHÃES apud *RIHGB*, 1916b, p.565).

Com todos os agravos apontados pela Comissão de História que avaliou os trabalhos de Basílio de Magalhães, sua indicação ao quadro de sócios correspondentes foi favorável, mas assinada com restrições por Clóvis Bevilacqua. Conforme o ritual de tramitação, o parecer foi apresentado e posto em discussão na Quarta Sessão Ordinária dos Sócios. Aceito por unanimidade, o parecer foi encaminhado à Comissão de Admissão de Sócios, constituída pelo Barão de Alencar (relator), Ramiz Galvão e Manuel Cícero, que julgaram não haver inconveniência para a admissão de Basílio ao quadro dos sócio-correspondentes (*RIHGB*, 1916b, p.577-578).

Embora sob duras críticas, Basílio de Magalhães é considerado pelos consócios que compuseram as Comissões como quem deu prova de valor intelectual. Assim, seu radical posicionamento político pode ter entrado em choque com as opiniões do grupo monarquista que integrava o grêmio, mas isso não impediu seu ingresso. À época em que Max Fleiüss colocava-se também como ponto de interseção – com “s” – entre os grupos que constituíam aquele reduto intelectual, assim, as divergências políticas deveriam valer bem menos que o desenvolvimento acadêmico do Instituto.

Sendo assim e estando reunidos os sócios em sua Sexta Sessão Ordinária, em 28 de setembro de 1914, Max Fleiüss pede a palavra ao presidente Afonso Celso e propõe que, antes que fosse lido o expediente do dia, Basílio de Magalhães fosse levado ao recinto. Com o pedido aceito, o presidente designou os integrantes da Comissão de Admissão que havia indicado o nome de Basílio, a fazer as honras da casa. Conduzido por Max Fleiüss, Roquette Pinto e Liberato Bittencourt, Basílio de Magalhães entra na Sala de D. Pedro II, dando continuidade à cerimônia ritual de ingresso de um novo sócio, de onde fez seu discurso inaugural.

Em sua preleção, na cerimônia de posse, Basílio de Magalhães, aos quarenta anos de idade, não fez um discurso autorreferencial. Falou pouco de si, de sua trajetória pessoal e profissional e de sua formação, tal como fizera no IHGSP. No IHGB, apresentou um texto com suas referências e predileções. Reafirmou seu posicionamento político e religioso

mostrando-se “convicta e inabalavelmente republicano [... e] na esfera puramente filosófica [... desprendido] de filiação eclesiástica” (MAGALHÃES apud *RIHGB*, 1916b, p.586). Militante de um republicanismo laico, Basílio de Magalhães recorreu ao positivismo de Augusto Comte como base político-filosófica e, citando Capistrano de Abreu, fazia sua abordagem sobre o moderno conceito de História.

Inicialmente, Basílio traz em sua preleção a importância do uso crítico e erudito das fontes documentais na investigação e escrita da história e da relação História-Sociologia. Na ocasião, afirmou o autor: “E, assim a História, nada é mais que um esgalho da Sociologia, isto é, estudo da Dinâmica social”. Refutava, com isso, a existência de uma “lei histórica” e defendia “lei sociológica” como possibilidade de estabelecer sentidos entre as ocorrências do passado e o encaminhamento do futuro numa perspectiva de progresso. Deste modo, Basílio faz um balanço sobre o que já havia sido produzido sobre a história do Brasil, tanto dos autores nacionais e como do estrangeiro.<sup>40</sup>

Para Basílio de Magalhães, mesmo Carlos Friedrich von Martius propondo em sua monografia, “Como se deve escrever a história do Brasil” – vencedor do concurso realizado pelo IHGB (1840) –, a importância que havia em considerar o papel desempenhado pelas três raças na formação do Brasil e seu desenvolvimento progressivo ao se escrever a história do país, avalia que a produção historiográfica nacional apresentada após o concurso não se valeu dessa orientação. Basílio tece, a partir daí, duras críticas à *História Geral do Brasil* (1854), de Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878), o visconde de Porto Seguro, reproduzindo em seu discurso as objeções que este recebera de Homem de Mello, em 1858, nos seguintes termos: “o Sr. Varnhagen refez o passado no sentido de suas ideias, mutilou a verdade histórica para fazer prevalecer a sua opinião... Tudo na obra do Sr. Varnhagen é pálido e sem vida!”. Na seqüência, recorre a objeção de Eduardo Prado: “O eminente e excêntrico Varnhagen tem toda a dureza de um saxão, que era, e uma inexplicável índole depressora de

---

<sup>40</sup> Mais tarde, em 1924, Oliveira Vianna, como novo membro do Instituto, traria as questões sobre o que era e qual era utilidade da História em seu presente. No discurso ritual, analisado por Ângela de Castro Gomes, Vianna, ao comparar o que seria uma velha e uma nova História, destaca a complexidade e infinidade que há nas causas dos processos históricos. Neste sentido, sugere que a análise e conhecimento desses eventos só são possíveis com a colaboração das “várias ciências auxiliares da História”. Vianna entende que a aproximação da historiografia com sociologia era um caminho fundamental para melhor conhecer o passado. No que tange à utilidade da disciplina histórica, o autor pondera que a objetividade, que dá a ela o estatuto de cientificidade, não deve excluir um estilo que lhe era próprio (a arte), já que a narrativa histórica atende a um público mais amplo – portanto, não só ao público especializado, como contempla as demais ciências – e que tem por “utilidade prática” a criação de “um sentimento de patriotismo”. Por essas formulações e ponderando os supostos paradoxos (arte e ciência) da disciplina, a História poderia ser considerada uma ciência moderna. Cf. GOMES, 2009, p. 73-81.

toda a grandeza e de toda a beleza; é, enfim, o homem que em nossa História menoscaba de todas as historicidades!”.

Basílio, não despreza e dá os devidos méritos da importante contribuição de Varnhagen na organização e acúmulo das fontes, o que era uma opinião corrente entre esses homens. Porém, estende sua crítica aos autores que sucederam Varnhagen, como Abreu Lima, por, nas formulações metodológicas da escrita da história nacional, não terem aproveitado os documentos até então reunidos, “e pôr neles a centelha do amor pátrio que ele não soubera acender”. De modo que a produção desses autores, carente de uma análise crítica das fontes, assemelha-se ao de seu predecessor e tornando-a “livros de compilação” (BASÍLIO, 1916b, p. 590-2).

Em seu balanço, Basílio considera ser o trabalho de Heinrich Handelmann, *História do Brasil* (publicada em Berlin, 1860)<sup>41</sup>, e do inglês Robert Southey, *História do Brasil* (1810), estudos produzidos em diferentes temporalidades e “para vergonha nossa”, “superior a de Varnhagen”. Por fim, dá destaque aos métodos empreendidos nos trabalhos de Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, barão de Studart, Nina Rodrigues e conclui sua concepção sobre o regime de historicidade moderno e sobre a História afirmando:

É um erro, senhores, exigir-se do historiador uma imparcialidade absoluta. O simples narrador dos fatos, pela totalidade que lhes dá ou pelo método que lhes põe no relato, trai forçosamente sua opinião.

Ora, se o verdadeiro historiador não é o que singelamente expõe as ocorrências da vida nacional e, sim o que, recenseá-las, nelas aplica o seu processo crítico e delas tira doutrinação – esse tem que encarará-las necessariamente traves o prisma do seu credo político, traves o prisma de sua filosofia, traves o prisma da sua fé religiosa. Não posso imaginar que exista à face da terra um homem sem convicções, e, se ele não circunvolve, não sobredoura, não entranha delas tudo o que arranca da sua inteligência, tanto é indigno do nome de historiador, como, sobretudo, é indigno do nome de homem [...].

A História – como, de fato, parece não existir aqui – não é para nós a “magistra vitae”, de que fala Cícero. Os nossos timoneiros da administração e da legislação buscam, para explicar seus atos e para fundamentar os seus projetos, não o que está na longa e indissolúvel corrente que nos ela ao passado e que, pois tem elar-nos ao futuro, mas sim, o que vai por nações que às vezes nem se quer têm conosco afinidades étnicas (BASÍLIO, 1916b, p. 595 e 597).

Ao concluir seu discurso de posse, tomou a palavra o Orador da *Casa*, Ramiz Galvão, para não só acolher o novo confrade e parabenizá-lo por sua apresentação no Primeiro Congresso, mas para exortá-lo pelas críticas a Varnhagem.

---

<sup>41</sup> A primeira tradução para o português, em 1931, ficou a cargo do próprio Basílio (que também foi encarregado pelas notas) e de Lúcia Furquim Lahmeyer e Bertoldo Klinger.

Fostes quiça demasiado severo, subscrevendo os juízos de Homem de Mello e Eduardo Prado, que acentuaram com desusado rigor as falhas do nosso Varnhagen; parece que dentre os investigadores meticulosos de nosso passado poderíeis ter destacado a personalidade desse ilustre patricio como um dos que mais apaixonadamente se votaram desde o albor da mocidade até os dias da velhice ao estudo de nossa história. Faltou-lhe talvez a amplitude de vistas filosóficas, faltou-lhe de certo a vibração patriótica; mas seu espírito frio e analítico deixou páginas e quadros, que não é lícito desestimar (GALVÃO, 1916b, p. 601).

Com o aparte de Ramiz Galvão nota-se que Basílio de Magalhães tornava a pesar suas convicções políticas e filosóficas sobre suas reflexões. Talvez, Basílio tenha considerado seu discurso salutar, já que o Instituto passava por uma adaptação às demandas não só do novo regime, mas às demandas do moderno regime da escrita da História. Assim, tratar em seu discurso inaugural uma ácida crítica sobre o método e a operação historiográfica que propunha Varnhagen, no século XIX, e exaltar a crítica documental que Capistrano defendia para a produção do saber histórico nacional, nos parece ter faltado um pouco de cautela nas palavras de quem, do interior paulista, falava pela primeira vez na *Casa da Memória Nacional*.

Por fim, e como dissemos, a discurso de Ramiz Galvão foi também de congratulação ao ingresso de Basílio ao *Areópago ilustre*, como se referia ao IHGB, e isso integrava o ritual de cerimônia que cabia ao orador perpétuo. Basílio de Magalhães, que não teve mais voz naquela sessão, voltou para Campinas com o desejo de um regresso definitivo para a Capital Federal e com certeza – ou não – de que fora recebido pelos confrades “entre palmas e flores”, como lhe falou Ramiz ao encerrar sua locução (1916b, p. 603).

### 2.3 Uma nova trajetória ou uma nova paisagem?

Já então pertencente ao quadro social do IHGB, Basílio retorna para Campinas, de onde endereçou correspondências ao amigo Max Fleiüss, e poucas vezes ao Secretário Perpétuo do IHGB. São dessas correspondências passivas que encontramos um lado mais espontâneo de Basílio, suas percepções do campo intelectual e político e suas aspirações. Poucos meses depois de seu regresso para o interior paulista, em 22 de dezembro de 1914, Basílio escreve ao amigo Fleiüss dizendo:

Apesar das gentilezas de que me cercam os indivíduos amigos que tenho a felicidade de contar aqui, acho esta terra [agora] insuportável. Esta minha nova estada em

Campinas serviu para convencer-me de que não posso viver se não no Rio. Para distrair-me um pouco, vou [açoiando] o trabalho mental em borda... Versos para álbuns de damas românticas e... conferencias. Anteontem falei no theatro sobre a instituição do boy-scoutismo, de que se installou uma sociedade aqui.

Não encontramos, nos documentos pesquisados, informações precisas sobre a transferência e estabelecimento definitivo de Basílio de Magalhães no Rio de Janeiro. No entanto, as correspondências que encaminhou a diversos outros intelectuais e as notas veiculadas pela imprensa formam um conjunto de fortes indícios de que sua vinda para a então Capital Federal ocorre em 1915.<sup>42</sup> Aqui, se envolveu nas diferentes ações empreendidas pelo IHGB que, por sua vez, apresentavam certa continuidade do Primeiro Congresso e somava-se a um projeto mais amplo de revelar o Brasil aos brasileiros.

Dando continuidade a sua perspectiva pedagógica, o IHGB criou a *Academia de Altos Estudos*, que teve início em abril de 1916, oferecendo dois cursos: o primeiro habilitava os candidatos à carreira diplomática e consular e, o segundo, à carreira administrativa e financeira. Segundo Guimarães (1999, p. 95-96), embora a *Academia* fosse uma iniciativa privada, teve a chancela do poder público e, além disso, seus objetivos não se restringiram, apenas, à formação de novos recursos humanos ao quadro burocrático da República, mas assumiu como missão a formação dos professores secundários.

Basílio de Magalhães integrou o elenco dos notáveis intelectuais que ali lecionaram – como Ramiz Galvão, Afonso Celso, Max Fleuiss, Roquette Pinto, Afrânio Peixoto, entre outros. Ocupou a 2ª cadeira, do segundo ano, do Curso de Filosofia e Letras, ministrando Literatura Moderna e Contemporânea. Além de integrar bancas de exames orais, ele, em 1917, ministrou a disciplina de História Econômica e Financeira, oferecida no 2º ano do Curso Administrativo e Financeiro, substituindo o catedrático Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (*O Paiz*, 02 abr. 1917).<sup>43</sup> Em 1919, a *Academia* teve seu estatuto reformulado e passou a se chamar *Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – tendo Ramiz Galvão e Max Fleiüss como, respectivamente, diretor e secretário.

A *Faculdade* constituiu-se como uma instituição de ensino superior preocupado, sobretudo, com a formação do magistério secundário na Capital Federal. Nela, tiveram parte importantes nomes de nossa intelectualidade formando o quadro de docentes: Delgado de Carvalho, Aurelino Leal, Amaro Cavalcanti, Afrânio Peixoto, Jonathas Serrano, Basílio de

<sup>42</sup> O *Correio Paulistano*, de 01 de jan. 1915, informava aos seus leitores que Basílio de Magalhães havia seguido para o Rio de Janeiro, no dia anterior, “pelo trem das 16:40”. Nos meses seguintes, o periódico informou com assiduidade as atividades desenvolvidas pelo IHGB e o mencionava a participação de Basílio nesses empreendimentos.

<sup>43</sup> Basílio assumiu, também, a cadeira de História Econômica do Brasil (1918). Cf. *O Paiz*, 23 fev. 1918.

Magalhães, entre outros. As atividades da congregação foram encerradas em 1921, cujas razões, conta-nos Guimarães (1999, p. 99), partem dos indícios de uma campanha contrária ao projeto do Deputado Federal José Augusto Bezerra de Medeiros em tornar a *Faculdade* de utilidade pública e de equiparar os diplomas que a instituição emitia aos dos bacharéis do Colégio Pedro II.

Dentre outras participações de Basílio de Magalhães nas atividades do Instituto queremos destacar outros dois grandes empreendimentos: sua integração na comissão organizadora do Primeiro Congresso Internacional de História da América<sup>44</sup>, que fazia parte das comemorações do primeiro centenário da Independência, em 1922; e do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (DHGEB)<sup>45</sup>, cuja publicação deveria ocorrer nos festejos desta efeméride.

Não pretendemos analisar esses eventos em si, no mais, buscamos considerar que a essa altura, Basílio de Magalhães marcava presença e envolvia-se nos importantes encontros que mobilizavam a intelectualidade nacional em torno de temas caros à formação da identidade da nação, dos diferentes problemas enfrentados pela sociedade etc. O *Dicionário*, que pretendeu reunir as diversidades regionais e, assim, vulgarizar o Brasil em seu aspecto geográfico, etnográfico e histórico, como sugere seu título, Basílio de Magalhães foi designado relator da Comissão de História que, por sua vez, foi integrada pelos consócios Viveiros de Castro, Epiácio Pessoa, Manuel Cícero.

Como outros projetos do Instituto Histórico, o *Dicionário* caminhava sobre a esteira da iniciativa patriótica e de culto à nacionalidade que pretendia levar o Brasil aos brasileiros. Segundo Guimarães (2007), por problemas financeiros e metodológicos, o resultado da obra não teve grandes êxitos nem ficou pronto para os festejos do centenário da Independência como pretendia o IHGB. Ao evento, somente o primeiro volume, intitulado *Introdução Geral do Dicionário* (1922), o que fugiu às características de um dicionário, portanto, correspondendo, a “uma grande coletânea que procura oferecer um panorama geral do Brasil, em seus aspectos geográficos, etnográficos e históricos” (GUIMARÃES, 2007, p. 99).

Outro grande evento organizado pelo Instituto que demarcava sua contribuição à história nacional foi o Primeiro Congresso Internacional de História da América – a partir daqui desprezaremos os designações Primeiro e Internacional ao fazermos referências a esses

---

<sup>44</sup> Em dezembro de 1919, foram definidas as comissões permanentes para o biênio 1920-1922. À Comissão de História foi, assim, constituída por Clóvis Bevilacqua, Pedro Lessa, Augusto Olympio, Viveiros de Castro, Basílio de Magalhães, Jonathas Serrano. Sobre o *Congresso de História da América*, ver: GUIMARÃES, 2005a, 2005b e 2007.

<sup>45</sup> Sobre o projeto e realização do DHGEB ver: GUIMARÃES, 2007, p. 95-104; 2000.

eventos. A iniciativa de convocar um congresso internacional não era nova, mas ganhou forma e realizou-se em 1922, sob as aspirações dos confrades que estiveram reunidos no Primeiro Congresso (1914), especialmente Max Fleiüss e Afonso Arinos. Dessa ocasião, foi instituída a Comissão Executiva formada por Basílio de Magalhães, Fleiüss, Rodrigo Octávio, Gomes Pereira, Roquete Pinto, Viveiro de Castro que, sob a presidência de Afonso Celso, elaborou o regulamento geral do congresso.

Realizado entre os dias 7 e 15 de setembro de 1922, o Congresso de História da América reuniu representantes estrangeiros vinculados a instituição de educação e ao governo de alguns países da América e da Europa (Suíça, Grã-Bretanha e França). Além do estreitamento das relações internacionais, o que remete à iniciativa de intercâmbio científico do Barão do Rio Branco, e a aproximação do Brasil aos vizinhos americanos – que a tradição historiográfica do Império havia “separado” das jovens repúblicas americanas –, o encontro proporcionou uma importante mobilização da historiografia nacional. Esse último ponto de vista passou por uma revisão, sobretudo, com o aparecimento dos manuscritos de Varnhagen, nos arquivos do Barão, encontrados e encaminhados ao IHGB por Lauro Müller, sócio honorário do Instituto e o então Ministro das Relações Exteriores.

O fato se deu em maio de 1916, quando a congregação estava mobilizada com a organização do Congresso de História da América. O trabalho do Visconde de Porto Seguro, intitulado *História da Independência*, “trouxe uma reviravolta nos planos de comemoração [... com isso,] os temas abordados nas palestras obedec[eram] rigorosamente à noção de *processo*, tal como concedera o Visconde” (GUIMARÃES, 2007, p. 134-135, grifos da autora). Basílio de Magalhães foi designado, por medida protocolar do presidente Afonso Celso, a relator da Comissão encarregada de “examinar, conferir e coordenar os originais de Varnhagen”<sup>46</sup>. Reuniram-se para tal encargo: Vieira Fazenda, Ramiz Galvão, Max Fleiüss, Pedro Lessa, Rodolfo Garcia (1º secretário) e Pedro Souto Maior (2º secretário).

Em apenas quatro meses os confrades apresentaram o parecer sobre o manuscrito de Varnhagen. A leitura do documento feita pelo relator, em sessão de 07 de setembro de 1916, lhe rendeu fortes louvações pelos sócios que o assistia (*O Paiz*, 07 set. 1916). Obviamente, o trabalho de organização e exame de a *História da Independência* foi um trabalho conjunto e não um esforço exclusivo de Basílio de Magalhães, porém, ser designado a tal

---

<sup>46</sup> Ver: “A publicação ‘História da Independência’ do Visconde de Porto Seguro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *RIHGB*, Tomo 79, Parte II, Rio de Janeiro, 1916b. p. 8-9.

empreendimento já demarcava o lugar de destaque assumido, em tão pouco tempo, na Congregação.

Não havia completado dois anos de sua eleição a sócio-correspondente e Basílio de Magalhães conquistava notório reconhecimento e responsabilidade no Instituto. Foi eleito sócio efetivo, 27 de agosto de 1917 – o que, pelo estatuto da *Casa*, podemos assegurar que já residia no Rio de Janeiro – na ocasião em que recebia a medalha de ouro do “Prêmio Pedro II”. A indicação de sua monografia, apresentada no Primeiro Congresso (1914), foi feita por Max Fleiüss que, também, propôs o prêmio a Capistrano de Abreu<sup>47</sup> e Roquete Pinto pela contribuição com os respectivos trabalhos: *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ: a língua dos caxinauás do Rio Ibuacu afluente do Muru* (1914) e *Rondônia* (1917). Esta era a segunda edição do prêmio que só então passara a se chamar “Pedro II”. A primeira, realizada em 1847, conferiu a medalha de ouro a Carlos F. von Martius, Varnhagen, José Joaquim Machado de Oliveira, José Gonçalves de Magalhães e a Conrado Jacob de Niemeyer.

A proposta de Fleiüss, apresentada, em sessão de 14 de julho, ao presidente Afonso Celso, teve em sua relatoria Ramiz Galvão que avaliou o trabalho de Basílio, em seu parecer, como magistral, “um admirável resumo com vasta erudição e grande senso crítico” (*RIHGB*, 1917, p. 791-792). No ano seguinte, João Ribeiro levou às páginas d’*O Imparcial*, na matéria “O culto da História”, sua avaliação do trabalho premiado e considerou que,

[...] de todos os seus trabalho o que revela maior amplitude de vistas é a *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII*: não é já uma contribuição, mas um livro de história, e exatamente daquele aspecto que é o mais profundo e o mais importante da formação do Brasil [...].

Deverá um dia o nosso autor (se tiver a feliz inspiração) completar aquele ensaio, de si mesmo único na espécie, como obra de conjunto, dando-lhe o desenvolvimento que requerem os grandiosos feitos que ilustram o povoamento e o conhecimento das nossas terras. Acredito esse serviço muito mais precioso que o de biografias e de contribuições falsamente moleculares. O que realmente está organizado no Brasil é uma associação do emprego publico.

A expansão geográfica, havendo atingido aos seus últimos confins, oferece-nos agora os problemas concêntricos: - povoar, civilizar, valorizar todas as virtualidades da terra. É quase ainda o mesmo problema dos bandeirantes, e não girou, nem se voltou ainda, a página começada no século XVII. Possam os nossos estadistas entendê-lo.

A *Expansão geográfica* é a planta do edifício a ser erguido pelo pesquisador, que tem todos os elementos para o compor com os melhores materiais de construção (RIBEIRO, 1918)

---

<sup>47</sup> Capistrano de Abreu, que não manteve uma relação tão amistosa com a agremiação (ver: OLIVEIRA, 2013), recusou o “Prêmio Pedro II” (ver: GONTIJO, 2005), julgando-se de “mérito fracos” e seu trabalho “imperfeito” para tal premiação (ver: *RIHGB*, 1917, p. 791-792).



O juízo de João Ribeiro não foi, propriamente, uma crítica inovadora. Aliás, nem era esse o objetivo de seu artigo. As conclusões sobre a monografia de Basílio tiradas logo ao fim do Primeiro Congresso e nas diferentes ocasiões em que fora citada entre os associados do Instituto apontavam-na como um importante trabalho de síntese. No entanto, a apreciação de João Ribeiro e sua sugestão de revisão e conclusão – isto é, “completar aquele ensaio” de 1914 – foi, segundo Basílio de Magalhães, um grande incentivo para publicar uma reedição. E assim foi feito, pela Companhia Editora Nacional, integrando-a ao 45º volume da Coleção Brasileira, em 1935<sup>48</sup>.

Obviamente, nem todos os juízos sobre esse trabalho, e até mesmo de outras produções de Basílio, não se resumiria a observações como estas. Tampouco seriam unanimemente aceitos tal como eram nas reuniões do IHGB – o que é natural, já que estamos falando de sociabilidade intelectual. Pelos documentos que encontramos, acreditamos que a maior crítica – maior no sentido de ser mais ácida – tenha vindo, talvez, de seu confrade Clemente Gaspar Maria Brandenburger, sócio correspondente do IHGB (1919). Em cartas passivas dirigidas a Max Fleiüss, nesse mesmo período, este não poupou nem a pena nem tinteiro para tecer suas críticas a Basílio de Magalhães.

As correspondências trazem em suas linhas, entre outras coisas, uma análise minuciosa e avaliações categóricas acerca de alguns trabalhos de Basílio<sup>49</sup>. Ao que parece, inicialmente, o confrade tentou dosar suas palavras: “O Basílio pode ser o melhor rapaz do mundo – deve mesmo sê-lo, senão v. não digná-lo-ia de sua amizade – mas como erudito não o posso mais tomar a sério”.<sup>50</sup> Segundo Brandenburger, “erros graves já imperdoáveis” são

---

<sup>48</sup> Na capa, a expressão: “2ª edição aumentada”. O trabalho teve uma 3ª edição, publicada em 1944, pela EPASA, na Coleção Biblioteca Brasileira de Cultura, dirigida por Basílio de Magalhães e Cândido Jucá (filho). E, ainda, a 4ª edição novamente pela Editora Nacional, em 1978.

É importante salientar que as coleções ocuparam, nos 30 e 40, lugar de destaque na divulgação da produção intelectual. Para além das reflexões sobre a modernização ocorrida na política e na economia, da sociedade à cultura, o contexto foi para a historiografia um complexo momento de estabelecimento da nova maneira de fazer História, cujas bases centravam-se, sobretudo, na proposta de maior rigor teórico-metodológico de Capistrano de Abreu.

Segundo Fábio Franzini, tratou-se de um período em que a historiografia nacional, que estendeu suas “linhas mestras até, pelo menos, fins dos anos 1950”, ocupou-se das interpretações dos assuntos brasileiros. Isto é, o estudo do Brasil em sua diversidade que, motivados pelo desejo do autoconhecimento, pretendeu-se chegar ao “conhecimento verdadeiro”. Cf. FRANZINI, Fábio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira. In: NEVES. L.; GUIMARÃES. L.; GONÇALVES. M. e GONTIJO. R. (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 266-272. Sobre as coleções, ver também: REZNIK, 1992, p. 23-28.

<sup>49</sup> Além das obras apresentadas quando da indicação de Basílio ao quadro dos sócios do IHGB – **Lições de História do Brasil** (didático de 1895), *A monarquia portuguesa* (1910), *Pela República Civil* (1910) e *O estado de São Paulo e seu progresso na atualidade* (1913) – Clemente Brandenburger aborda também a *Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVIII* (1915) e *A Renascença e sua floração artística* (1918).

<sup>50</sup> Correspondência de Clemente Maria Brandenburger dirigida a Max Fleiüss. Vassouras-RJ, 12 de janeiro de 1919. Acervo IHGB – Fundo Basílio de Magalhães: Lata: 470 – Pasta: 72

diagnosticados na produção de Basílio. E ele relata isso confrontando os trabalhos de Basílio ao de autores como Capistrano, Varnhagen e, principalmente, José Miralles em sua *História Militar do Brasil* (1900).

Sem qualquer elogio a Basílio, Clemente Brandenburger constrói seu argumento a partir da leitura que faz tanto sobre as obras do autor apresentadas pela Comissão de Admissão do IHGB à Comissão de História, encarregada de examinar e produzir um parecer sobre elas. Como mencionamos, o parecer foi julgado favorável e aceito por unanimidade, assim como a admissão de Basílio ao quadro dos sócios correspondentes da congregação, em 1914. Sobre isso, Brandenburger pondera:

Ora, um parecer que não fez nada senão mostrar que o Basílio não é historiador, mas injusto e cego politiqueiro republicano (o que também não testemunha um “espírito de variada cultura”, porque estes são críticos e justos) [...] Parece evidente que a comissão desejava evitar a melindrar V. e os outros proponentes, salvando, entretanto, no parecer a sua consciência. Para ver, se outros tinham a mesma impressão, dei o parecer à minha mulher (não agora, mas há tempo). Sabe o que ela disse: “Se a mim quisessem admitir sobre a base dum parecer destes, eu desistiria, afim de evitar que o parecer seja publicado”. E justamente o que penso.

[...]

Confesso que eu li, naquele parecer tudo menos um elogio ao candidato. Já teve ocasião de escrever-lhe que considero aquele parecer um verdadeiro desastre para Basílio.

As críticas que dirige às produções de Basílio de Magalhães são severas. E diz a Fleiüss que não trata do assunto “em público, porque não [tem] o dever de fazê-lo, e [... nem quer] prejudicar a ninguém, e menos até um amigo seu”. Na ocasião duvidou, inclusive, da “idoneidade intelectual” do autor e acusa-o de “charlatanismo”, por fim e no fim da carta lê-se: “P.S. Se zangar, fale francamente, tem este direito, e não levar-lho-ei por mal!”. Neste sentido, e como Clemente Brandenburger sugere, os vínculos estabelecidos entre Basílio e Fleiüss tiveram sua importância nas tomadas de decisões entre os membros do Instituto para elegê-lo como sócio efetivo (1917).

Como dissemos, a existência de relações adversas entre os intelectuais em seu campo é um dos grandes motivadores para o estabelecimento das articulações uns com os outros. Passados anos daquele momento ritual (indicação, avaliação e admissão) em que Basílio de Magalhães passou a congregar o Instituto, as palavras de Brandenburger parecem querer mostrar o quão importante foram os vínculos entre Basílio e Fleiüss. Certamente, Magalhães não foi o único a entrar no Instituto Histórico por esse caminho, tampouco valeu-se desse artifício para se manter ali. Da época em que tinha sua produção comentada por seu confrade,

já ocupava lugar de destaque dentro e fora da agremiação. Além disso, o nome de Basílio não só circulava no cenário intelectual nacional, mas havia alcançado outros países<sup>51</sup>.

Desta feita, não podemos desprezar o empenho e aptidão de Basílio de Magalhães nas diferentes atividades empreendidas tanto pelo Instituto Histórico, como também, nas várias frentes a que esteve envolvido (em congressos, no magistério, na produção literária e, posteriormente, na vida política). No que diz respeito às suas abordagens sobre as demandas da sociedade em geral, arriscamos, suas ideias tiveram como referencial os debates que ocorriam no IHGB – que não só preocupava-se com a “moderna” maneira de se fazer História, mas com os problemas sócio-políticos que exigiram sua reconfiguração.

Portanto, o Distrito Federal representou mais do que uma mudança geográfica, entre o eixo Rio de Janeiro-São Paulo para a trajetória pessoal e intelectual de Basílio de Magalhães. Sua transferência para a capital da República e seu ingresso no IHGB, primeiramente, e em outros importantes lugares de sociabilidade transformou duplamente sua trajetória: tanto aquela já percorrida (passado), como a que iria percorrer (futuro). Esse acontecimento biográfico, o qual classificamos como o maior de todos, o colocou nos importantes círculos intelectuais, possibilitando o contato com homens de ciências e de letras do Brasil e do estrangeiro, projetando-o a novos horizontes, em todos os sentidos, e o tornou reconhecido.

Diante disso, consideramos importante compreender um pouco das preocupações de Basílio de Magalhães sobre a formação da nação e seu esforço em articular a questão educacional e ao progresso do país, à época, encarado como o “Grande Doente”.

#### **2.4 Doença se cura com remédio, mas com qual remédio seremos curados?**

Algumas instituições de ensino constituíam-se, ao lado IHGB e demais congregações de debate e produção intelectual, como importante lugar de sociabilidade aos intelectuais nas primeiras décadas do século XX. No Distrito Federal, o Colégio Pedro II, como vimos, talvez, constituísse um dos mais importantes estabelecimentos de ensino, mas não o único, por onde nossos intelectuais buscavam assento. Pode ser útil recordar que os lugares de instrução

---

<sup>51</sup> Embora nunca tenha viajado ao exterior, Basílio de Magalhães foi incorporado no quadro social da *Société Académique d’Histoire Internationale*, de Paris, e convidado para a *American Society for the Advancement of Science*, nos Estados Unidos, quando ocupou o cargo de diretor interino da Biblioteca Nacional. Cf: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 04 jun. 1918.

enquanto espaços geográficos e simbólicos de sociabilidades eram responsáveis, em grande medida, pela construção do protagonismo desses homens.

Isso vale dizer que, integrar o quadro funcional de determinadas instituições de ensino e, pela perspectiva *relacional*, estar interagindo com os personagens integrantes desse mesmo quadro exige percebermos esses intelectuais, primeiro, inseridos numa dinâmica estratégica de reconhecimento e visibilidade no cenário intelectual, e, segundo, compreendendo-os como produtores e mediadores dos debates e interpretações que são feitas a partir da realidade social (SIRINELLI, 1996).

Não é novidade dizer que, no decorrer da Primeira República, os debates e interpretações tiveram um encadeamento vinculado a uma perspectiva de futuro, uma herança do contexto imperial e que há muito se desdobrava nas aspirações intelectuais e políticas. E, nesse caso, o futuro que estava em jogo era a de uma nação que, recém-saída da escravidão e do regime monárquico, se pretendia moderna. Para tanto, os variados projetos científicos – estamos considerando que os projetos propostos e defendidos por nossos intelectuais e/ou grupos de intelectuais, fossem homens de ciências ou de letras, estavam comprometidos com as noções de científicidades –, propuseram operações que dariam forma, ao longo prazo, a um país moderno. Desse contexto, o aspecto racial e a educação foram, entre outros temas, abordagens fundamentais, nos debates intelectuais, para entender nossos problemas e as dificuldades de superá-los. O desejo pelo progresso era consensual, se assim pudermos destacar uma similitude geral entre os intelectuais, por outro lado, os caminhos a percorrer eram múltiplos e o ritmo da caminhada (das ações a serem operadas e a insurgência de seus resultados) era lento.

A discussão racial teve, pelo menos até os anos 20, uma dimensão muito mais arrojada que a educação, esta se tornou a grande preocupação da *intelligentsia* e encorajou mobilizações de maiores proporções nos anos 20 e 30. Tentaremos aqui uma possível aproximação entre o aspecto racial e o educacional, que mobilizaram o debate desde a virada do século XIX às primeiras décadas do XX, a fim de compreender as rejeições, assimilações e propostas de Basílio de Magalhães, sobre o povo e sobre a República. Acreditamos que o pensamento gerado em torno da realidade sócio-histórica passava pela perspectiva de uma regeneração social fosse: pelo tratamento da raça; pelo investimento em uma educação nacional; ou por tantas outras frentes que apontassem e indicassem caminhos que suprissem as carências do país nas primeiras décadas republicanas. Em todos os casos, os homens de letras e de ciências atribuíam à experiência histórica do país a gênese dos problemas a serem superados, ou das doenças a serem curadas. Divergiam no método ou no remédio da cura. Uns

pessimistas, outros mais otimistas; alguns afeitos ao republicanismo, outros não; todos, porém, comprometidos com o projeto de uma nação “moderna”.

“Doente”, “enfermo”, “remédio”, “cura” etc., foram alguns dos termos metafóricos usados por uma boa parte de nossos intelectuais em suas reflexões – de modo significativo a partir da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX – para designar o atraso da nação, suas causas e as vias para se tornar “moderna”. Uma apropriação feita não só por médicos, o que nos sugeriria certa articulação com seu ofício, mas também por juristas, literatos e por outros intelectuais que, a princípio, não teriam qualquer relação com o “mundo médico”. Nesses termos, o Brasil, considerado como um grande laboratório de pesquisa pelos viajantes-naturalistas e expedições científicas européias que por aqui passaram nos Oitocentos, conheceu nesse contexto reflexões “científicas” próprias sobre sua realidade num amplo sentido (geográfico, histórico, etnográfico etc.).

Certamente, os olhares clínicos desses viajantes sobre o Brasil resultaram em seus estudos com grandes marcas de um preconceito que se justificaram, sobretudo, no clima tropical e na mistura de raça<sup>52</sup>. Fatores que, *a priori*, estiveram vinculados às causas do pouco desenvolvimento do Brasil, tanto em seu aspecto econômico como no social. Não é difícil encontrarmos autores que reduzem e endossam que o pensamento social brasileiro desse período foi forjado a partir da importação de teorias racialistas produzidas na Europa “sem nenhum espírito crítico” (SKIDMORE, 1976, p. 13). Não obstante, trabalharemos apoiados na concepção ofertada por Lilia Schwartz, em *O espetáculo das raças* (1993), que considera os traços de originalidade na produção dos nossos homens de ciências e de letras e, de modo mais abrangente, das instituições científicas que nossos intelectuais congregavam.<sup>53</sup> Segundo a autora, havia uma forma peculiar de inserção das teorias raciais desenvolvidas na Europa. Assim, pensar a releitura que fizeram do darwinismo social e dos modelos deterministas no contexto nacional, exige certo desprezo da linha de pensamento que entende a aproximação

---

<sup>52</sup> Estamos trabalhando com a noção de raça tal qual defende Antônio Sérgio Guimarães – bem como a maior parte dos pesquisadores do campo da Sociologia –, entendendo-a como uma construção social, utilizada para classificar e hierarquizar pessoas ou grupo de pessoas, e que sofre constantes alterações (interpretações/reinterpretações) no tempo e no espaço, acomodando-se, portanto, às demandas das realidades sócio-políticas e sem fundamentação ou valor biológico. GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

<sup>53</sup> Há outros autores que discutem a problemática racial no Brasil e, igualmente, privilegiam a originalidade das propostas intelectuais como: MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999; SANTOS, Gevanilda. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2009; entre outros.

com esses conhecimentos como uma mera reprodução ou importação de teorias estrangeiras como fórmulas prontas<sup>54</sup>.

A autora avança em seu trabalho ao apontar os principais nomes que se filiaram e/ou desenvolveram as diferentes teorias explicativas acerca da evolução sócio-racial (como: Gustave Le Bon, Gobineau, Buckle, entre outros) e ao considerar que

É possível dizer, no entanto, que os modelos deterministas raciais foram bastante populares no Brasil. **Aqui se fez um uso bastante inusitado da teoria original**, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça (SCHWARCZ, 1993, p. 85).

Foi, portanto, do uso inusitado das teorias originais que as reflexões e estudos, por vezes paradoxais, desenvolvidos no Brasil foram autênticos. Sendo assim, a pluralidade racial existente e a busca por uma raça brasileira tomou a agenda dos intelectuais que ligavam diretamente o problema dessa diversidade às discussões que giravam em torno da conformação da identidade nacional. O enfrentamento dessa causa, como que uma missão redentora do país, fizeram de nossos intelectuais os protagonistas da Primeira República. Segundo Gomes, ao elegeram a “identidade nacional como objeto a ser construído (desvendado e proposto) [...], assumem, de modo obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico [... responsáveis] pelo ‘atraso’ em que o país se encontrava” (2009, p. 25).

Fundamentalmente, a questão justaposta no debate intelectual nacional, era como, mediante a mistura e pluralidade racial e cultural do país, definir uma identidade. As ações propostas surgiram das faculdades de Medicina e de Direito, do IHGB e dos institutos congêneres, dos museus etnográficos e de diversas outras instituições e organizações intelectuais. As vozes eram múltiplas e as propostas também! Medidas sanitárias em pequena e em grande escala; a abordagem racial, numa perspectiva histórica, auxiliando na construção de uma história de supremacia do elemento branco, e europeu, estabelecida numa rígida hierarquia social; os estudos da medicina legal, defendida, por exemplo, por Nina Rodrigues, e sua correlação com a criminalidade. Esses e outros estudos e projetos elucidam o engajamento do meio intelectual que, envoltos pelos critérios de cientificidade das diferentes

---

<sup>54</sup> Aqui, trabalhamos de forma livre com as correntes teórico-científicas que foram desenvolvidas no Brasil entre os séculos XIX e XX. Para um estudo mais pontual sobre o assunto ver, entre outros: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

áreas do conhecimento, expressam a preocupação com os rumos da nação e sua entrada no rol da modernidade.

É interessante observar as instituições intelectuais como espaços de construção e de interpretações da realidade social, o que não as tornam detentoras de monopólio dos projetos de modernidade, mas desempenham um papel essencial para legitimá-los. Certamente, a imprensa é também lugar de destaque, sobretudo, como divulgação dos projetos ao grande público. Nessa arena de debates e conflitos de ideias a despeito da questão racial, a essa altura, cabe-nos a seguinte interrogação: considerando Basílio de Magalhães um intelectual produtor de bens materiais e simbólicos, qual foi sua defesa e/ou vinculação a um projeto de nação dita “moderna”? E a quais elementos que considerou essenciais à construção da identidade da nação “moderna”? Uma construção que, via de regra, demanda tempo e que não é estável, mas constantemente mutável.

Basílio de Magalhães não desprezou os termos médicos de uso recorrente no campo intelectual e, a partir dele estruturou sua locução na conferência realizada no salão nobre da Biblioteca Nacional, em dezembro de 1915. Publicado no ano seguinte, pela Imprensa Nacional, sob o título de *O grande doente da América do Sul*, pretendeu o conferencista apontar o “diagnóstico e o prognóstico” da enfermidade do país e, assim, propor um remédio para sua cura. Consideramos esse texto seminal para compreender suas ideias sobre a questão racial e a do “atraso” da nação. Questões que, pelas reflexões dos nossos diferentes intelectuais em relação aos projetos de modernização da sociedade, oscilavam entre o pessimismo e otimismo sobre a situação racial do povo brasileiro. As doutrinas científicas que inspiraram os estudos étnicos estiveram ligadas às análises sobre a organização social e, com isso, demonstravam pelo aspecto racial nosso atraso (cultural e econômico).

No contexto onde o aspecto racial insurgia, para boa parte da elite intelectual, como um óbice ao progresso da nação e o branqueamento dos mestiços do Brasil fosse a melhor solução, Basílio de Magalhães engrossa o caldo dos que não percebiam a natureza dos problemas nacional na raça. À platéia que o ouvia na Biblioteca Nacional, rejeitou o determinismo racial e o geográfico como explicação dos fatores que obstaculizaram as aspirações do progresso econômico e social. O “tratamento” do “Grande Doente da América do Sul” exigia outro remédio que não àquele manipulado pela versão otimista do ideal de branqueamento, que tivera Oliveira Vianna como um dos importantes divulgadores e da consolidação.

Basílio de Magalhães estabelece um paralelo em sua análise da realidade social à anatomia humana. Assim, se por um lado a estrutura orgânica que garante a vitalidade é

comum a todos os viventes, por outro, seu funcionamento é particularizado. De antemão, Basílio execra o uso de perspectivas teóricas que tendem, pela universalidade estrutural dos organismos, serem aplicáveis a qualquer realidade social e, com isso, destaca o funcionamento singular das nações. Desta feita, considera que “os fatores estáticos e dinâmicos de cada nacionalidade” são formados: pelo solo, que é o esqueleto; pela raça, a musculatura; pelas tradições, que são as taras; pelo *status* sociais, o cérebro; e pela organização política, que é o hábito externo (MAGALHÃES, 1916, p. 11). Sendo assim, as teorias feitas pelo estrangeiro pouco se aplicavam à realidade brasileira, portanto, o remédio para o trato de nossa enfermidade não poderia ser o mesmo.

Não se trata de menosprezar radicalmente os estudos oitocentistas dos quais muitos de seus contemporâneos recorreram. O que estar em voga, acreditamos, é uma tentativa de refutar a crença numa linhagem racial marcada pela superioridade inata da raça branca em detrimento da inferioridade da raça negra e indígena e da condenação do elemento nascido do cruzamento entre elas – o mestiço. No diagnóstico feito sobre os efeitos da mestiçagem no Brasil argumenta:

Tem ocorrido como verdade inconcussa que a mestiçagem, qual a dominante no Brasil, carece tanto de energia física como de energia moral. Darwin, Agassiz, Spencer, Hellwald, Gustave Le Bon, para não citar senão escritores alienígenas, têm todos condenado o cruzamento de que resultou a maioria do povo brasileiro. [...] Pois não foi essa raça que, quase sem auxílio algum do braço estrangeiro até fins do século XIX, desbravou as nossas terras vastíssimas e nos conservou esta grande Pátria? (MAGALHÃES, 1916, p. 15-17).

Ancorado na filosofia positiva, a qual há muito fazia uso em sua militância republicana, Basílio dirigiu-se aos ouvintes nos seguintes termos: “Dir-vos-ei apenas, confiando na palavra oracular de Augusto Comte, que é falso existirem raças *superiores* e *inferiores*, pois que há somente raças *adiantadas* e *atrasadas*. [Com isso, procurava] desmentir os pregoeiros da indisciplina característica dos elementos” mestiços nacional (MAGALHÃES, 1916, p. 15, grifos do autor). Num tempo em que a ideia do branqueamento pela via da miscigenação dava sinais de ressignificação – passando a ser compreendida como uma das soluções para superação do atraso do Brasil – verifica-se propostas e medidas mais acessíveis. Assim, essa explicação da mestiçagem e estratégia a produção de uma população progressivamente mais branca tendeu, no Brasil por alguns intelectuais, a “uma lógica



eugênica enviesada”<sup>55</sup>. O tempo ao qual nos referimos, os anos 10 e 20, sofria fortes influências do cenário internacional.

A Primeira e Grande Guerra Mundial “envolveu *todas* as grandes potências”, direta ou indiretamente (HOBSBAWM, 1995, p. 31). No Brasil, os reflexos da Guerra contribuíram, entre outras coisas, para a reavaliação do debate racial. Entre o discurso conceitual eugênico que, nas últimas décadas do século XIX, incentivou a política imigratória como um dos métodos do branqueamento e a realidade objetiva que o conflito impusera – isto é, o declínio da entrada de europeus no Brasil –, “a preocupação com a miscigenação e o futuro racial do Brasil, afirma o sociólogo Edward E. Telles (2012, p. 26), “reapareceu”. Telles aponta que desse contexto surge uma nova geração de eugenistas no Brasil que, motivados pelos estudos mendelianos, começaram a encarar o cruzamento de indivíduos de raças diferentes sem grandes embaraços. Com isso, aventavam uma alternativa para o processo de branqueamento que diferia daquela que considerava degenerado o produto da mestiçagem, como defendiam os neo-lamarckianos.

Certamente, as questões que alteravam, em grande medida, as reflexões entorno do cruzamento entre as raças e da degeneração do indivíduo mestiço mobilizou a intelectualidade interessada no debate étnico. A convocação do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, presidida por Roquete Pinto e realizada no Rio de Janeiro, em 1929, além de reunir os intérpretes eugênicos – adeptos, como era o próprio Roquete, e contrários, como Renato Kehl, à inferência dos estudos genéticos de Mendel –, o evento abria as cortinas para novas conclusões sobre a mestiçagem e sobre a imigração no Brasil. Segundo Telles (2012, p.26), “muitos eugenistas haviam começado a exaltar as virtudes da miscigenação brasileira”. Quando os jornais veicularam, em 1927, a convocação para submissão de trabalhos a serem apresentados no Congresso, Basílio de Magalhães aparece na relação dos proponentes às

---

<sup>55</sup> TELLES, Edward E. *O significado da raça na sociedade brasileira*. Tradução de Ana Arruda Callado. Versão divulgada na internet, 2012. p. 162.

A eugenia ou higiene racial, cunhada por Francis Galton (1883), apresentou um programa para compreender os mecanismos da transmissão hereditária e o aprimoramento positivo da capacidade humana. Assumindo bases científicas, a eugenia de Galton, leitor de *A origem das espécies*, indicava que tal aprimoramento das populações só era possível pelo cruzamento selecionado. Restringindo o “casamento inter-racial, ‘alcoólatras, epiléticos e alienados’”, e distanciando de possíveis inferências da educação (SCHWARCZ, 1993, p. 78-9). A eugenia converteu-se num movimento científico e social mundial propondo procedimentos selecionadores das características melhores, fosse estimulando os nascimentos desejáveis ou no desencorajamento dos casamentos inter-raciais, e, segundo Peter Burke, “atingiu seu apogeu na Alemanha nazista” (BURKE, 2012, p. 199-202). No Brasil, o eugenismo desenvolveu-se com grande efeito na ideologia e na política social e apresentou inúmeras facetas (métodos) para tornar predominante o fenótipo branco. A intervenção do Estado brasileiro na política de imigração, amparada pelo Decreto Federal nº 528, de 28/06/1890, e seus desdobramentos sociais, por exemplo, é um dos casos das variadas tentativas de branqueamento da fisionomia da população brasileira até a eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa, quando os índices da imigração para o Brasil entraram em declínio.

“Teses Gerais” com o trabalho “Seleção Racial”<sup>56</sup>. Não obstante, seu trabalho não compõe nenhum dos dois volumes das *Atas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia* (1929), o que nos faz deduzir que, por algum motivo, ele não participou do encontro.

Voltaremos aos desdobramentos desse grande debate que (re) orientou as políticas públicas do Estado brasileiro na década de 1930 mais adiante. O parêntese que abrimos foi uma tentativa esboçar o contexto e as concepções teóricas que a biologia ofertava, fundamentalmente, a vertente eugênica do pensamento social brasileiro que se mostrou predominante – mas nem por isso a única – até os anos 30. Por ora, é necessário retrocedermos quinze anos e recuperarmos a conferência de Basílio de Magalhães em 1915 – o contexto da Guerra.

Pela leitura d’*O Grande doente da América do Sul*, nota-se o entusiasmo do professor Basílio com os termos médicos. Didático com um mestre que há muito ensinava aos jovens nos ginásios paulistas, comparava a realidade brasileira e a europeia – a qual nossa intelectualidade buscava inspirações para o futuro – aplicando noções da fisiologia. Assim, da simbiose entre o Novo e o Velho Mundo, mostrava que a evolução corporal os tornavam distintos: embora *Doente*, o Brasil era jovem e “passava por sua *crise de puberdade*”, enquanto a Europa, senil, “entrou na *crise de menopausa*”. Por outro lado, apesar das distinções, havia similaridade: ambos “portadores de graves perturbações físicas” (MAGALHÃES, 1916, p. 7, grifo nosso). Esse era o “diagnóstico” da *doença* – que, por associação, equivalia ao atraso da nação – era atribuída, por Basílio. Sendo assim, quais eram as causas e as soluções para se chegar a um “prognóstico” favorável?

Basílio de Magalhães aponta que Europa dava sinais de senilidade. A Guerra, por sua vez, convencia a intelectualidade sobre a exigência de repensar o destino do país a partir de outro ângulo: mais sobre a realidade que se mostrava e menos sobre modelos idealizados. Para Basílio, é louvável a configuração de um passado histórico-cultural marcado pelas mobilizações e engajamento dos diferentes elementos étnicos (indígenas, negros, mamelucos, brancos) que, das regiões litorâneas às áreas sertanejas e da Amazônia, defenderam e expandiram o território e desenvolveram a economia do país. Não acreditamos que essa valorização do passado prenda-se a uma mera contemplação romântica da história nacional. Para ele, os problemas do tempo presente – a tal *crise de puberdade* – era “consequência fatal da adinamia”, ou seja, da fraqueza muscular.

---

<sup>56</sup> Aparecem também: Oliveira Vianna, com “A raça do ponto de vista antropológico e do ponto de sociológico”; Ignácio Amaral, com “Feminismo e eugenia”; Azevedo Amaral, com “Problema eugênico da imigração”; entre outros. Cf: *Diário da Manhã*, Vitória (ES), 21 abr. 1927.

A musculatura do país, que era formado pela raça – e, por conseguinte, podemos entender como povo –, necessitava “readquirir o tônus físico e tônus moral” (MAGALHÃES, 1916, p. 8). E nisto consistia a capacidade de recuperação da enfermidade e definição do futuro da nação. E, pelas façanhas militares e econômicas do passado brasileiro, há um apelo para uma reavaliação otimista do elemento mestiço.

Pois não foi essa raça que, quase sem auxílio algum do braço estrangeiro até fins do século XIX, desbravou as nossas terras vastíssimas e nos conservou íntegra esta grande Pátria?

Fortalecer física e moralmente essa raça, por um bem orientada e sistemática educação, tanto sensorial como cívica, – eis o nosso grande problema, o nosso problema capital, cuja solução urge a ser encetada, sejam quais forem os sacrifícios que ela demande.

Todo o nosso futuro depende de amalgamarmos sabiamente os nossos heterogêneos elementos étnicos, desenvolvendo-lhes em tipos fixos e fortes, por meio da educação, as qualidades boas e suprimindo-lhes quando for possível, os defeitos e os vícios originários (MAGALHÃES, 1916, p. 17, grifo nosso).

Entre as profecias de o futuro desaparecimento do elemento mestiço – como defendeu Batista Lacerda no Primeiro Congresso Universal de Raça, em Londres (1911), à época diretor do Museu Nacional (SCHWARCZ, 2011) –, a conversão do problema gerado pelo cruzamento inter-racial em solução, entre outras polêmicas que tencionavam as reflexões da elite intelectual dos anos 1910-30, Basílio de Magalhães reitera a importância da mestiçagem e repudia as teorias deterministas. Além disso, considera que a Guerra, em curso no Velho Mundo, tenha perturbado a consciência da intelectualidade a estimular as energias adormecidas. Arrolava que o desenvolvimento nacional dependia da educação. É, portanto, esse o remédio para curar a enfermidade d’*O Grande Doente da América do Sul*.

O Brasil “doente” – atrasado e analfabeto – estava “no leito, gemendo lugubrememente os seus desvarios”, no entanto, destaca Basílio (1916, p. 7), “o leito, por singular contraste, é todo de rosas”. De um modo geral, a argumentação de Basílio de Magalhães era a de que o Brasil tinha fortes e importantes elementos que favorecia seu desenvolvimento – o solo com sua extensão territorial e sua capacidade produtiva muito auxiliada pelo clima tropical, de onde tirava sua rejeição a tese do determinismo geográfico, defendido por Buckle –, o que faltava era o encorajamento desse “jovem” e “robusto” em puberdade, mostrando-lhe sua “prodigiosa capacidade de recuperação” (1916, p. 6).

A tradição – substanciada nas ações de conquista, defesa e desenvolvimento econômico do território desde os tempos coloniais – deveria alimentar o espírito patriótico em seus compatriotas, vistos em notória adinamia. Com isso, a experiência e o remédio indicado – a educação – encaminhariam o Brasil ao pretendido rol da modernidade. O texto exposto

por Basílio é, assim, construído numa compreensão tridirecional do tempo – passado, presente e futuro – para apontar os “diagnósticos e prognósticos” do *Grande Doente*. Nesse sentido, o autor parece querer aos seus ouvintes que as medidas a serem tomadas – isto é, a administração do remédio que indicara – estimularia não só o engrandecimento socioeconômico do Brasil, como mostraria a formação do povo brasileiro e o lugar de cada raça na sociedade.

A importância dos elementos étnicos na vida social levantadas por Basílio, nessa conferência, parecia mostrar sua descrença no conceito de raça que havia alimentado muitos de seus pares. Sua análise da formação e progresso sócio-racial-econômico-cultural do país apontava a necessidade da educação como forma de tornar o país suficientemente adiantado – no amplo sentido do termo. Neste aspecto, concordando que o país tinha uma vocação “essencialmente agrícola”, criticava o uso de técnicas rudimentares e destacava a importância da formação de “bons e esclarecidos operários e desenvolv[imento da] nossa capacidade fabril”. E completava que

cada povo deve ter uma educação correspondente ao seu meio físico e às suas necessidades orgânicas. Imitar servilmente uma nação os processos didáticos de outra, com quem não tenha paridades mesológicas, étnicas e sociais, é desconhecer que os homens são “filhos da herança, filhos do ambiente geográfico, filhos do ambiente intelectual e econômico”, como bem pondera Leonor Serrano (MAGALHÃES, 1916, p. 41).

A educação integral era a composição completa do remédio que o país necessitava. A proposta Basílio era a de que a escola não formasse apenas eleitores – o que segundo eles era uma “preocupação do poder público” – nem que crianças e adultos saíssem delas “levando no cérebro um inútil e frívolo saber teórico” (MAGALHÃES, 1916, p. 44). Para ele, caberia às instituições, além da formação cívica, o desenvolvimento de habilidades profissionais a partir do método sensorial. Sendo o país essencialmente agrícola, considerava que os estabelecimentos de ensino mantidos pelo poder público deveriam oferecer a formação prática, enquanto a teórica se daria nas instituições particulares. Estabelecidos por todo o Brasil, o ensino prático seria aplicado nos institutos agrônômicos, zootécnicos, eletrotécnicos, escolas de pescas, liceus de artes e ofícios, gabinetes de física e química, estações meteorológicas e biológicas.

### **Um desvio necessário: em busca de um possível referencial pedagógico**

Basílio compreendia que a sociedadeurgia por um conjunto de ações radicais que reformariam o ensino público. A aprendizagem para a vida em comunidade, contava com certa dose de individualismo. A adaptação, ou a formação, do indivíduo à vida sócio-econômica, visava o desenvolvimento da nação, mas, fundamentalmente, o que ele chama de “*self-help*”, que, por sua vez, resulta do “*self-government*”. Essa reivindicação à individualidade pretendia marcar os jovens ao “empolgante prazer do triunfo pelo próprio esforço, pela própria iniciativa” (MAGALHÃES, 1916, p. 45). Há em Basílio um forte posicionamento contrário ao ensino tradicional em seu método teorizante e “*mania verborrágica*”. E, por outro lado, uma defesa à atividade educativa na qual o método encerra a formação autônoma do educando e suas responsabilidades morais e cívicas para com a nação.

É interessante observar nessa conferência, sua defesa pela educação integral como remédio para o desenvolvimento social e humano. Pela filosofia positiva, sustentava a existência de raças “atrasadas” e “adiantadas”, no entanto, essa tendência não parece exercer influência sobre os métodos pedagógicos que propõe. *Grosso modo*, a concepção positivista divide a educação em duas fases: a espontânea e a sistemática. Na primeira, aplicada na infância, o estudo seria sensorial. Já a fase sistemática, aplicada da puberdade à maioridade, a formação intelectual seria, fundamentalmente, enciclopédica. Embora compreendendo a possibilidade evolutiva da raça por meio da educação, tal como o positivismo na lei dos três estados, Basílio distanciava de seus métodos, sobretudo ao rejeitar o ensino enciclopédico.

Como dissemos, sua concepção sobre educação nacional – o remédio que curaria o *Grande Doente* – deveria ter por base a formação integral do educando. E para isso o método de ensino seria, fundamentalmente, teórico e prático preparando-o para vida em sociedade. Nesse caso, a competência educacional para a vida prática cumpria uma dupla funcionalidade: a de desenvolver um sujeito autônomo e habilitado às necessidades da nação. Basílio de Magalhães não evidencia quem são seus referenciais teóricos para o ensino. Se por um lado, parece rejeitar às orientações positivistas, por outro, seu pensamento pedagógico parece aproximar de, pelo menos, duas correntes teóricas educacionais daquele tempo: ao método de Maria Montessori e ao de John Dewey.

As ideias pedagógicas do filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952) ficaram bastante conhecidas no Brasil. Influenciadas pelos estudos da biologia e psicologia, suas ideias foram exponenciais nos anos 20 e 30 e, além de influenciar o debate

intelectual brasileiro sobre o modelo da educação nacional – entusiasmando, por exemplo, os intelectuais do movimento da Escola Nova, crítica ao modelo de ensino dito Tradicional – como, *grosso modo*, inspirou os intelectuais engajados na Reforma Educacional de 1931, entre os quais podemos destacar Delgado de Carvalho (ver: REZNIK, 1992; VALE, 2011). A experiência (prática) no processo de ensino-aprendizagem, a individualidade e formação à autonomia são alguns dos pontos, enfatizados no pensamento de Dewey, que compõe o repertório de Basílio de Magalhães.

No entanto, essa acepção da funcionalidade da escola para com o aluno (indivíduo) e para com as exigências da sociedade (coletivo), a partir do método prático, não era exclusividade do *pragmatismo* de Dewey. O método montessoriano, proposto pela médica italiana Maria Montessori (1870-1952), tinha elencando, entre outros, aqueles mesmos pontos em sua lista de preocupação. Sendo assim, o que então nos leva a aventar uma possível relação do pensamento de Basílio de Magalhães com essas ou uma dessas tendências pedagógicas? A leitura atenta de *O Grande Doente da América do Sul*, considerando o diálogo que o autor fazia com seu tempo e sua ambição em propor solução e caminhos para o estabelecimento de uma nação “moderna”, nos fez aproximá-lo dessas ideias pedagógicas.

Talvez, seja interessante trabalharmos com a hipótese de que Basílio recorreu às bases comuns dessas duas tendências, que eram oferecidas como ponto de partida para uma nova organização do ensino e da instituição de ensino, tendo em vista o sujeito e a sociedade. Alias, e como tratamos acima, essa forma peculiar de abordar as teorias “de fora” adaptando-as às realidades “de dentro” era o que dava originalidade, como apontou Lilia Schwartz, na produção dos nossos homens de ciências e de letras. Se assim foi, podemos balancear esses usos e adaptações, feito por Basílio de Magalhães, e considerarmos (Quem sabe?) que teria se aproximado mais do método de Montessori do que do *pragmatismo* de Dewey.

Maria de Montessori, na medicina, orientou sua pesquisa acadêmica à psiquiatria e se interessou pelo estudo das crianças com retardo mental. Segundo Piletti & Piletti, Montessori “percebeu que aquelas crianças consideradas pela sociedade como ineducáveis respondiam com rapidez e entusiasmo quando estimuladas a realizar trabalhos domésticos, exercitando suas habilidades motoras e gozando de autonomia” (PILETTI & PILETTI, 2014, p. 120-121). A partir daí, formaria as bases de sua teoria enfatizando a individualidade, a atividade, a liberdade e a formação integral do aluno. Não é necessário emprendermos um aprofundamento da trajetória e concepção de Montessori, para articularmos algumas de suas ideias ao que expunha Basílio. Mas vale considerar que é de 1907 a criação da Casa dei Bambini, onde se aplicaria sua proposta de ensino e, de 1909, a publicação de seu *Manual de*

*pedagogia científica*. “Educação sensorial gradativa e sistemática”, “formação integral para a vida”, “triunfo pelo próprio esforço”, são algumas das expressões que, segundo Basílio, deveriam orientar a proposta de uma “educação dinâmica” e que são muito próximas (senão próprias) das ideias montessoriana.

Um segundo dado notável é o apontado por Mônica Kassar (2011). Ao traçar uma breve genealogia dos desafios da educação especial no Brasil, especialmente na atualidade, destaca que no momento em que se difundia na ciência médico-pedagógica de vários países a preocupação em identificar possíveis alunos “anormais”, Basílio de Magalhães concluía, em seu *Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência* (1910), diferentemente da tendência da época “que a convivência de crianças anormais e normais era benéfica, sob o ponto de vista emocional e econômico” (KASSAR, 2011, p. 64).<sup>57</sup> Ademais, a educação, enquanto remédio para o músculo do país – e, por conseguinte, para seu povo –, não se restringiria ao desenvolvimento intelectual. Para Basílio (1910 e 1916), ela era também um meio para o combate aos vícios físicos e psíquicos que acarretam a vida, como o alcoolismo e os jogos.

Basílio retomou o tema no Primeiro Congresso Americano de Crianças, de 1916, realizado em Buenos Aires. O trabalho que apresentou foi publicado no Brasil sob o título *A educação da infância normal e das crianças mentalmente atrasadas na America Latina*, pela Imprensa Nacional (1917). A crítica do livro, publicado no *Correio Paulistano*, destaca a abordagem de Basílio sobre o método de Montessori. Segundo o jornal, em 19 de fevereiro de 1917, Basílio o teria apontado como um moderno sistema de ensino e havia considerado que “deve [ria] ser adotado nos meios latino-americanos. [Além disso, entendia que] à demanda de um grande futuro, deve[riam] criar sistemas próprios de educação integral, que lhes possibilitem a formação da ‘alma nacional’ e do ‘caráter nacional’”.

Todas essas informações, especialmente a última, até aqui parecem nos permitir constatar que Basílio compartilha e é influenciado pelas ideias propostas pelo método de Montessori. Há, contudo, uma abrangência maior de sua aplicabilidade, indo da infância até a adolescência. Nesta última, percebe as bases da proposta montessoriana como fundamental para o aluno desenvolver suas aptidões visando sua autonomia e o desempenho de sua função social, “percebendo a grandeza da Pátria e capaz de colaborar”. Como se pode observar, para Basílio de Magalhães a educação nacional era uma medida nada desprezível. Ela ocupava

---

<sup>57</sup> A obra (1910) foi oferecida e recebida com elogio pela associação inglesa International Prohibition Confederation, após o ocorrido, Basílio foi designado vice-presidente da Confederação no Brasil, estabelecida em São Paulo. Cf. *Gazeta de Notícias*, 14 de mai. de 1914.

lugar estratégico não só para o desenvolvimento socioeconômico, como via fundamental para divulgação e estabelecimento dos valores cívico-morais da República.

### **Voltando para “finalizar”**

Basílio asseverava que o país romperia sua condição paradoxal – o de ser essencialmente agrícola, mas que ainda recorria às técnicas agrícolas rudimentares – quando a educação integral fosse encorajada e aplicada nas instituições de ensino. Essa era, em sua concepção, uma das fundamentais medidas para cura do *Grande Doente*. A isto, estava relacionada sua ponderação sobre os caminhos racial no Brasil: da educação integral emanaria do fortalecimento físico e moral da raça.

Deste modo, entre os diferentes métodos defendidos para alcançar o branqueamento e os debates médicos que enfrentavam a miscigenação, atribuindo-a os males físicos e morais que assolava a sociedade, que marcaram as primeiras décadas do século XX, Basílio de Magalhães postula que a enfermidade do país não teria por base a diferença racial. Em seu discurso, o aspecto racial aparece como tema secundário e vem a rebote das reflexões em torno da educação. Concordamos com Thomas E. Skidmore (1976, p. 185), quando afirma que “Basílio de Magalhães não era suficientemente original para repudiar completamente as tentativas de compromisso com as teorias racistas”, no entanto, se não pudermos (E de fato não podemos!) assegurar a originalidade do autor, não podemos desprezar alguns pontos de seu trabalho, no que diz respeito à sua apresentação no meio intelectual.

Primeiramente, do ano dessa conferência, Basílio de Magalhães mal havia se estabelecido no Rio de Janeiro, que era não só a capital da República, como lugar de encontro da intelectualidade nacional. Pensar a nação seguindo por um caminho diferente daquele que percorreram grandes nomes dos homens de letras e de ciências, colocava Basílio, de certa forma, distante de um discurso que não era único, mas era predominante naquele tempo. Para nós, isso significa dizer que aproximar-se das narrativas que eram proeminentes nos círculos intelectuais, poderia contribuir para o ganho de legitimidade entre seus pares. Obviamente, erguer-se em favor de outra interpretação não o impediria ter voz nesses lugares, mas também não era um facilitador. E Basílio, que há duas décadas pertencera diretamente aos círculos intelectuais paulistas, sabia bem o peso que as divergências das ideias intelectuais e políticas exerciam nesse meio, sobretudo quando o espaço lhe era novo.

As relações intelectuais, como salientamos, apresentam uma dinâmica de afetos e desafetos estabelecidos na ambiência intelectual ou não. Os fatores que criam vínculos ou



desvinculam são múltiplos e, entre outros, podemos destacar a luta de ideias. O meio intelectual, é assim, marcado por negociações e quanto mais convincente maior a possibilidade do prestígio sociocultural, as ideias expostas por Basílio de Magalhães não eram originais, de fato. Desde, pelo menos, o início do século os intelectuais vinham advogando a interpretação do passado racial para além do determinismo climático, geográfico e biológico. Consequentemente propunham outra interpretação ao atraso da nação que não tivesse como causa restrita o aspecto racial. Isso marca o “contradiscurso”, para usar uma feliz definição de Arlette Gasparello (2004, p. 174), que encaminhava a superação das teorias raciais que empolgavam intelectuais como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, entre outros.

Nesse sentido, o outro ponto que queremos destacar é que mesmo faltando-lhe a originalidade destacada por Skidmore, o discurso de Basílio de Magalhães pode ser vinculado a essa tendência que, apesar de não ser predominante nas primeiras décadas republicanas, não era inexpressiva do ponto de vista da importância da intelectualidade que dela comungava. Assim como Basílio fizera em 1915, Manoel Bomfim, por exemplo, em 1905, no seu *A América Latina: males de origem*, já imprimia sua rejeição aos paradigmas sociodeterministas que orientavam o curso do debate da época, além disso, traz sua defesa sobre a importância da educação como superação dos “*males*” do Brasil que tinham por “*origem*” uma natureza sócio-histórica e não racial (BOTELHO, 2009, p. 120).

Assim como Bomfim e como o próprio Basílio de Magalhães, outros intelectuais dessa mesma temporalidade rejeitam, em seus diferentes trabalhos, as teorias raciais nas quais ancoravam a maioria dos estudos da época. Ao proporem outra releitura do passado baseando-se num otimismo racial e sugerindo soluções mais reais para a entrada do país no rol da modernidade, estavam, com efeito, construindo um discurso que ganharia materialidade com as políticas culturais a partir dos anos 1930. Esse encadeamento, além de ser ilustrativo para compreendermos a mobilidade e mutabilidade dos problemas que giraram em torno da constituição da identidade nacional, soma-se circunstâncias do estabelecimento do Governo Vargas (1930-1945) e nos apresenta uma cultura histórica preocupada com a formação nacionalista e patriótica.

Com isso, o que se verifica é o engajamento dos diferentes atores sociais na produção de ideias, articulando seus projetos ao longo do tempo e a corroboração dos momentos de crises<sup>58</sup> para a cristalização (o predomínio) de uma cultura política sobre outras múltiplas e,

---

<sup>58</sup> Ver, entre outros, GOMES, 2009 (Cap. III); BERSTEIN, 1998.

com ela, a difusão de uma cultura histórica que, igualmente, concorre com tantas outras. Estamos nos referindo especificamente às mobilizações dos anos 30 que deram novos contornos à economia, à política e à educação – tendo esta ocupado lugar privilegiado no estabelecimento dos vínculos entre o Estado e a sociedade.

Vimos nesse capítulo, portanto, que as proposições de Basílio de Magalhães para a educação e para a sociedade foram motivadas por uma releitura de um passado especulando-se o desenvolvimento e formação da nação a partir da contribuição das diferentes raças. Adotou, para isso, a premissa da existência de raças atrasadas ou adiantadas, não superiores e inferiores, apontando o estágio evolutivo de cada uma delas. Com isso, considerava a educação remédio fundamental para constituição de uma nação “moderna”, tanto no aspecto econômico, como político, social e cultural.

Vemos que Basílio, por um longo período em sua trajetória, dedicou-se ao magistério e à outras frentes, mas não à produção didática. O que só se deu significativamente nos anos 30 e 40. As suas reflexões da relação entre a raça e a sociedade, que analisamos, foram concebidas a partir de uma conferência apresentada a um público mais amplo, pensada a um público mais restrito, os escolares. Sendo assim, o que nos resta, agora, pensar um pouco sobre a configuração de suas ideias no material que era dirigido aos sujeitos que encaminhariam nação. Se o passado da nação poderia ser expresso por uma tradição substanciada nas ações de conquista, defesa e desenvolvimento econômico do território desde os tempos coloniais, como Basílio difundia (ou pretendia alimentar) o espírito patriótico em seus didáticos? É possível perceber a posituação dos elementos étnicos em suas obras escolares, tal como fazia na sua produção dirigida a um público especializado?

### 3 RAÇA E LIVRO DIDÁTICO: ELEMENTO E FERRAMENTA CONFORMANDO IDENTIDADE

A Escola

A escola é o foco de onde a luz radia  
A luz que aclara os tempos e as nações  
Ora é luz que descanta, é cotovia  
Ora é centelha de revoluções!

Por onde é que o soldado balbucia  
O nome “Pátria”, que enche os corações,  
Onde é que nasce o amor? Onde a poesia?  
Onde as mais santas das inspirações?

Na escola irrompe em solidário afeto.  
O altruístico e elevado sentimento,  
Graças ao fogo, da Paixão repleto,

Das lavas do vulcão do entendimento:  
– “É que há mais luz nas letras do alfabeto  
Que nas constelações do firmamento!”

*Basílio de Magalhães, 1942*

O período compreendido entre as décadas de 1920 a 1940 pode, sem prejuízo, ser caracterizado como um tempo de importantes redefinições sociais do cenário brasileiro. Como salientamos no capítulo anterior, os estudos das relações raciais desenvolvidos pelos intelectuais e cientistas no Brasil tiveram suas originalidades e, pela austeridade de cada um deles, quiseram abrir caminhos para o provimento de uma nação “moderna”. Predominava, no entanto, desde o século XIX, a concepção de que a raça era um princípio organizador da sociedade e que pelo branqueamento, independentemente do método, o país alcançaria o pleno desenvolvimento.

Tal postulado não foi o único, porém, teve destaque durante um longo período. Ao seu lado, desenvolviam-se outras previsões e métodos para o desenvolvimento e formação do que seria o povo brasileiro. As ambigüidades em torno da miscigenação foram ganhando, pouco a pouco, espaço e novos contornos entre a intelectualidade, além disso, a experiência e os resultados da Primeira Guerra Mundial foram fundamentais para incitar a gradual reavaliação que o conceito de raça passava no contexto nacional.

É importante não perder de vista que todos esses exames sobre a raça, independentemente das vertentes científicas que seus estudiosos seguiram ou fizeram suas apropriações, eram mobilizações que estiveram vinculadas à formação de uma identidade nacional. Por sua vez, o processo de construção da identidade da nação esteve relacionado a outros projetos que, igualmente, tinha abrangência nacional e propunham a formação do povo através de processos educacionais. Neste sentido, a educação, especialmente das crianças e dos jovens, assumiu lugar estratégico na construção de nossa identidade – cujo empreendimento não se limita à República –, bem como na divulgação e estabelecimento dos ideais republicanos e da cultura cívico-patriótica.

Consideramos que entre os anos 20 e 40 houve a exacerbação – isto é, a maior realização – daquilo que estava em debate nos anteriores. Especialmente no que tange à educação nacional e seu elemento étnico. Não obstante, não queremos propor ou defender que as características da identidade nacional já estavam definidas e consolidadas no período em questão, tampouco, que elas foram compartilhadas e aceitas sem objeções pelos atores sociais. Como se sabe, é paradoxal definir a identidade *nacional*, pois, embora o termo dê margem a uma compreensão de singularidade, seu “estabelecimento” depende da interação dos indivíduos e dos elementos comuns. Neste caso, a língua é um importante traço de vinculação entre os sujeitos no processo de construção da identidade de uma nação, por outro lado, as ações e os discursos políticos são fundamentais nesse processo.

Pensar a identidade nacional é, antes de tudo, compreender a existência de um amplo conjunto de elementos estratégicos à sua formação. Além disso, o processo de construção identitária decorre de uma mobilização contínua e sofre mutação ao longo do tempo. Desta forma, os discursos e as proposições são múltiplos, os sujeitos envolvidos nesse campo de disputa, que se estabelece sobre a consolidação da identidade nacional, batalham para defender e apontar em seus projetos os referenciais que podem singularizar a nação e unir seu povo. Desses apontamentos e formulações podemos sublinhar duas das características fundamentais apresentadas no processo de construção de identidade: a demanda do fator espaço-temporal e a competição entre os vários projetos que são postos ao mesmo tempo e com um denominador comum.

Elegemos entre esses elementos, portanto, a raça e a educação para refletir um pouco sobre a abordagem que fez Basílio de Magalhães em sua escrita escolar<sup>59</sup>. Em sociedade, os

---

<sup>59</sup> Remeter-se à escrita para o público escolar em sua materialidade é colocar-se diante de uma extensa relação de expressões terminológicas que têm, ao longo do tempo, servido para designar um específico objeto do ensino-

vínculos com as instituições (a família, a religião, a escola, o Exército etc.) são importantes meios para a construção do sentimento de pertença do indivíduo em um grupo, uma região (pátria) e uma nação (CATROGA, 2007). A integração do indivíduo à nação é um processo que tem o espaço escolar como lugar privilegiado. Nele, o currículo traz alguns dos principais elementos para a formação da identidade da nação a serem assimilados por seus membros – um passado comum e que os unem, a língua etc.

Por conseguinte, o ensino da História, sobretudo nas primeiras décadas do estabelecimento da República, auxiliou de diversas maneiras para a consolidação do papel do Estado no direcionamento e organização política do país. Tomamos por premissa que o projeto de construção de uma identidade nacional e o estabelecimento de uma nação coesa ocupou a agenda do Governo Vargas (1930-1945), adquirindo maior expressão no Estado Novo. Supomos, também, que os autores de livros didáticos ajustaram sua escrita às demandas curriculares apresentadas pelo Estado, tanto para serem aceitos no crescente mercado editorial da época, como em razão de uma cultura política dominante que, por sua vez, teve na educação lugar privilegiado para sua consolidação e para formar em seus cidadãos a cultura cívico-patriótica desejada.

O didático que analisamos foi publicado durante o Estado Novo, portanto, esse é nosso recorte temporal. É fundamental que compreendamos que os livros didáticos – tais quais outros diversos meios de comunicação e linguagem – exercem um importante papel na produção, transmissão e recepção do conhecimento e das formas simbólicas do poder. São eles mesmos “instrumentos de poder” (CHOPPIN, 2008, p. 12)! E isso demarca, por exemplo, a intrínseca relação entre a educação e as demandas sociais, apresentando-se como um produto que atendia tanto às conclusões que seus autores tiravam do encadeamento do processo histórico, mas, sobretudo aos interesses institucionais (do Estado) elencados para o predomínio de sua cultura política.

Por fim, resta-nos compreender a contribuições da narrativa de Basílio de Magalhães para o uso escolar sobre as relações raciais no Brasil. Livros publicados num tempo em que o

---

aprendizagem. Manuais escolares ou didáticos, compêndios, livro escolar ou didático, são algumas das denominações que a historiografia da educação recorre para remeter-se a esse artefato. Segundo Alain Choppin, nessas variadas definições concentra-se a primeira dificuldade que o pesquisador encontrará ao privilegiar esse objeto em suas investigações, uma vez que, nem sempre a terminologia definirá as características do objeto num dado tempo e lugar. Em outras palavras, o autor adverte que nem sempre podemos recorrer a essas expressões como meros sinônimos. Salientamos que, sem qualquer pretensão reducionista e sem querer negligenciar as questões do autor, usaremos livremente algumas dessas designações para nos referirmos as obras impressas produzidas especificamente para atender ao público escolar como suporte escrito para o ensino de História. Cf. CHOPPIN, Alain. “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: v.30, n.3, set./dez., pp. 549-566. 2004.

Estado empreendia uma série de projetos políticos culturais em torno de um propósito bem definido: a de recuperar o passado nacional, todavia, com um postulado de superação daquilo que seus ideólogos consideravam “Velho”. Como já destacado, consideramos que a ambição por uma sociedade coesa balizou os objetivos desse Estado autoritário e centralizado que, em suas diferentes iniciativas, divulgou as normas e os valores a serem assimilados pelos cidadãos. Aos nossos objetivos, tomaremos o didático de **História do Brasil**, para a 3ª série ginasial, publicado em 1943, portanto, conformado à Lei Orgânica do ensino secundário de 1942. Enquanto material da História ensinável, desejamos destacar sua função em difundir uma cultura cívico-patriótica elaborada pelo novo regime.

### 3.1 Um Professor-autor

Antes de empreendermos nossa reflexão sobre o livro didático em torno dos temas e questões que nos interessam, talvez, se faça necessário, mesmo que breve, apontarmos os caminhos que Basílio de Magalhães percorreu no magistério do Rio de Janeiro. Pretendemos, com isso, identificarmos em Basílio certas prerrogativas que o torna membro de outro grupo de intelectuais que é elite intelectual e política: a dos professores/autores<sup>60</sup>. Ele que já tinha adquirido ampla experiência no magistério paulista, teve na Capital Federal assento em importantes instituições de ensino mantidas pelo poder público. Nesse curso, escreveu livros para o uso escolar e, como vimos no capítulo anterior, revelou-se interessado nos assuntos relacionados à educação nacional, a partir da qual estabeleceu relações com as questões raciais e ao desenvolvimento econômico do país.

A primeira referência sobre sua atividade docente, no Rio de Janeiro, que encontramos é do jornal *O Paiz*, de 03 de maio de 1916. O periódico publicou o nome dos regentes que compuseram o quadro funcional da Escola Normal. Para o curso de História, o então prefeito

---

<sup>60</sup> A categoria “professor/autor” é uma abordagem desenvolvida pelas professoras Arlette Gasparello e Heloisa Vilella – coordenadoras do Grupo de Pesquisa História da Educação e Ensino de História: Saberes e Práticas, da Universidade Federal Fluminense – para designar os intelectuais que atuavam no magistério do Colégio Pedro II e em outras importantes instituições de ensino, entre a segunda e a primeira metade dos séculos XIX e XX, e produziam livros didáticos e outros materiais sobre a educação nacional (livros, relatórios, conferências etc.). Salienta as pesquisadoras, ainda, que ao compartilharem espaços de convivência e uma preocupação comum, formavam estruturas de sociabilidade e redes de solidariedade reforçando a identidade de um grupo que, pelas perspectivas educacionais e inferência nas políticas públicas e na constituição da História como disciplina escolar, constituía a elite intelectual e política do país. Ver, entre outros: GASPARELLO, 2005 e 2008.

da Capital Federal, Rivadávia da Cunha Correia, nomeou, além de Basílio de Magalhães, Leôncio Correia, Jonathas Serrano, Mozart do Rego e Monteiro, Celso Lemos, João Ribeiro, Osório Duque Estrada e Armando Dias. Nomes importantes e que pertenciam a outros círculos em que Basílio estava integrado, compuseram o quadro dos docentes: Miguel Calmon (de Geometria) e Roquete Pinto (de Higiene).<sup>61</sup>

Desde que iniciara sua trajetória profissional em São Paulo, Basílio de Magalhães congregava os diferentes círculos de sociabilidade intelectual, no entanto, não é exagero nosso considerar que suas atividades estiveram, majoritariamente, ligadas à educação. Seu engajamento à atividade docente que em São Paulo foi comparado ao “sacerdócio”, não deixaria de ser no Rio de Janeiro. Não só pela vinculação e participação ativa nos projetos pedagógicos do IHGB – referimo-nos aos cursos que ministrou no Instituto e como docente na *Escola de Altos Estudos* e na *Faculdade de Filosofia e Letras* –, como no magistério que era ofertado a um público mais abrangente. Quando ainda docente da Escola Normal, dava aulas em um curso preparatório para candidatos ao ingresso nesta instituição, o estabelecimento que funcionava na Rua Gonçalves Dias era dirigido por Francisco Furtado Mendes Vianna – inspetor escolar do Distrito Federal e autor de livros didáticos para o ensino infantil (*A Noite*, 9 mai. 1916).

Integrou também o corpo docente da Escola Nacional de Belas Artes. Em 1917, Basílio foi nomeado pelo Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Carlos Maximiliano, para assumir interinamente a cadeira de História das Belas Artes. O curso iniciado no dia 21 de abril do corrente, quatro dias após sua nomeação, teve em seu público, além de alunos e funcionários da instituição, a presença de Max Fleuiss e o pintor Luiz de Freitas (*O Paiz*, 17 e 21 mai. 1917). Ainda neste ano, foi aberto concurso para ocupar a referida vaga. À cátedra, concorreram Basílio de Magalhães, Afonso Lopes de Almeida, Vicente Licínio Cardoso, Euclides de Matos e Flexa Ribeiro.

Basílio pleiteou a vaga apresentando a tese “A Renascença e sua floração artística”<sup>62</sup>, sendo classificado logo atrás de Flexa Ribeiro, o primeiro colocado. Basílio não se contentou com sua colocação e tratou de encaminhar uma carta a Wenceslau Braz, então Presidente da República (1914-1918), considerando os problemas do concurso. Na correspondência que

---

<sup>61</sup> Além de ensino de História, Basílio de Magalhães regeu o curso de Psicologia Aplicada, em 1917 (*A Razão*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1917), de Geografia, em 1919 (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1919), quando pediu exoneração (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 3 set. 1919). Mesmo desvinculado do corpo do docente, Basílio de Magalhães integrou a banca examinadora para o concurso de História do Brasil, da Escola, em 1930 (Cf. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1930).

<sup>62</sup> O trabalho foi publicado, com o mesmo título, em 1918 pela Imprensa Nacional.

denunciava favorecimento ao primeiro colocado, acusando a instituição de funcionar num “regime de compadresco”, escreveu Basílio que “‘pondo à margem excessos de modéstia’ que poucas pessoas ‘reúnem atualmente capacidade intelectual e moral de que se ufaneia’”. Com isso, requeria a anulação do concurso. Os trechos são tirados do comentário que fez Abner Mourão, no artigo “Um concurso de Belas Artes” (*O Paiz*, 2 abr. 1918), concordando com a queixa de Basílio sobre o “regime de compadresco” que deveria ser abolido não só na Belas Artes como em todas as instituições da República, considerou que o Ministro Maximiliano deveria voltar sua atenção à instituição que “não costuma agir com seriedade”. E assim foi feito!

O concurso foi novamente realizado, mas o resultado ficou inalterado. Em junho daquele ano, o Ministro da Justiça e Interior nomeou Flexa Ribeiro à cadeira de História das Belas Artes. Basílio de Magalhães continuou regente interino até abril de 1919 (*O Paiz*, 25 abr. 1919), no mês seguinte, voltava ao quadro dos docentes da Escola Normal, por nomeação do Prefeito Paulo de Frontin, para a disciplina de Geografia, como já mencionado. Terminado o ano escolar, Basílio novamente se afastaria e retornaria em 1926.

Entre a docência, as atividades intelectuais e cargos burocráticos<sup>63</sup>, Basílio de Magalhães publicou em 1918, com Max Fleuiss, seu segundo didático de História, o **Quadros de História Pátria**, pelo Editor A. J. Castilho, e, como trazia na capa: “Aprovados e adotados pela Diretoria de Geral de Instrução Pública do Distrito Federal”. Numa época em que a escrita escolar para o ensino de História renovava-se com a produção original de João Ribeiro, catedrático do Colégio Pedro II, síntese didática da **História do Brasil** (1900), vale salientar que Fleuiss e Basílio não integravam aquele corpo docente, mas gozava de prestígio no campo intelectual por ocuparem outros importantes círculos intelectuais, notadamente o IHGB.

Em 1919, a editora Imprensa Nacional publicou a segunda edição desse didático (Figura 1). Uma versão mais ampliada – elevando-se de 122 para 153 o número de páginas – do conteúdo subdividido em 38 capítulos a história político-administrativa do Brasil, que vai desde o “Descobrimento do Brasil” até “As presidências da República”. Nesse último capítulo é mencionado a reeleição do candidato Rodrigues Alves e o impedimento da posse em decorrência de seu falecimento, em janeiro de 1919. Embora esse material não seja, propriamente, nosso objeto de análise – portanto dispensaremos uma atenção mais analítica

---

<sup>63</sup> Basílio de Magalhães foi diretor interino da Biblioteca Nacional (1917-19), quando do licenciamento de Manoel Cícero (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 25 de abr. 1919). Em sua administração, tomou a iniciativa de, junto com o diretor da Biblioteca Nacional do Chile, criar um intercâmbio intelectual em que se trocariam publicações saídas aqui e naquele país (Cf. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 de mar. 1919).

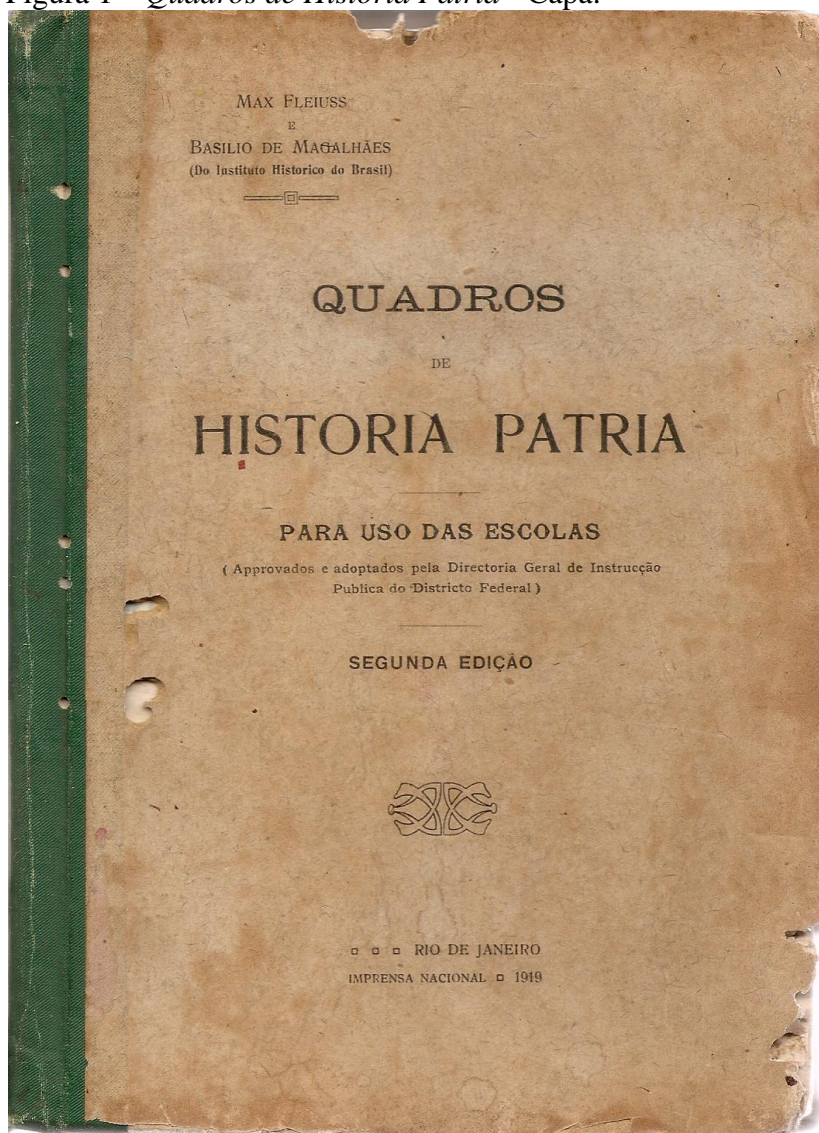


do conteúdo –, cumpre destacarmos que há nele a menção do tempo presente, isto é, das ocorrências contemporâneas aos autores. E, ao que parece, a preocupação dos autores/editores sobre as atualizações dos fatos é levado até os últimos instantes da impressão do livro, tendo em vista a menção que fazem do falecimento de Rodrigues Alves, ocorrido no mesmo ano da reedição, o ponto final da história do Brasil abordada naquele livro.

A ampliação do livro e atualização do conteúdo, especialmente sobre esse último evento, limitou-se a uma mera menção dos fatos, sem problematizações ou juízo de valores dos autores. Se por um lado, isso denota a exigência de imparcialidade que, segundo Magalhães & Gontijo (2013, p. 85), “estabelecia a distância temporal dos fatos abordados como algo necessário”, por outro, parecia também, justificar a opinião da crítica literária daquele período. Aliás, esse foi um dos elementos presente no livro que tornou a segunda edição mais ampla.

O “Livrinho”, como denominou os próprios autores no prefácio à primeira edição, inicia suas páginas com “Algumas Opiniões” de, entre outros intelectuais, confrades do IHGB como o Afonso Celso, João Ribeiro (catedrático do Pedro II), Afonso de E. Taunay (este confrade de Basílio também pelo IHGSP), bem como reproduções das avaliações feitas em jornais (*Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *A Noite*, *Correio da Manhã*). Depois de o lançamento da segunda edição, o semanal O Malho, em uma página inteira, comparou o **Quadros** aos didáticos que circulavam pelas escolas e fazia a seguinte observação:

Figura 1 – *Quadros de História Pátria* - Capa.



Fonte: FLEIÜSS; MAGALHÃES, 1919.

No Brasil, os compêndios de história nacional, principalmente os destinados às crianças, são quase sempre horríveis. Horríveis porque são pesados, horríveis porque não são absolutamente ao alcance das inteligências infantis [...], horríveis pela sisudez.

[...] os autores dos compêndios, até hoje tem sido criaturas bisonhas, de um estilo mais bisonho ainda, e que ainda não souberam apresentar às crianças os fatos pelo seu aspecto interessante e pitoresco [...].

O livro dos Srs. Max Fleiüss e Basílio de Magalhães tem no nosso país um valor excepcional. Os dois historiadores fazem a história leve, a única história que pode interessar as inteligências infantis.

*Quadros de História Pátria* tem sido um sucesso estrondoso de livraria. É natural. As crianças encontram neles um meio fácil e agradável de aprender a história do país, sem o enfado que sempre encontram nos outros livros. (*O Malho*, 1º mai. 1920, p. 24).

Como bem observou Gasparello (GASPARELLO, 2004, p. 189-190), os editores reproduziram, em 10 páginas, críticas positivas de elogio aos autores e ao “Livrinho”, nas

quais demonstravam uma “preocupação de suavizar as poucas críticas [negativas] ao livro, feitas de forma indireta e cuidadosa e de enaltecer a qualidade da edição e as virtudes dos autores”. A ponderação de Gasparello é outro bom exemplo para reforçar o que temos buscado demonstrar ao longo de nosso trabalho sobre as estritas relações de solidariedade que se constituem no ambiente intelectual, o que ajuda a minimizar críticas mais severas.

A crítica ressaltava que o didático não trazia inovações, além disso, segundo Gasparello, não houve, por parte dos autores, a preocupação em dirigir aos professores e alunos recursos como “perguntas” e “sinóticos” que os auxiliassem na leitura do livro, o que o tornava um livro didático composto de resumos dos pontos estabelecidos pelo programa oficial. Contudo, e para além dessas conclusões sobre os aspectos didático-pedagógicos, consideramos que o “Livrinho” teve um importante peso na trajetória de Basílio de Magalhães, tanto no que se refere o reconhecimento no meio intelectual como a visibilidade do mercado editorial dos livros escolares.

O **Quadros de História Pátria** era o segundo didático de História de sua trajetória, mas foi o primeiro e único que Basílio de Magalhães escreveu com seu amigo e confrade Max Fleiüss. E isso não é pouco! O primeiro didático e, também, o primeiro autoral, o **Lições de História do Brasil** (1895), embora aprovado pelo governo de São Paulo, não lhe rendeu bons frutos nem notoriedade, sobretudo quando apresentado à Comissão de Admissão e de História do IHGB, em 1914. Acreditamos que essa escrita feita a quatro mãos, não só calcificava ainda mais a relação dos consócios, como favorecia o desbravamento de Basílio de Magalhães no mercado das edições escolares. Ele que há muito vinha escrevendo sobre as entradas e as bandeiras e, num tempo mais recente, dedicava-se aos problemas educacionais no Brasil em diferentes aspectos, doravante, via seu nome repercutir nas aulas de História do Colégio Pedro II em razão da adoção do seu novo didático (GASPARELLO, 2009, p. 276).

E mais, como sabemos, a adoção de um livro didático pelo Colégio significava que o mesmo era indicado aos demais estabelecimentos de ensino de todo o Brasil. Com isso, não seria exagero aventarmos que o nome de Basílio, enquanto escritor de livro didático, não se limitou à Capital Federal e ganhou o cenário intelectual mais amplo. Em suma, o uso implicava prestígio aos autores que, especialmente na primeira metade do século XX, tomavam o ensino da História escolar como importante caminho de formar a identidade da nação e, em grande medida ensinar o Brasil aos “brasileiros”.

Guardadas as ponderações sobre o **Lições de História do Brasil** (1895), e também de o **Lições de Geografia do Brasil** (1898) – sem, no entanto desprezá-los –, queremos destacar

que a trajetória desse intelectual no magistério da Capital, os vínculos estabelecidos com seus pares aglutinam-se a publicação do **Quadros** e dá a Basílio um reforço a sua especialidade no campo intelectual: autor de livros didáticos.

Aqui, estamos propositalmente hierarquizando essa publicação escolar e colocando-a em um nível de relevância superior às anteriores. Assentaremos nossa premissa na mesma base que a Comissão de História do IHGB assentou seu parecer. Assim, consideramos que, ao contrário do tempo em que publicou suas primeiras edições escolares, Basílio já tinha mais maturidade intelectual e também pelo fato de o “Livrinho” não se tratar de uma mera compilação, como foi a edição de 1895.

É verdade que a expressividade de Basílio de Magalhães no mercado editorial de livros para o ensino de História teve seu apogeu na década de 1930 e de 1940, período em que produz para o público escolar, além das edições e reedições dos livros para o público especializados. No entanto, o que queremos demarcar que desde os anos 10, tanto pela publicação do **Quadros de História Pátria** (1918), como pelo interesse e proposição de novos métodos para a educação nacional – pensada principalmente como remédio para curar a nação dos problemas que a acomete – Basílio pode sem prejuízo ser identificado como um professor/autor.

Por fim, ao considerarmos que o período posterior a sua entrada no IHGB demarcou em sua trajetória, entre outras coisas, um refinamento intelectual em diversos sentidos, não podemos deixar de cogitar um dado. Esse novo campo de experiência vivenciado por Basílio de Magalhães não só lhe ampliou o leque de oportunidades práticas (no sentido profissional) pelos vínculos de sociabilidade como, enquanto intelectual e por essa própria experiência, lhe ofertara outros sentidos sobre a concepção de mundo. Como destaca Antoine Prost (2008, p. 145-147), a ampliação do campo de experiência do historiador o possibilita maior compreensão das situações históricas, enquanto tal –, mas, especificamente, como professor e autor de livros História –, Basílio parece ter abordado em seus textos não só as apreensões que tirava de seu presente como das compreensões e discussões que emergiam das relações sociais.

Deste modo, Basílio de Magalhães deve ser observado como intelectual integrado a esses grupos de professores/autores. Portanto, produtor de narrativas para o uso escolar sobre o passado nacional que, via de regra, contribuiu para a divulgação de um saber histórico de sua época via educação.

### 3.2 Um instrumento de divulgação do saber histórico e um documento histórico

Os livros didáticos – bem como outros diversos meios de comunicação e linguagem – exercem um papel fundamental na produção, transmissão e recepção do conhecimento e das formas simbólicas do poder. Entre as décadas de 1930 e 1940, o uso/produção desse material teve uma configuração até então jamais vista, e isto, era reflexos das ocorrências que tomavam a sociedade como um todo. Reflexos que, por sua vez, decorriam da efervescência cultural, política e econômica que agitava o cenário nacional e internacional. Desse clima que, no Brasil, ambientou o estabelecimento da Era Vargas – inicialmente, Provisório, depois Constitucional e encerrado com autoritarismo do Estado Novo –, verificou-se uma série de políticas públicas e culturais que redefiniram os rumos da nação. Ou pelo menos, tornou predominante um conjunto de referentes normatizadores e de soluções às necessidades sociais.

As ações de políticas públicas (culturais e sociais) executadas foram variadas e mostraram-se mutáveis ao longo desses três períodos que, convencionalmente, chamamos de Era Vargas. Isso significa dizer que busca pela modernização do país não se restringiu às aspirações de um desenvolvimento econômico e de incentivo à industrialização, as ações do Estado tiveram dimensões abrangentes sobre a sociedade. Variados, também, foram os meios adotados pelo Estado para executar seus projetos e, ao longo do tempo, delineou e tornou predominante sua cultura política. Aqui, como não poderia deixar de ser, queremos considerar o campo educacional como um dos lugares privilegiados para recuperação do passado nacional – elemento caro à unidade e à formação da identidade nacional.

As políticas educacionais dos anos 1930 e 1940 redefiniram substancialmente os programas e a organização do ensino secundário no Brasil. As causas foram diversas e não se limitaram às demandas nacionais. As duas grandes reformas da educação secundária do país, desse período, condensaram as perspectivas do Estado e as aspirações pedagógicas dos intelectuais a partir das demandas do contexto nacional e internacional. Deste modo, as Reformas do Ensino Secundário assinadas pelos ministros da pasta da recém criada – sob o nome de Ministério da Educação e da Saúde Pública – Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942)<sup>64</sup>, evidenciaram as articulações com as mudanças e continuidades do

---

<sup>64</sup> A dissertação de mestrado de Luís Reznik, *Tecendo o Amanhã* (1992), a que temos mencionado ao longo desse trabalho, é uma importante referência para compreendermos mais detidamente as implementações e os

contexto e das estruturas sociais. No que diz respeito ao percurso da História como disciplina escolar, as grandes alterações de programa curricular – do estabelecimento da disciplina da História da Civilização (1931); ao retorno da História do Brasil e Geral como disciplinas “autônomas” na grade curricular do ensino secundário (1942) – não deixaram de reafirmar a questão da formação da nacionalidade e identidade nacional que ocupava na agenda dos nossos intelectuais há bastante tempo.

Com isso, é bom lembrar que, para além dos objetivos práticos (o da adaptação à vida cívica e econômica) esperados do ensino secundário aos educandos, as reformas conjugaram os interesses do Estado e da educação. Nas palavras Katia Abud (2015, p. 35), “na medida em que os indivíduos seriam moldados pela ação representação conservadora” e, pelos objetivos atribuídos ao ensino de História, os programas faziam uso do passado para salientar “a continuidade histórica do povo brasileiro, base do patriotismo”. O campo da educação constituía-se um importante instrumento ideológico e de divulgação dos valores e das normas que, pelo discurso político, tinham centralidade na unidade e identidade da nação.

O programa, desenvolvido pelo Estado e pelos intelectuais a ele ligado, teve a História, enquanto disciplina escolar, um importante aliado na legitimação desse discurso. O livro didático – que depois de 1931, teve o conteúdo ali abordado definido por comissões do Ministério da Educação e Saúde Pública – constituiu-se não só meio de divulgação do conhecimento histórico, mas também, foi um instrumento de legitimação de um saber, cujas finalidades eram claramente reguladas pelo Estado (ABUD, 92/93, p. 166-167). É a partir daí – considerando que os conteúdos abordados no texto escolar, previamente definido, tornam-se, pela escrita dos autores, elementos articuladores da identidade e unidade nacional – o livro didático é um documento histórico.

No bojo das demandas sociais e do “caráter utilitário” do ensino de História aos interesses político-ideológico, o qual se referiu Katia Abud, o livro didático pode, enquanto uma valiosa fonte documental, sinalizar algumas das articulações que teve a cultura política do (que se mostrou predominante no) Estado Novo com a cultura histórica. Considerando a amplitude que permeia esta última categoria, o livro didático pode compreendido como produtor de uma das formas de abordagem do passado num determinado tempo/lugar. É neste

---

desdobramentos das Reformas de 1931 e 1942. Em uma análise mais detalhada dos debates e dos documentos dos programas oficiais, o autor privilegia ainda o engajamento dos intelectuais e os rumos que tiveram o ensino de História e os livros didáticos, no período em que se verifica um primeiro esforço de legal de centralização dos programas e orientações metodológicas do ensino secundário do país. Às necessidades de nosso trabalho, nos apropriaremos dessa importante análise e não aprofundaremos às diversas questões que incentivou, num curto período, o estabelecimento de outra reforma no ensino (1942).

sentido que eles só estabelecem a relação entre a história acadêmica e a história escolar (cujo público é consideravelmente maior), como, ao recortarem e simplificarem fatos do passado em suas narrativas, atendendo o estabelecido pelos programas oficiais, criavam diálogo com um projeto de nação em curso<sup>65</sup>.

Parece necessário e oportuno considerar a complexidade que envolve a análise sobre o livro didático (MUNAKATA, 2009). As diferentes formas de uso e funcionalidades estão, em cada tempo, para além de uma pedagogia escolar. Pesquisador do livro escolar, Alain Choppin aponta que são quatro as funções exercidas por esse material – referencial; instrumental; ideológica e cultural; e documental – e que suas variações são influenciadas pelo “ambiente sociocultural [o que chamamos de demandas sociais], a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização” (2004, p. 533). Fatores que contribuem ou deveriam contribuir para evitar uma análise condenatória ou reducionista sobre o material escolar.

Essa dimensão complexa, própria do livro didático, nos auxilia para compreender sua grande participação na difusão e consolidação de ideias (políticas, religiosas etc.) e vê-lo alocado entre as fronteiras do Estado e o futuro da nação. Sobre esse aspecto, o didático é “instrumento privilegiado de construção de identidade”, portanto, as narrativas que o compõe não são aleatórias (CHOPPIN, 2004, p. 553). Ao contrário! Seu conteúdo passa por uma criteriosa avaliação durante seu complexo sistema produtivo – o próprio autor, o “copidesque”, o programa curricular, os órgãos governamentais etc. – e atenta-se aos compromissos educacionais em torno da identidade nacional, cujas finalidades variam conforme o contexto de sua publicação.

Ao acompanhar a trajetória da história, enquanto disciplina escolar, nos programas oficiais, Circe Bittencourt (2007, p. 34) aponta que em diferentes momentos sócio-político a configuração da identidade nacional passou por redefinições, no entanto, não deixou de se

---

<sup>65</sup> Estamos operando com a noção de “cultura histórica” a partir de Jörn Rüsen. Para ele, “a cultura histórica se refere a uma maneira particular de abordar interpretativamente o tempo, precisamente aquela que resulta em algo como ‘história’ enquanto conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e determinação da finalidade”. Tais fatores (percepção, interpretação, orientação e finalidade), ampliam as possibilidades de representação do passado que estão para além dos cânones historiográficos. RÜSEN, Jörn. *¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*. In: **Cultura Histórica**. Tradução de Marcos F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. p. 6. (Tradução livre para o português). Trata-se de uma categoria que permite visualizar, em certa medida, as apropriações feitas nas construções de discursos e ações de fins políticos que, por sua vez, tem um sentido tridirecional no tempo (passado, presente e futuro). Ver também: MARCOS, Fernando Sánchez. “Cultura Histórica”. 2009. Por esse movimento de apropriações e interpretações pelos diferentes agentes sociais é interessante compreendermos a noção de “cultura histórica”, tal como propõe Angela de Castro Gomes, numa perspectiva plural e, portanto, que mantém disputa com outras, assim como ocorre com a “cultura política (2003, p. 48-49).

comprometer com a “constituição de um sentimento nacionalista e [de] uma concepção de povo”. Acerca das abordagens do conteúdo escolar sobre o “*povo brasileiro*”, a autora considera que a configuração da identidade nacional teve, do regime monárquico até a atualidade, quatro momentos específicos. No primeiro momento, a literatura escolar difundia elementos que apontasse identidade nacional ligada a uma genealogia européia, enfatizando o papel do branco civilizador. O terceiro momento é a fase política pós Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial (1945), marcada pelas “interpretações baseadas nas teorias de dependência [econômicas e culturais, que] penetraram paulatinamente na produção didática”. E, por fim, o período que se estende da redemocratização política aos nossos dias que inflamou os debates e aspirações dos diferentes movimentos sociais, caracterizando a multiplicidade de identidades (plural) como elemento da identidade nacional (singular).

O segundo momento que redefiniu os contornos da identidade nacional, pulada propositalmente na menção acima, é a fase que aqui estamos abordando e que a autora identifica como “identidade nacional patriótica” que percorre desde os últimos anos do século XIX até 1945. Nesta, a identidade nacional é direcionada ao “fortalecimento de um nacionalismo patriótico e de sedimentação de uma história nacional com passado homogêneo, sem conflitos e único para todos os brasileiros” (BITTENCOURT, 2007, p. 38-42). Assim, se as preocupações sobre a modernização do país, das primeiras décadas republicanas, encontraram nos anos 1920 “um período fértil de manifestações e debates de caráter social e cultural, nas quais a educação era um tema frequente”, as décadas de 30 e 40 produziam e colhiam, segundo o discurso político estadonovista, os frutos da ordem social e política (ABUD, 92/93, p. 164).

O ideário nacionalista e patriótico, em curso já algum tempo, tiveram, com o autoritarismo político e centralização das políticas culturais do Estado Novo, maior evidência. Os ideólogos do Estado, dito “Novo”, haviam atribuído ao período precedente o título de “Velho” e destacavam os problemas que a “idade” encerra. Neste caso, o atraso do passado dava lugar a um presente e um futuro de realizações possíveis. As ambigüidades e diferenças que “assombravam” a intelectualidade da Primeira República, por impedir o acesso do país à modernidade, constituíam a base operatória dos ideólogos no processo de construção da cultura política do Estado Novo e, conseqüentemente de suas ações.

Nessa trama, a ideia de raça, assunto que temos privilegiado, é um bom exemplo de mobilização de valores empreendidos pelas iniciativas do Estado e que, por sua vez, evidência do rumo por ele tomado para legitimação de seu regime. A equação gerada com



enfrentamento dos problemas sociais e políticos daquele tempo e com a construção da identidade nacional, tinha por postulado o **equilíbrio** das ambigüidades e das diferenças. Com isso, a esperança na perfectibilidade da raça humana e de condenação à mestiçagem, divulgada pelos homens de ciências e letras desde segunda metade do século XIX – onde atingiu o ápice de adeptos e radicalismo – chegando às primeiras décadas do XX com um caráter mais ameno, ganhava *novos* contornos. Certamente, esses *novos* contornos são apenas força de expressão para designar a evolução e destaque que a miscigenação ganhara nos anos 30.

O que ganhava terreno nas décadas de 1930 e 1940, com o rumo de uma nova orientação política tomado pelo Estado, era a positivação do elemento mestiço face à concepção de degenerescência que o negativava. Essa inversão do valor social da mestiçagem é evidenciada, entre outras coisas, no trabalho de Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala* (1933), e demarcava o quão obsoleto haviam se tornado as teorias raciológicas que inspiraram uma boa geração dos nossos intelectuais. No campo da disputa das interpretações sociais e das questões que envolviam a construção da identidade nacional, a definição do *povo brasileiro* distanciava cada vez mais dos domínios biológico e encontrava respaldo nas explicações que valorizavam a herança cultural (ORTIZ, 1994).

Os movimentos antirracistas – isto é, o fluxo das reflexões sociais – tenderam ao desinteresse pela hierarquização e endossavam louvores à diversidade cultural do país e, com a questão racial, vinha também a diversidade regional. Deste modo, a uniformidade que teoricamente marcaria a unidade nacional – e que tinha o branqueamento em longo prazo como solução – cedia lugar ao que originava da multiplicidade racial e cultural do país. Nesta equação, o que se valorizava era o produto singular que resultava de elementos plurais, como caminho específico para a formação de um povo brasileiro.

Se, portanto, ao enfrentamento dos problemas do presente, o Estado Novo dispensaria as idealizações, como acusaram os intelectuais da República que os ideólogos estadonovistas chamaram de “Velha”, a reavaliação da mestiçagem representava, assim, a potencialidade da “política ‘realista’”, e pelo equilíbrio dos diferentes, neste caso a raça do povo brasileiro, produzir uma harmonia social e política (GOMES, 2003, p. 54).

As ambições de recuperação do passado nacional tiveram várias bases operatórias de suas políticas culturais. Como mencionamos, o campo educacional foi, entre outros, lugar privilegiado para difusão dos discursos legitimadores do Estado Novo. Não por menos, quando de seu estabelecimento, em 1937, a questão educacional passou a ser vista como

problema de segurança nacional e a solução era maior centralização do sistema educacional. Das ações para efetivação de maior controle sobre o ensino e sobre o que seria ensinado, criou-se a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), pelo Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. O principal objetivo do órgão era o de estabelecer condições para produção, importação e utilização do livro didático. Seriam reprovados os livros:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a **unidade**, a independência ou a **honra nacional**;
- b) que contenha, de modo explícito, ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas a personalidade humana. (Decreto-Lei nº 1.006/38, Art. 20 – Grifo nosso.).

Por tais recomendações se estabelecia as políticas públicas para o livro didático e suas regras quanto ao percurso natural que o material seguiria. Ele, instrumento pedagógico, “emergia-se como peça ideológica fundamental”, assegura Luca & Miranda (2004, 124-125), no desempenho de um papel estratégico na difusão dos valores apregoados pelo regime.<sup>66</sup> Nesse sentido, a CNLD pretendia, perceptivelmente, mais uma finalidade de controle político-ideológico do que de orientação didática. Por suas regras, a Comissão apresentava-se, na feliz expressão de Luis Reznik, como “uma camisa de força” que impunha normas e valores nos livros didáticos ainda na esfera produtiva (REZNIK, 1992, p. 109-115). Assim, a ausência de descuido dos órgãos do Estado sob o material escolar, pelo menos no que diz respeito à criação de dispositivos legais, imprimia neles seus interesses sobre a História a ser ensinada.

Ademais, no mencionado artigo, seu legislador apresentou no primeiro item a centralidade do pensamento autoritário pela categoria “unidade”, de modo que, os itens

---

<sup>66</sup> Ver também: FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 159-192, jan./abr. 2013.

subseqüentes pareciam apenas pormenorizar os caminhos da retidão a ser ensinado aos escolares. Afinal, os preceitos da pedagogia da nação eram balizados pela manutenção da ordem (harmonia) e da unidade (integração). De modo mais amplo, essas balizas, que orientavam e sustentavam os argumentos vocacionais do sentido da nacionalidade, exprimia no aspecto racial (apontado nos itens “e” e “g”) a unidade na diversidade. Parafraseando Renato Ortiz (1994, p. 93-95), diversidade que deveria transcender e superar qualquer possível conflito e, numa operação do discurso estadonovista, simbolizava um dos traços da identidade nacional.

Assim, o passado abordado pelos autores de livros didáticos, espaço caro à representação e difusão da nacionalidade e do espírito de unidade, estaria em conformidade com o projeto do Estado por esse dispositivo legal que o regulava. Nota-se que, para além das redefinições do regime político nacional, o contexto que deu ambiência ao decreto foi também o das grandes discussões sobre o ensino. E mais! De grande euforia sobre o programa curricular para o ensino de História, cujo embate se travou, fundamentalmente, na formulação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 1937.<sup>67</sup> Dessas circunstâncias, as propostas ofertadas pelos professores, intelectuais e instituições, aos objetivos gerais do ensino de História no ensino secundário, direcionaram a segunda reforma educacional da Era Vargas.<sup>68</sup>

O Decreto-lei 4.244, de abril de 1942, reformulou o ensino no âmbito nacional. A Reforma Capanema, como ficou conhecido o Decreto, nome do então ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, era fruto de grandes e antigas discussões. Para além das polêmicas e diferentes reformulações trazidas por essa Reforma, importa-nos considerar o restabelecimento da História do Brasil como cadeira autônoma, na 3ª e 4ª série do curso fundamental. Seguindo os critérios de regulação e padronização dos conteúdos e atentando ao

---

<sup>67</sup> Vale mencionar que o PNE não chegou a entrar em vigor devido à dissolução do Congresso Nacional, pelo Estado Novo. No mais, as reflexões foram feitas nas diferentes instituições e órgãos a partir de um questionário encaminhado pelo Ministério da Educação e Saúde, em 1936. Interpelado, o IHGB formou uma comissão cuja relatoria ficou sob o encargo de Basílio de Magalhães. Segundo Corrêa Filho, devido a sua trajetória docente, a indicação à relatoria da consulta oficial era natural. Na ocasião, Basílio manifestava-se favorável ao retorno da História do Brasil como cadeira autônoma. Ver: Arquivo IHGB apud REZNIK, 1992, p. 76. E, CORRÊA FILHO, 1958.

Basílio, em 1935, havia dirigido ao deputado e “preclaro amigo”, Wanderley Pinho, por correspondência, aplaudindo-o calorosamente o projeto apresentado à Câmara para o restabelecimento da cadeira de História do Brasil. Na redação, se dizia “certo de que tal medida resultará reacender-se alma coração da juventude brasileira, hoje [...] bastante apagado gloriosas tradições nossa Pátria”. Ver: Correspondência de Basílio de Magalhães dirigida a Wanderley Pinho. Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1935. Acervo IHGB – Coleção Wanderley Pinho, DL, 1505.114.

<sup>68</sup> Para um acompanhamento mais detalhado sobre as contribuições de professores e intelectuais no período que precedeu a Reforma Capanema e estruturação do ensino secundário após seu estabelecimento, ver: REZNIK, 1992, p. 87-97; e também: VALE, 2011, p. 61-71.

que já havia estabelecido no decreto-lei 1.006/38, o programa de Capanema diferia, entre outras coisas, do programa de 1931 por agrupar e dedicar uma unidade dos didáticos de História do Brasil, o da terceira série, para tratar da “Formação Étnica” do Brasil.

Se por um lado, o período de vigência da Reforma Campos ao estabelecimento da de Capanema caracterizou-se, segundo o discurso oficial, “como um momento de amadurecimento constante” (REZNIK, 1992, p. 87), podemos considerar que a abordagem racial também refletia essa maturação – tanto no que diz respeito aos usos feitos pelo Estado, como por aqueles que desenvolviam os estudos, especialmente, no campo das Ciências Sociais. Por fim, o povo, elemento vivo da identidade nacional, ganha na política educacional de 1942 um espaço bem definido para o trato de sua pluralidade racial e social, porém, harmônico porque estavam isentos de classificações. Reafirmava-se a perspectiva culturalista que servia ao arcabouço dos ideólogos estadonovistas cristalizado, por exemplo, na CNLD.

Como ponderou Choppin (2008, p. 12), “a análise dos manuais escolares não pode abstrair-se dos contextos legislativos e normativos que o regulamentam [...] sua concepção, produção, difusão, financiamento e utilização” e é desse contexto a maior produção didática de Basílio de Magalhães (Anexo C). A inscrição “de acordo com o programa oficial” que, na folha de rosto, seguia à série indicada, era garantia de que os livros escolares de “Basílio de Magalhães – Professor do Instituto de Educação” estava em conformidade com a política de regulamentação e padronização formulada pelo Estado Novo.

Na Era Vargas, a produção das edições escolares de Basílio de Magalhães tem início *somente* em 1939. E chamamos atenção para o *somente*, porque desde a primeira Reforma com a organização do ensino em todo o país e também com o aumento das matrículas no curso secundário, o mercado editorial nacional, por esses e outros fatores, passava por um vertiginoso crescimento, oportunizando aos autores a inserção nesse ramo. Não encontramos as razões que levaram Basílio ao retorno da escrita escolar depois de duas décadas de seu **Quadros de História Pátria**.

Não queremos, com isso, distanciá-lo da agitação cultural dos anos 1930. Ao contrário! À época, Basílio publicou a segunda edição da *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* (1935) – atualizada e revista a partir das sugestões feita por João Ribeiro à primeira edição (1915), como mencionamos no capítulo anterior –, *O café na história, no folclore e nas belas-artes* (1939) e o *Estudos e História do Brasil* pela Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional. Ademais, Basílio de Magalhães dirigiu, junto com Cândido

Jucá Filho, a Coleção Biblioteca Brasileira de Cultura, editada pela Epasa, por onde, publicou a terceira edição da *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* (1940).<sup>69</sup>

Portanto, é do ano de 1939 a retomada de Basílio de Magalhães à escrita dos livros escolares. E faz isso pela Livraria Francisco Alves, uma das mais importantes editoras no mercado escolar. Por ela, Basílio de Magalhães escreveu duas coleções<sup>70</sup> completas para o ensino de História. A primeira foi a **História da Civilização**, para as cinco séries do curso secundário, portanto, conformada ao Programa Curricular de 1931. Alguns chegando a 5ª edição. Já a segunda, seguia as normatizações da Reforma Capanema. Antes que fosse estabelecido o programa de 1942, publicou, em volume único, o **História do Brasil** (1942) para a 4ª e 5ª série dos “institutos educativos da juventude fardada, assim como a todas as pessoas que, sem a mira de ingresso em escolas superiores desejarem conhecer a marcha ascensional de nossa pátria”<sup>71</sup>.

Basílio assumiu um lugar representativo entre os autores de livros escolares da época. Seus didáticos de **História do Brasil** (para a 2ª e 3ª série dos Cursos Clássicos e Científicos) escritos com Jayme Coelho, professor catedrático do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação<sup>72</sup>, estenderam, até 1951, sua trajetória nesse ramo editorial, que percorreu pelos trilhos da Livraria Francisco Alves. Neste curso, consideramos que este professor-autor

<sup>69</sup> Os anos 1930 foi um importante momento para o campo historiográfico. Evidenciou-se a ambição intelectual pelo “redescobrimto do Brasil”, com interpretações mais *especializadas*, e pelo maior rigor metodológico, conforme Ihes ensinara Capistrano de Abreu. Tais interpretações apresentadas em ensaios ou obras sobre assuntos brasileiros nas coleções foram projetos de importância significativa à historiografia, especialmente na divulgação do pretendido “conhecimento verdadeiro”.

Além da Coleção Brasiliana (1931) dirigida por Fernando de Azevedo – um dos expoentes dos caminhos educacionais – e publicada pela Companhia Editora Nacional; a Documentos Brasileiros, de 1936 – que segundo Fábio Franzini, apresentou “interpretações comprováveis” por diversos autores “que davam ‘vida’ aos documentos para ajustá-los à história social do brasileiro” –, foi dirigida por Gilberto Freyre e publicada pela Livraria José Olympio Editora; e a Biblioteca Histórica Brasileira, dirigida por Rubens Borba de Moraes e publicada pela Livraria Martins Editora. Ver: \_\_\_\_\_. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira. In: NEVES, L. et. al. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 266.

Ponderamos que a reedição da obra de Basílio de Magalhães demarcava sua importância nesse complexo contexto de revisões do método e da historiografia nacional, além disso, suas reedições sugerem-nos que se trata de um trabalho legitimado pelos seus pares – ou pelo menos pela Brasiliana, que publicou a 4ª edição em 1978 – como de notório interesse ao conhecimento do Brasil e suas heranças.

<sup>70</sup> O termo coleção nesse período fora usado para, fundamentalmente, designar o conjunto de ensaios e obras sobre os assuntos brasileiros publicados por diferentes editoras – algumas se tornando referências obrigatórias no meio intelectual. Aqui, estamos fazendo um uso livre do termo para nos referirmos ao conjunto de livros didáticos que Basílio de Magalhães produziu para o ensino de História em conformidade com as Reformas Educacionais de 1931 e 1942.

<sup>71</sup> Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1941.

<sup>72</sup> Foi também professor de História da Antiguidade e de Prática de Ensino, na Universidade do Distrito Federal. Cf: FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 142.

conformou sua escrita escolar à difusão de uma ideologia formadora de uma elite intelectual que daria rumos à nação e, com isso, atribuiu um lugar social a cada um dos elementos vivo adotando um critério racial.

### 3.3 O papel dos elementos étnicos na formação do Brasil

Como leitor e seguidor do positivismo, os traços dessa corrente teórico-filosófica há muito orientavam as análises sociais de Basílio de Magalhães. Deliberava que as demandas e necessidades da sociedade encontrariam soluções, ou os caminhos para tal, na educação. Só por ela a modernidade se tornaria realidade. Basílio propunha isso, sobretudo, para refutar as teses que justificavam o atraso – cultural, político, econômico e social – do país no aspecto racial. Recorria a Comte para desprezar os determinismos físicos e biológicos e para defender a mobilidade da raça humana que era classificada entre atrasada e adiantada. Era desse postulado que tecia suas reflexões sobre a equação raça e a sociedade, cujos resultados dariam contornos a identidade da nação.

Assim como o ser humano, a sociedade tinha uma característica orgânica e evolutiva, nessa operação, a escola era a grande interventora. Basílio delegava à instituição a responsabilidade pelo aprofundamento e ampliação intelectual de cada indivíduo que, por sua vez, alimentaria o espírito patriótico e desenvolveria sua formação para o mundo do trabalho. Assim, nas palavras de Basílio, a escola era a “centelha de revoluções” e luz que aclarava a nação à modernidade; o livro didático, como símbolo pedagógico e divulgador de tendências ideológicas, orientava – portando-se como um instrumento de poder – o espírito dos jovens escolares – sujeitos que encaminhariam a nação.

Para nós, Basílio encontrou nos anos 30 e 40 espaço fértil para defender as conclusões que tirava da sociedade desde, pelo menos, quando apresentou a conferência sobre *O grande doente da América do Sul*. Suas ideias convergiam para os valores e as simbologias cívico-morais divulgados pelo novo regime, sobretudo por vincular a evolução humana ao desenvolvimento da sociedade. Integrando as redes de sociabilidades com homens do (no) Estado Novo, não só escreveu com regularidade e dirigiu a seção sobre o folclore da *Cultura Política* durante todo o período em que foi publicada, como escreveu didáticos para o ensino de História – da Civilização, Geral e do Brasil – como nunca fizera em sua trajetória

intelectual. Considerando a ideia articulada sobre a evolução da raça humana e o desenvolvimento social, tomamos o didático **História do Brasil**, para a terceira série.

A rigor, estamos trabalhando com a quarta edição, de 1946, publicada pela Livraria Francisco Alves<sup>73</sup>. Comparado-a com a primeira (1943) e a quinta edição (1951), o livro não traz qualquer alteração, mantém-se com as 294 páginas, o mesmo prefácio que o autor escreveu de sua residência, no bairro Botafogo-RJ. Inalterado, também, permaneceu seu conteúdo. Para além das condições de viabilidade, é necessário salientarmos que a escolha desse didático teve por critério a reserva que o programa oficial de 1942 dedicou para “A formação étnica” do Brasil.

Como já foi mencionado, o período do Estado Novo configurou-se, pela execução das variadas políticas públicas e do autoritarismo, expressão maior da unidade e da formação da identidade nacional. A assimilação do valor positivo do elemento mestiço integrou a ideologia estadonovista que, entre outras coisas, alterou substancialmente o programa curricular de 1942. A perspectiva racial narrada nos livros escolares que seguiam o programa de 1931 ficou distribuída pelas três séries finais do ensino de História da Civilização, do curso secundário (Quadro III). E não contemplava a formação do mestiço enquanto elemento nacional. Aliás, como propõe o próprio nome da disciplina, esse não era o objetivo do programa curricular que havia adotado e adaptado conteúdos que valorizassem a história das civilizações a serem ensinados.

Esses pontos estabelecidos pela Reforma Francisco Campos deveriam ser aplicados na segunda parte do curso – nos livros constituíram a Unidade II – relacionado a “História da América e do Brasil”, no entanto, advertia o legislador que o propósito não era de isolar o conteúdo, mas articulá-lo ao sistemático estudo da História Universal.

Do ponto de vista estrutural, a Reforma Capanema, ao restabelecer o ensino de História Geral (1ª e 2ª série) e do Brasil (3ª e 4ª série) como cadeiras autônomas, reorganizou também o programa curricular do ensino. Com o Decreto-Lei, de 1942, a história da formação do povo brasileiro passa a ser ensinada na terceira série, portando, ao contrário do que podemos notar no Quadro III, o conteúdo sobre cada elemento é agrupado no tópico “A formação étnica”. Com ele, o terceiro ponto do programa oficial, os autores deveriam abordar: “1. O elemento branco; 2. O indígena brasileiro; 3. O negro; e 4. A etnia brasileira”.

---

<sup>73</sup> No vagoio pelos sebos e livrarias, físicos e virtuais, encontrei algumas das edições escolares de Basílio de Magalhães. Entre os que consegui adquirir estão a quarta e a quinta edição desse **História do Brasil**. A primeira edição encontra-se disponível, para consulta, no acervo da Biblioteca Nacional.

Quadro 3 – Pontos do Programa Oficial, de 1931, para o ensino de História da Civilização

3ª Série	“Classificação dos grupos brasileiros (súmula antropológica, etnográfica e lingüística)” “Estado político, social, econômico, religioso e cultural do selvagem brasileiro (vista de conjunto)”
4ª Série	“Aspectos étnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais da Europa Ocidental na época dos descobrimentos e o contato com os primitivos habitantes” “Atividades econômicas: o trabalho agrícola e pastoril; os latifúndios; a exploração das minas: a indústria e o comércio coloniais. A escravidão indígena e a negra”.
5ª Série	“As transformações sociais e econômicas no Brasil: a questão do negro”

Fonte: Adaptado do Programa do Curso Fundamental do Ensino Secundário, expedido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública pelo *Diário Oficial da União*, em 30 de junho de 1931. p. 12.408-12.411.

Segundo Reznik (1992, p. 123), embora os livros anteriores a Reforma trazem informações semelhantes, “a organização programática é radicalmente distinta”, de modo que, esse tópico “dá uma nova dimensão ao tema [...], pretendendo] enfatizar a construção/consolidação de uma etnia genuinamente brasileira”. Considera-se aí, também, a pretensão em destacar a continuidade histórica do povo brasileiro. Com uma perspectiva ainda mais nacionalista, que recebia fortes influências do cenário geopolítico (inter) nacional, as narrativas didáticas passam a integrar o elemento mestiço em seu valor positivo.

O ensino público secundário, destinado à formação das elites condutoras do país e que desde a Reforma Campos deixava de ser um “curso de passagem” ao ensino superior, apresentou um currículo que, entre outras coisas, refletia as ações do povo brasileiro bem delineado. Socialmente, cada grupo étnico tinha seu lugar bem definido. Nesse sentido, o conhecimento histórico impresso nos livros didáticos guardava uma distância significativa das possibilidades de confronto entre os elementos étnicos. Aliás, esse era o papel da CNLD: rejeitar qualquer narrativa que contradissesse as pretensões político-ideológicas do regime. As sensíveis contradições e desigualdades sociais – e que também eram étnicas – existentes no país, que há meio século saíra dos longos anos de escravismo, não circulavam pelos didáticos como centelhas possíveis de inflamar qualquer tipo reivindicação (ou, como nos nossos dias: reparação).

Atento ao programa nacional para o ensino de História, a narrativa escolar de Basílio de Magalhães mostra-se comprometida em levar à compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, base do patriotismo. E ao especificar o papel social de cada um dos elementos étnicos, ocultava as divisões sociais e étnicas, conseqüentemente, fortalecia um dos pilares da



ideia de unidade no processo de formação da identidade nacional. Assim, ao mesmo tempo em que ofertava uma interpretação sobre os elementos étnicos da nação que fugia dos determinismos, Basílio conservava o lugar quase natural de cada uma das raças.

No didático em questão (e nos outros também), Basílio acompanha a disposição estrutural dos conteúdos de História feita pelo legislador, neste caso, os títulos e itens de cada capítulo do livro didático espelhavam os pontos do programa oficial. O ponto sobre a “Formação Étnica” e as contribuições de cada uma das raças ao desenvolvimento da nação foi abordado no terceiro capítulo do seu **História do Brasil**. Nele, “o elemento branco” é o primeiro a ser abordado numa narrativa que ocupa um pouco mais de duas páginas de um livro com formato estrutural de 14cm x 21cm. Tal brevidade não é de nos causar qualquer estranheza.

No essencial, as contribuições do elemento branco são narradas ao longo da história do desenvolvimento econômico e do avanço territorial do Brasil pelos colonizadores portugueses. Assim, Basílio de Magalhães ressaltava, quase que numa dimensão umbilical, o que a matriz européia exerceu sobre o Brasil e das heranças deixadas ao povo brasileiro. Reportava-se com entusiasmo aos seus leitores, professores e alunos, assegurando que,

o brasileiro deve orgulhar-se de trazer nas veias o nobre sangue dos heróis do pequeno reino de Afonso Henrique, porque recebeu deles todo um admirável conjunto de predicados físicos, intelectuais e morais. A robustez e a coragem, a afetividade, a índole hospitaleira, o espírito de solidariedade beneficente [...]. Finalmente, é preciso acrescentar que não tendo o luso, ao contrário de muitos outro arianos, nenhum preconceito de raça – em nosso país não se formou nenhum enquistamento étnico, semelhante ao que constitui o mais grave problema da grande república yankee (MAGALHÃES, 1946, p. 83).

Mais do que uma herança, a “capacidade colonizadora” caracterizava a “missão histórica de Portugal de revelar a imensidão do planeta humano para a civilização e para a cultura”. No caso brasileiro, o elemento branco português – caracterizado como o principal agente do progresso de nossa história colonial – e aparece ao longo do livro com fortes traços de heroísmo. A imponente imagem de Martim Afonso de Souza, que ilustra o conteúdo sobre o início da colonização, e igualmente a de Domingos Jorge Velho – a única que integra o capítulo IV, sobre “A expansão geográfica” – são dois bons exemplos que demarcam o papel desempenhado pelo elemento branco ao longo da fase colonial acerca do regular desenvolvimento e ocupação do território brasileiro.

Vale notar ainda que a esses e a alguns outros personagens, o autor utiliza-se do espaço do rodapé para contar a trechos biográficos (como: ano e local de nascimento; origem

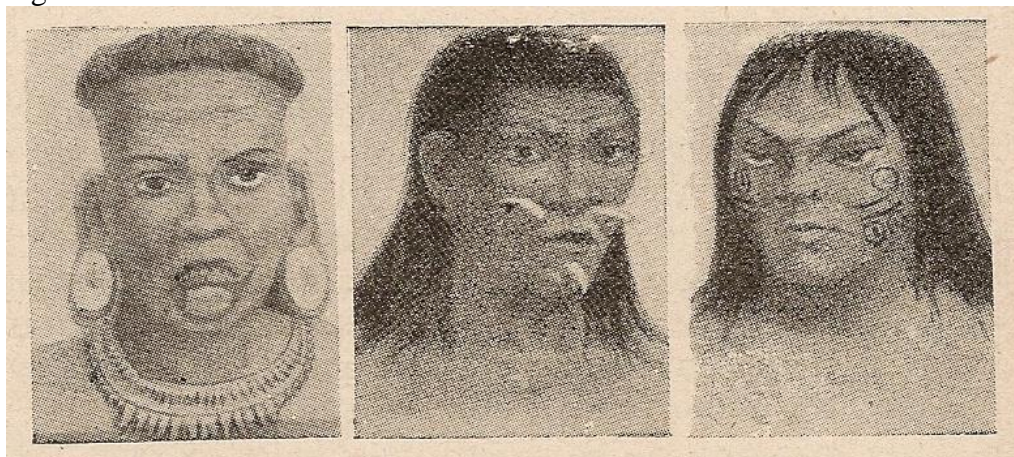
familiar; formação; experiências militares, quando era o caso; etc.). Por fim, a missão dos portugueses, que aqui aportaram, foi a de revelar a civilização e a cultura aos “selvagens do Novo Mundo”, ao “selvagem brasileiro”. Esses sim tiveram uma abordagem uma mais ampla nessa unidade específica à formação étnica, que também pode ser considerada específica às contribuições dos elementos étnicos ao que viria a ser o brasileiro.

No segundo tópico, em que tratou de “O indígena brasileiro”, Basílio de Magalhães apresenta as duas principais correntes teóricas sobre a origem humana – a monogenista e poligenista. Sobre a origem do *homo americanus*, o ameríndio, Basílio recorre às hipóteses sobre a onda migratória dos norte-asiáticos para a América e defendeu a procedência dos indígenas americanos dos mongolóides, por apresentarem semelhanças morfológicas, “particularmente os do Brasil” – destacava ele. Caracterizado como “selvagem”, “silvícolas”, “primitivo”, o elemento indígena brasileiro, o brasilíndio, além de classificado segundo suas características físicas, o que dava certo tom de singularidade entre os grupos, o autor abordava também as dimensões que chamou de “etnografia do selvagem brasileiro” para se referir ao estado político, social, econômico, religioso e cultural.

As abordagens das dimensões etnográficas nos sugerem a existência de uma estrutura uniforme entre os grupos abordados (tupis-guaranis, gês, aruacs e caríbas). Algumas especificidades foram notadas, pelo autor, no “estado econômico”, no entanto, as diferentes habilidades entre os grupos não os tiravam a perspectiva primitiva.

Dizia Basílio que “os nossos silvícolas acham-se ainda no período neolítico [...]. Conheciam alguns metais, porém não os sabiam trabalhar” (1946, p. 95). A essa citação, se juntam as referências à poligamia e endogamia e ao politeísmo, características sociais e religiosas dos indígenas que demarcam uma narrativa comparativa entre o atrasado e o branco adiantado. A aptidão para serem “homens de guerra ou para remeiros”, Basílio engrossava o coro dos que apontavam o elemento indígena como incapaz ao trabalho da grande lavoura, e as imagens ali reproduzidas reforçavam as explicações escritas do autor. No total, são sete as ilustrações referentes à população indígena, das quais, quatro podemos considerar a pretensão em representar o “selvagem brasileiro” como “homens de guerra”.

Figura 2 – Índios brasileiros



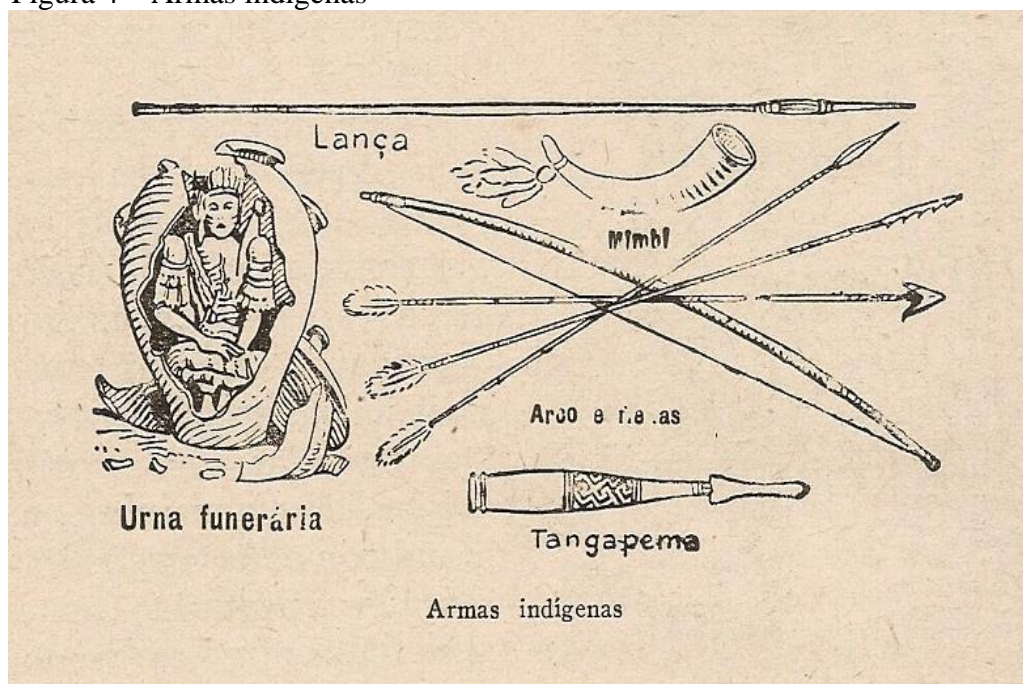
Fonte: MAGALHÃES, 1946, p. 85.

Figura 3 – Chefe tupinambá



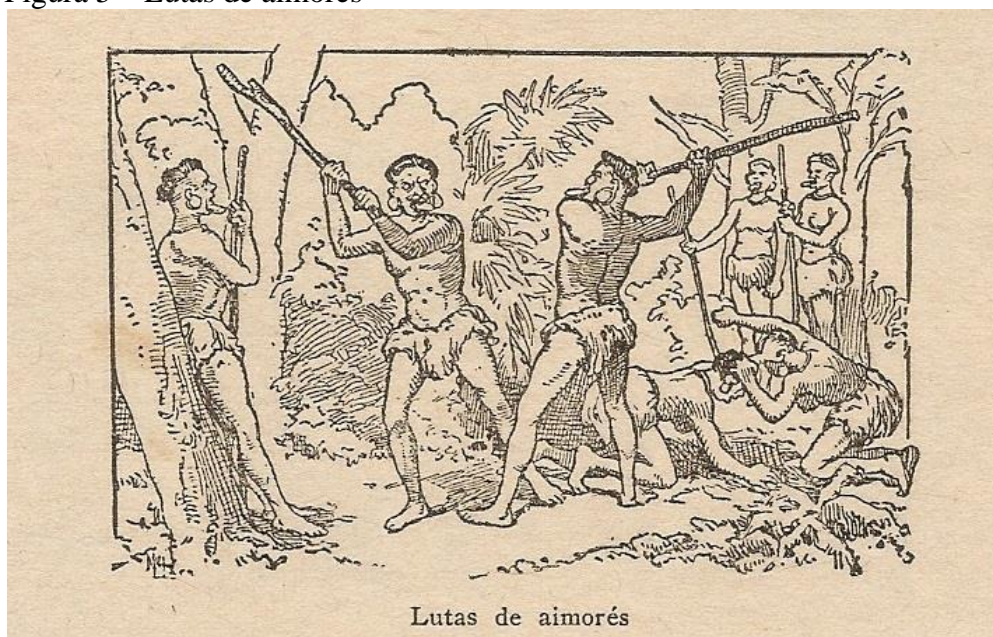
Fonte: MAGALHÃES, 1946, p. 91.

Figura 4 – Armas indígenas



Fonte: MAGALHÃES, 1946, p. 92.

Figura 5 – Lutas de aimorés



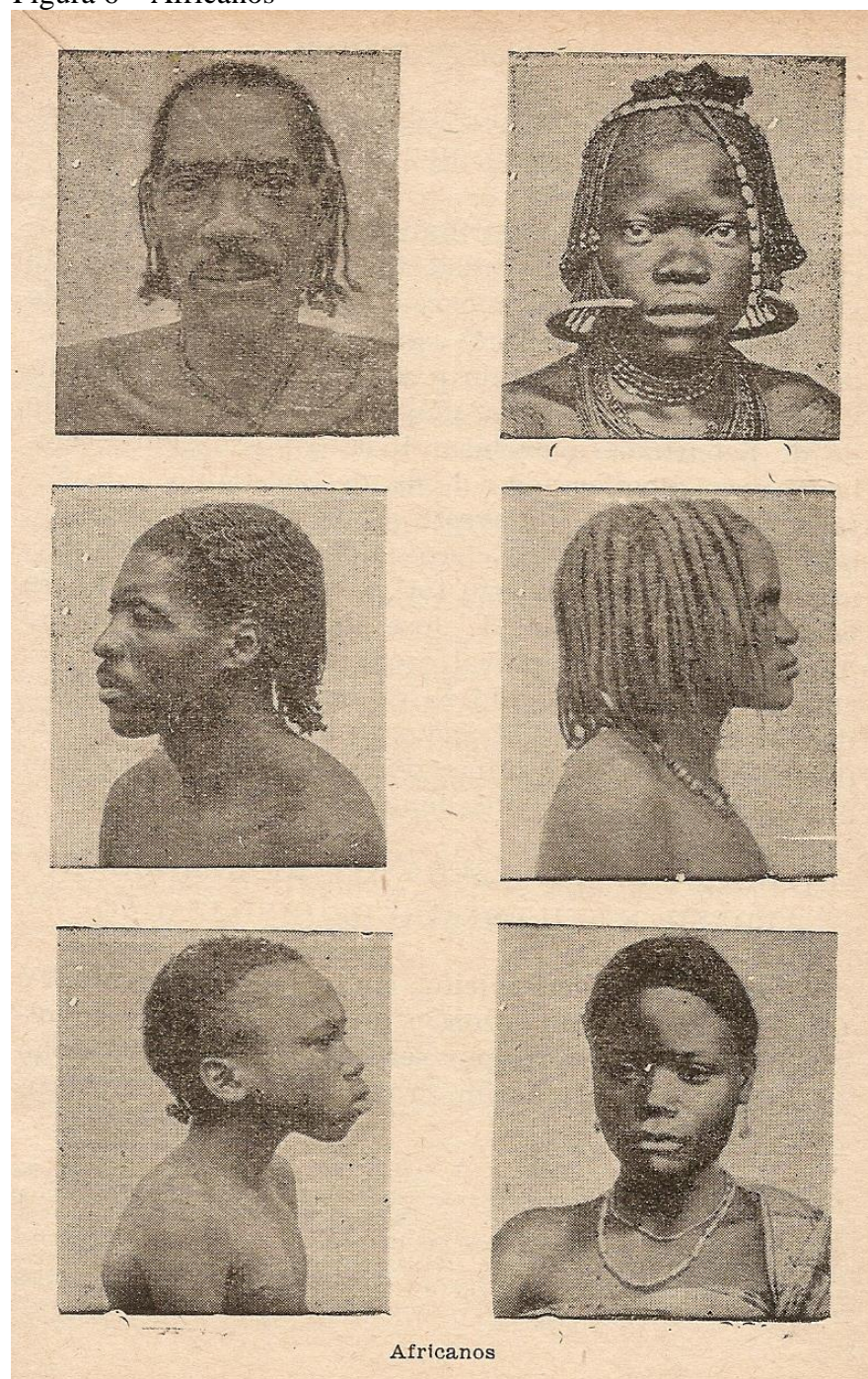
Fonte: MAGALHÃES, 1946, p. 95.

Sob a perspectiva das políticas culturais do Estado Novo a pertinência dessa abordagem não se limitava a fazer integrar as particularidades étnicas no currículo escolar. A preocupação com o lugar social dos que estavam ocupando os bancos escolares – portanto, a preocupação com o futuro da nação – salientava a importância do estudo das contribuições dos elementos étnicos. Neste sentido, o trato das habilidades de cada grupo está articulado ao

desenvolvimento do país e tem, ao lado da manutenção da unidade e da ordem, centralidade na historiografia escolar do período. A inaptidão do elemento indígena ao trabalho na grande lavoura é narrada, por Basílio de Magalhães, no tópico dedicado ao elemento negro. À inabilidade do indígena ao mundo do trabalho – eles, “homens de guerra” e do remo –, tem o elemento negro como seu contraponto. As características dos brasilíndios e as necessidades de mão-de-obra durante o processo de colonização aparecem como justificativas para a entrada do elemento negro no Brasil.

Embora o programa curricular, da Reforma de 1942, tenha estabelecido igualdade na abordagem dos elementos indígenas e negros, não é difícil encontrarmos algumas disparidades. A começar pela questão estrutural do didático, verifica-se que enquanto o primeiro ocupou 16 páginas, à narrativa sobre o elemento negro o autor dedicou 10 páginas, das quais: nas três primeiras páginas escritas, narrou o “início do ciclo da cana-de-açúcar e a escravização indígena”, uma espécie de sub-tópico onde discorre a justificativa da introdução do africano no Brasil; e uma página completa com imagens de rostos africanos (Figura 6). Com isso, talvez possamos considerar o saldo de seis páginas dedicadas ao elemento negro e que, além disso, a imagem ilustrada pouco se articula com a narrativa do autor.

Figura 6 – Africanos



Fonte: MAGALHÃES, 1946, p. 103.

Enquanto a inserção das imagens sobre os hábitos e costumes dos indígenas parece ocupar lugar estratégico para validar a escrita do autor e para auxiliar o aluno, por exemplo, na decodificação da escrita durante o processo de ensino-aprendizagem – a Figura 4 é um bom exemplo do que queremos destacar quanto ao papel da imagem no livro didático que é, entre outras coisas, dar visibilidade o que se quer ensinar a linguagem escrita – o mesmo não parece acontecer com a ilustração da Figura 6. A imagem (as fotografias) das faces do que

caracterizam os africanos, não parece auxiliar a narrativa que destaca o porte físico robusto, por exemplo. Considerando ainda que os traços faciais, os adornos e até mesmo os penteados – tendo em vista que estes são carregados de valores e simbologias na cultura africana – representados na ilustração não interage com o texto e se desconsiderarmos o papel de mediação feito pelo professor a imagem aparece solta e esvaziada de significado no didático.

Aliás, não podemos ignorar que certos aspectos da cultura dos africanos tiveram espaço nessa escrita de Basílio de Magalhães. Obviamente, a estruturação textual não acompanhou a dos elementos indígenas, que seguiu uma descrição em tópicos independentes sobre o estado político, social, econômico, religioso e cultural dos brasilíndios. Aos africanos, Basílio recorreu principalmente aos estudos sobre a cultura negra desenvolvidos por Artur Ramos que, segundo ele, dava prosseguimento àqueles desenvolvidos por Nina Rodrigues.

A abordagem, no entanto, foi literalmente digna de notas de rodapé. Da entrada à dispersão geográfica dos negros pelo Brasil, Basílio menciona também as influências que alguns deles tiveram, ainda no continente africano, dos mulçumanos - os malês. Estes, que “tomaram partes em movimento de rebelião”, são considerados pelo autor como “relativamente mais adiantados” que os demais que, por sua vez, “achavam-se na fase do fetichismo puro (adoravam as árvores) e da propriedade coletiva, com uma organização rudimentar da família e do seu governo patriarcal” (MAGALHÃES, 1946, p. 107). Ainda sobre a cultura africana e também em nota de rodapé, Basílio menciona a origem os nomes das divindades dos povos iorubas, os orixás. De Olorum a Exu, o autor identifica o mito de cada um dos orixás citados, porém, como dissemos: um assunto cuja pertinência foi considerada digna de uma breve nota de rodapé e que se referia à vida dos negros, na África.

Embora Basílio não tenha descrito os costumes e hábitos dos elementos negros no Brasil, tal como fez com o elemento indígena, considerou “significativa a influência [que eles exerceram] em todos os setores da nossa evolução”. E, segundo Basílio, isso era perceptível não só na culinária e no folclore (marcado pelo grande número de superstições), como, sobretudo, no povo que se formou a partir da fusão dos três elementos étnicos. O autor cita Augusto Comte para se referir aos negros como a “raça afetiva” e atribuir a eles a “extrema sentimentabilidade do brasileiro” (1946, p. 108). A observação – que parece um misto de análise psicológica e antropológica sobre a etnia que contribuiu para a formação do brasileiro – traz, por uma perspectiva sociológica, a importância que essa personalidade teve para o desenvolvimento da terra recém-descoberta.

A personalidade da “raça afetiva” designava também o comportamento sóbrio e submisso do elemento negro ao mundo do trabalho. Atributos que, somado ao físico robusto, os tornaram “preferidos ordinariamente ao indígena” aos rudes trabalhos agrícolas e da mineração e ao trabalho doméstico. Pelo discurso dominante da época, a percepção dessa afeição ao mundo do trabalho parecia emanar de característica inata ao elemento negro. Essa aptidão do elemento negro demarcava, portanto, a contribuição prática dos negros ao elemento brasileiro.

Não se percebe na narrativa do autor um propósito em criar/divulgar uma teoria com bases científicas sobre o comportamento e a personalidade do terceiro grupo étnico abordado no **História do Brasil**. À primeira vista, a leitura sugere que estamos diante de uma abordagem com certa dose de um determinismo biológico, no entanto, um olhar mais cuidadoso e atento às prescrições do contexto político perceberemos que a pretensão do autor consiste em positivar o elemento negro na história da formação do Brasil e, ao mesmo tempo, não dar condições a uma leitura que mobilize ações que pudessem abalar a unidade da nação.

Essa é uma abordagem típica nos livros escolares daquela época. A positivação do elemento negro, que servia às pretensões político-ideológicas do Estado Novo, não significava considerar nos escritos escolares condição degradante do negro no Brasil nem tampouco, as medidas de resistências que eles tomaram ao longo do passado escravista. No didático em questão, orientado por regras pedagógicas estabelecidas tanto pela CNLD como pelo currículo elaborado pela Reforma Capanema, o autor trata de Palmares com uma notável valorização das campanhas militares empreendidas pelas forças oficiais para pôr fim ao quilombo constituído em 1630.

Nessa narrativa, a história do quilombo de Palmares, que para alguns era símbolo da resistência no Período Colonial, servia como pano de fundo às diversas campanhas militares empreendidas contra a confederação dos negros na Serra da Barriga. Ao invés de Zumbi, o protagonismo do subtópico “Palmares” é dado a Domingos Jorge Velho, responsável pela última campanha militar que pôs fim ao quilombo. Conta-nos Basílio que

Não faltou quem desse aos quilombos, onde os escravos africanos organizaram, pela primeira vez, em nosso país, o seu regime de liberdade, a denominação de “República dos Palmares, ao invés de “reino”, mais consentânea com o título de chefe, “zambi”.

A referida confederação de quilombos (que durou quase tanto quanto o império brasileiro, isto é, 65 anos), chegou a ter talvez mais de 20.000 habitantes. [...] foram realizadas em Pernambuco cerca de 25 infrutíferas expedições, destinadas a pôr termo aquele perigoso reduto.

[...] **Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista, tomou a famosa Tróia Negra** a 14 de maio de 1695, **tendo sido morto o zambi** cerca de seis meses mais tarde e



prolongando-se a captura dos últimos quilombolas até 1697 (1946, p. 108, grifos nosso).

Além de pôr sob suspeita a ideia de república que se construiu a partir da organização social e política do quilombo de Palmares, é interessante ponderar sobre a preocupação do autor em sua construção textual para não justificar as derrotas das forças oficiais nas resistências dos quilombolas. E os trechos grifados na citação acima ajudam a compreender nossa hipótese. Tendo em vista as alterações que passavam as finalidades do ensino secundário brasileiro e a realidade sócio-política – figurada, especialmente, na valorização do nacionalismo e do civismo –, consideramos cuidadoso o uso dos tempos verbais para cada um dos sujeitos mencionados: enquanto Domingos Velho é claramente apresentado como agente da ação, Zumbi, o último líder dos quilombolas, é sujeito paciente no mesmo ato. Considerando a dimensão simbólica, a nosso ver, a não abordagem das diferentes formas de resistências conciliou a narrativa do passado às prescrições do presente, sobretudo no que diz respeito ao incentivo da coesão entre o povo brasileiro.

Entre a submissão e a revolta, Basílio de Magalhães traz em sua narrativa um negro subserviente e dócil ao rude trabalho da escravidão moderna. Uma tragédia moral que foi, em suas palavras, “mais funesta aos brancos do que aos pretos, porquanto estes formaram para os seus descendentes livres, nas plagas endêmicas do Novo Mundo, um berço e uma civilização, como jamais teriam nas míseras cubatas e nos adustos rincões da África” (MAGALHÃES, 1946, p. 108). Daí, tece sua condenação sobre a empresa escravista sem vitimar o elemento negro. Ao contrário, extrai do que seria um sofrimento, um proveito. Refere-se à escravidão negra no Novo Mundo, como um caminho para a inserção do africano no rol da civilidade.

Como vimos no capítulo anterior, Basílio mostrou-se ao longo de sua trajetória, contrário às teorias racialistas que advogavam a uma classificação das raças humanas entre superiores e inferiores. Essa desafeição às tendências deterministas e, por outro lado, a crença na existência de raças atrasadas e adiantadas, o que ficou evidente no *O grande doente da América do Sul*, evidenciava o lugar do pensamento de Basílio de Magalhães sobre a formação da população brasileira. A abordagem dos elementos na escrita escolar era – para além das exigências político-pedagógicas dos anos 30 e 40 – a reprodução daquilo que havia defendido, nas primeiras décadas do século XX, com certa dose de pragmatismo nas abordagens “historiográficas” mais especializadas.

Se a educação era o remédio para a cura do país que em outros tempos estava doente, o livro didático era o instrumento (a bula) para veicular o conhecimento do nosso passado.

Remeter-se à origem atualizava a integração do indivíduo, a partir de seu papel (suas contribuições) à identidade nacional e, nesse processo, o espaço escolar é o lugar privilegiado. O currículo dos anos 30/40 que trouxe, pela leitura de um passado comum, a positivação do elemento negro transformava o elemento mestiço em símbolo da nacionalidade.

Nascido do encontro das águas dos três afluentes (o branco, o índio e o negro), o elemento mestiço, parafraseando Von Martius, formava o grande e caudaloso rio – o povo brasileiro. “A etnia brasileira”, último tópico abordado por Basílio, reforça a complexidade em falar da existência de uma raça pura, visto que os próprios afluentes não eram homogêneos entre si. O autor é bastante sucinto ao falar do elemento brasileiro. Em linhas gerais, atem-se à expansão demográfica do elemento que surge do cruzamento racial ao longo do extenso território nacional e, sem grandes refinamentos, pondera sobre o embranquecimento da população afirmando que

Em consequência a maior robustez física do elemento ariano, da imigração do mesmo, da extinção do tráfico de escravos há quase meio século e da aplicação das leis de hereditariedade ao crescimento demográfico de nosso país, tem sido cada vez maior o embranquecimento do povo brasileiro (MAGALHÃES, 1946, p.112).

Ao fim e ao cabo, repousa sob a escrita escolar de Basílio de Magalhães, no que diz respeito a abordagem sobre a formação do povo brasileiro, o interesse em defender a unidade entre os povos que deram forma – econômica, política e cultural – ao país. O destaque ao que havia de melhor entre os três afluentes faziam supor a inexistência dos conflitos e desigualdades raciais. A cordialidade nas relações inter-raciais e os valores culturais e simbólicos de cada uma delas apresentavam a origem de uma civilização brasileira – mestiça por natureza.

No discurso, a política cultural do Estado Novo mostrava uma saturação do debate condenatório ao mestiço que havia se estabelecido nos anos anteriores, tal como, por exemplo, foi destacado nas letras “e”, “f” e “g” pelo legislador no Decreto que estabeleceu as diretrizes para a publicação dos livros escolares quando da criação da CNLD. Uma proposição que teve Gilberto Freyre, como um dos principais expoentes na defesa de uma visão mais otimista acerca do destino do povo mestiço, no seu *Casa Grande & Senzala* (1933), numa operação de resgatá-los da condenação à degenerescência – embora essa defesa não fosse novidade entre nossos (e para o nosso) intelectuais.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Sobre a formação e mobilização de entidades e “personalidades” negras antes, durante e posterior à Era Vargas ver: FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. *Representações sociais e práticas políticas do movimento negro*

Na prática, ocultavam-se as distâncias sociais que havia entre os grupos étnicos. O discurso que se fundamentava na exaltação da pluralidade cultural enfraquecia as explicações científicas do determinismo biológico e climático que definia a configuração de cada uma das raças. Reinterpretado, o elemento mestiço assumia o lugar de símbolo da brasilidade e marca distinta da nação, ao mesmo tempo em que dissimulava o ideário de branqueamento.

Nessa direção, era no cotidiano escolar, por uma literatura didática regulada direta e simbolicamente, elementos de fortalecimento da unidade nacional por uma perspectiva que ao mesmo tempo em que dava os contornos da identidade nacional, perpetuava, sutilmente, a posição de cada cidadão no mundo do trabalho. Pela análise de Basílio de Magalhães, já se sabia a fórmula da cura do *Grande Doente*, a educação, assim, a orientação do remédio viria pelos livros escolares, a bula do remédio. Bula que trazia informações (indicações) caras de um conhecimento histórico, carregado dos valores que deveriam orientar o futuro da nação, como salientou Abud, tendo como premissa a continuidade histórica do povo brasileiro, que era base do patriotismo. E, assim, a escola enchia os corações quando os seus balbuciavam “o nome ‘Pátria’”.

### 3.4 A capa

Diz um adágio popular que não devemos julgar um livro pela capa, pois incorreríamos no risco de perder uma boa história. Sendo ele certo ou errado, deixamos para falar desse elemento, a capa, quando terminássemos de ler o que Basílio tinha a contar aos jovens escolares – futuros dirigentes da nação.

O primeiro ponto a ser considerado é estilo visual do livro. Como dissemos, essa era a segunda coleção de didáticos de Basílio de Magalhães publicado pela Francisco Alves e estava em conformidade com o Programa de 1942, embora muito de seu conteúdo mostrava-se inalterado, se comparado ao programa anterior, o que poderíamos, com cautela, dizer que houve uma reestruturação textual. A mudança mais sensível e de percepção imediata a qualquer um que tomasse um dos didáticos dessas coleções ocorreu na capa. A saber, as capas dos livros dirigidos ao ensino de História da Civilização (Figura 7), além de manterem a

---

*paulistano*: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937), Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UERJ, 2005; GUIMARÃES, 2009; PEREIRA, 2013; entre outros.

mesma ilustração para as cinco séries ginasiais, esboçavam os diversos aspectos que representariam as matrizes do desenvolvimento cívico e o do progresso econômico ao longo da história da humanidade.

Consideramos que a imagem, cujo autor não é mencionado, propõe uma leitura das heranças deixadas pela civilização greco-romana; dos desdobramentos culturais e religiosos das Cruzadas medievais; e, pelo pequeno esboço que nos remete a Torre Eiffel, símbolo dos avanços tecnológico e industrial que o ferro proporcionou em escala moderna, no século XIX. Claro que essa é uma observação particular, considerando o necessário conhecimento prévio e a mediação que o cotidiano escolar proporciona ao seu público, as interpretações sobre os desdobramentos dessas cenas históricas apresentadas na capa do livro podem ser múltiplas. O que pretendemos considerar é que as ilustrações não são de forma alguma alheias ao conteúdo compreendido. Ela também dirige ao aluno o sentido do ensino da história da civilização: adaptar o indivíduo à vida cívica e econômica, bem como conduzi-lo ao interesse pela cultura de outras nações.

A significativa alteração que a Reforma Capanema fez nos objetivos do currículo escolar para o ensino de História, exigiu dos editores um pouco mais de trabalho nas ilustrações das capas dos livros didáticos. A que estamos chamando de segunda coleção de livros didáticos que Basílio publicou pela Francisco Alves, foi herdada somente a espessa capa dura e sua tendência ilustrada. Com o currículo dividido em História Geral e História, nas quatro séries do ensino secundário, coube aos editores recorrer a outras duas ilustrações, de modo que não só diferissem os novos livros da coleção anterior como, também, salientassem e identificassem a independência entre as disciplinas trazidas pela legislação de 1942. A opção da Livraria Francisco Alves foi a de recorrer a duas gravuras assinadas por Osw. Silva (sic): uma para o livro de **História Geral** (Figura 8) e outra para o de **História do Brasil** (Figura 8) destinados, respectivamente à 1ª e 2ª série e 3ª e 4ª série do curso ginasial. Ademais, as ilustrações em preto e branco era outro aspecto que marcava a diferença entre as coleções.

A mulher que, sentada com papeis numa mão e pincel na outra, parece estar diante de uma tela e colorindo uma paisagem que traz o busto de um faraó e duas pirâmides. Logo acima, o título do livro e a indicação. O conteúdo era o de História Antiga e Medieval, na segunda série eram abordados os períodos Modernos e Contemporâneos, porém, a capa era a mesma. Não encontramos informações sobre o ilustrador das imagens das capas dessas coleções nem mesmo conseguimos identificar seu nome por completo, assinado abaixo de cada imagem. Porém, ao olharmos para essas imagens ficou a seguinte indagação: que

mensagem quisera transmitir aos leitores/usuários daqueles livros? Presumimos que a mulher representava a Clio, a Musa que pintava e cria a história da humanidade a partir de seu berço de origem, a África. Assim, demarcava os traços da cientificidade vinculados às teorias do século XIX – especialmente àquelas formuladas pelo inglês Charles Darwin sobre *A origem das espécies* – que se “opôs” a perspectiva criacionista.

Como dissemos, essa leitura é especulativa e que, visto por outro observador, permite outras interpretações. Especulativa é também a interpretação que fazemos dos livros de **História do Brasil** (Figura 9). Esse reproduz elementos próprios do Brasil sem qualquer vinculação a outras histórias ou a história de outros povos.

A Bandeira Nacional, um dos símbolos caro ao nacionalismo patriótico, estampada em primeiro plano trazia: o vaso em cerâmica trabalhado pelo elemento indígena; a vitória-régia, planta aquática típica da região amazônica e das lendas de nosso folclore; o Morro do Pão de Açúcar, que a essa altura exaltava a beleza da Capital Federal por uma perspectiva aérea; e, sobre ele, a constelação do Cruzeiro do Sul que não apareceu em virtude da bandeira ter sido ilustrada em movimento. A disposição das imagens ilustradas nos didáticos para o ensino de história, de Basílio de Magalhães, reproduzia elementos singulares da nação e sem qualquer vinculação a outras histórias ou a história de outros povos.

Essas ilustrações representavam a arte, o folclore, a geografia e, em certo sentido, a modernidade auxiliava no elogio e amor a pátria. Em outras palavras, as imagens apresentam aspectos originais e comuns de nossa história que contribuíam na construção da nacionalidade. Talvez não seja exagero considerarmos a capa como retrato de nossa história que referenciava as tradições e a unidade, atributos importantes para o estabelecimento de um quadro de pertencimento (que se fortalece no cotidiano escolar, principalmente, e também no meio social de maneira geral, pelas diferentes formas de transmissão desse passado).

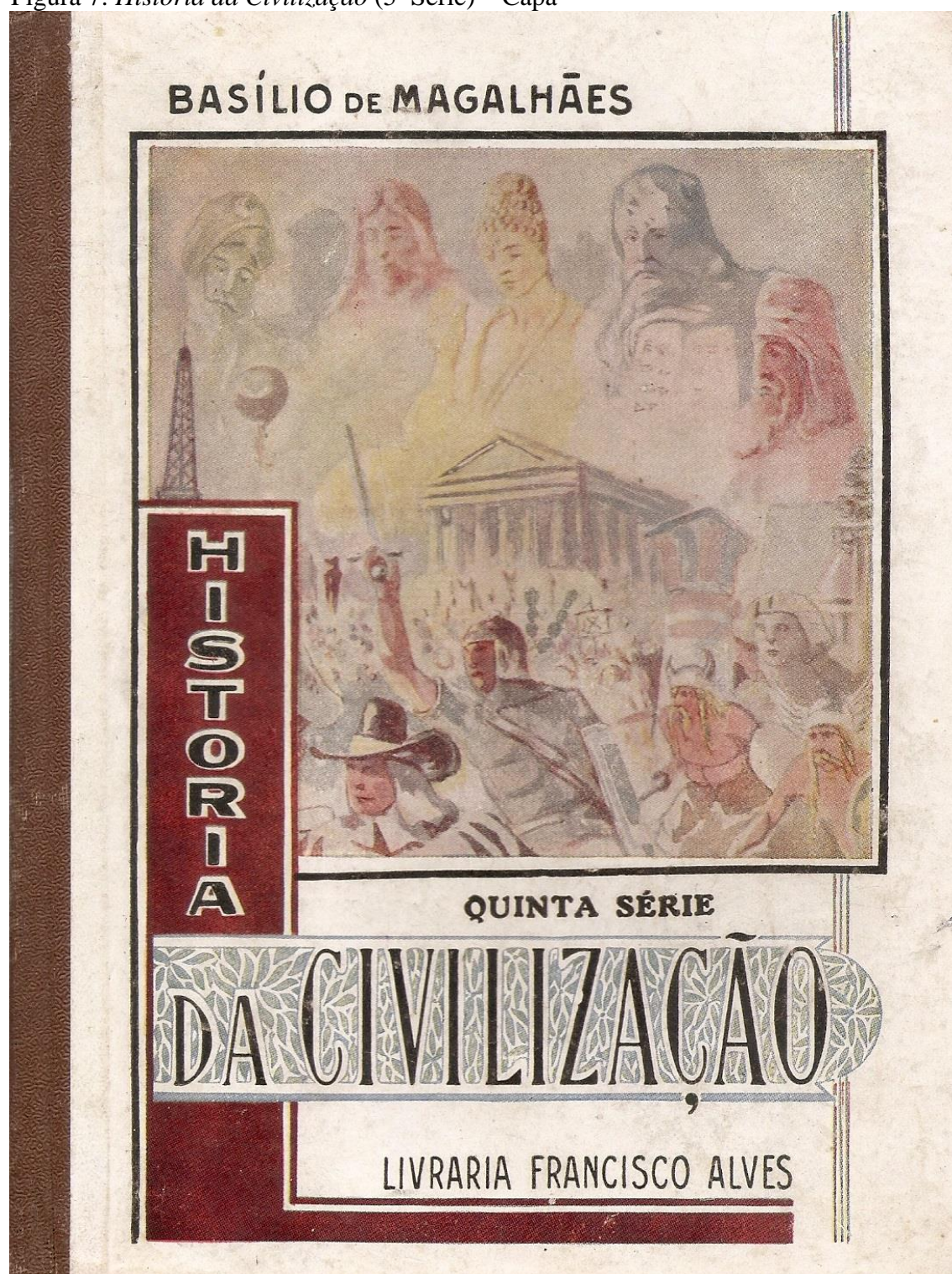
Como pesquisadores cientes dos objetivos que o legislador estabeleceu no currículo escolar nacional, olhamos para a ilustração da capa e, antecipadamente, podemos extrair algumas conclusões e considerar que ela dá visibilidade às finalidades do ensino de História do Brasil: a de auxiliar na construção da identidade nacional. Temos nós uma visão *a posteriori* das políticas culturais que encerrou o tempo dessa publicação. Nem por isso somos “capazes” de julgar o livro pela capa. Essa é uma arriscada operação e uma potencial forma de gerar interpretações simplistas sobre o material, seja ele escolar ou não.

No próprio ato de manuseio de livros, o usuário, ao concluir sua leitura e fechar o impresso que tem em mãos, quase nunca o deixa com a capa virada para baixo (é quase um

ritual). O olhar do leitor volta à capa e a interpretação tirada da ilustração inicialmente pode sofrer alterações. O que queremos destacar é que as imagens impressas no livro, sobretudo na capa, não ocupam um papel de figuração. No caso dos livros didáticos, consideramos que as ilustrações nas capas podem, entre outras coisas, configurar uma estratégia do editor para conquistar um público e que sua escolha não é aleatória. A articulação entre imagem e texto, torna a ilustração da capa um potencial retrato do conteúdo ali escrito por seu autor e o caso dos livros de **História da Civilização** e de **História do Brasil** são, significativamente, representativos.

Por fim, vale informar que essas edições escolares de Basílio de Magalhães tiveram algumas reedições, mesmo quando não mais em conformidade com o programa oficial vigente. Alguns de seus didáticos foram reeditados por cinco vezes, mas sem alterações na disposição gráfica e do conteúdo textual interno, preservando-se ainda as imagens da capa e a qualidade de seu papel. Aliás, a longa permanência de alguns títulos didáticos no mercado editorial era uma característica dessa época, não só pelo fato de seus autores serem personalidades importantes nos círculos intelectuais, o que incentivava as editoras a mantê-los em sua linha de produção, como em decorrência da adaptação que passavam os autores brasileiros, e também as editoras, pela demanda crescente desse ramo que refletia a expansão do ensino após a primeira legislação de abrangência nacional.

Figura 7: *História da Civilização* (5ª Série) – Capa<sup>75</sup>



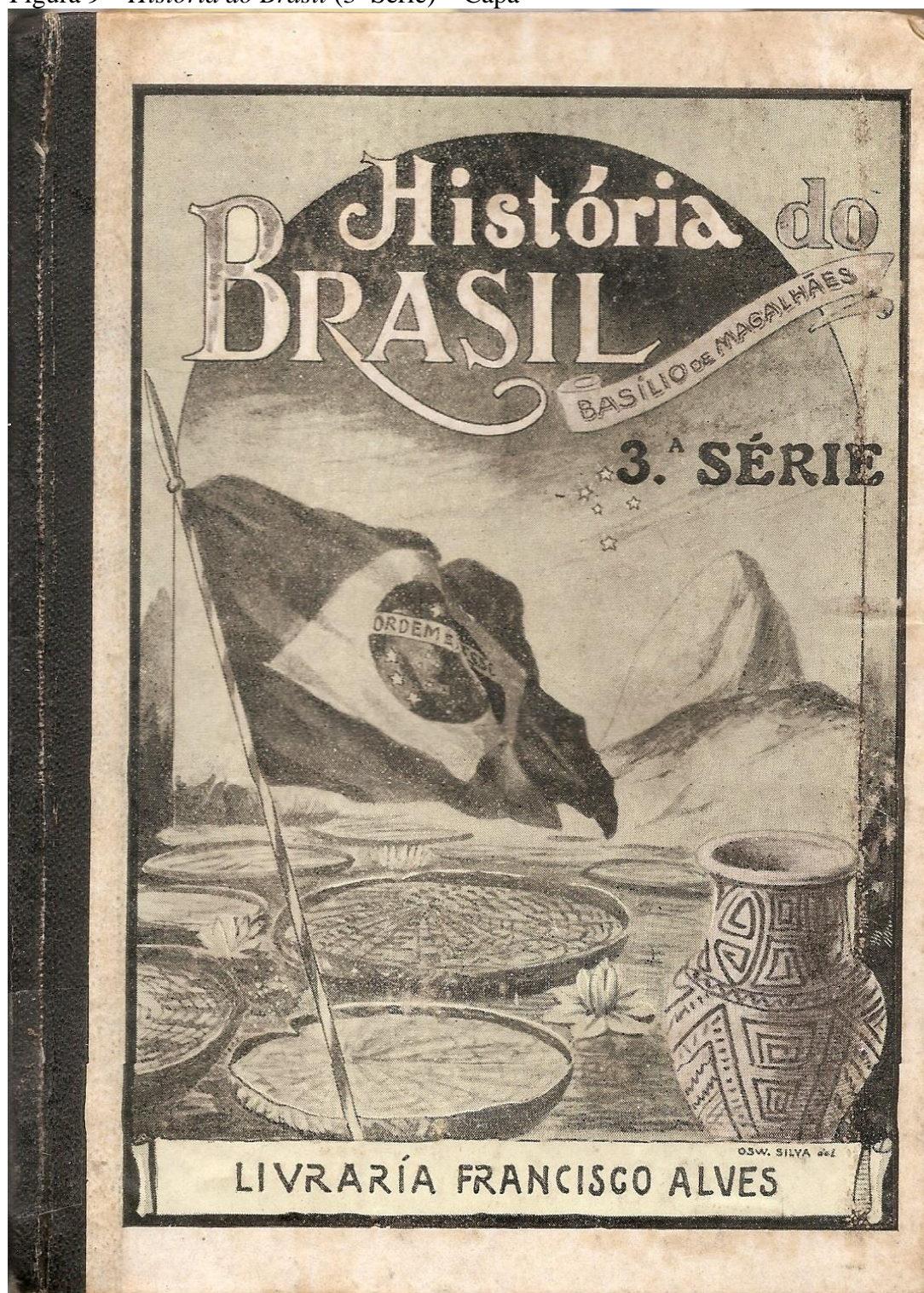
Fonte: MAGALHÃES, 1941.

<sup>75</sup> Selecionamos este exemplar por seu melhor estado de conservação.

Figura 8 – *História Geral* (1ª Série) – Capa

Fonte: MAGALHÃES, 1944.



Figura 9 – *História do Brasil* (3ª Série) – Capa

Fonte: MAGALHÃES, 1946.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos ignorar, numa abordagem histórica, o problema – complexo – da responsabilidade do intelectual, especialmente pela influência exercida? Certamente não. Mas nem por isso devemos perder de vista que, para o historiador, essa questão é forçosamente delicada. De fato, ela corre o risco de levá-lo, se ele não tomar cuidado, a distribuir condenações e aprovações.

*Jean-François Sirinelli, 2003*

Olhar para a vida do outro exige do observador a posse de lentes, talvez, mais eficientes que aquelas que permitem aos cientistas verem os seres mais diminutos. Certamente, isso decorre não pelo tamanho do observado, mas porque, tal como os microorganismos, a vida do outro é como um território que precisa ser explorado em pequenas escalas para que seus espaços sejam compreendidos. Observar a vida intelectual, ou a trajetória de um intelectual, exige que olhemos seu lugar na sociedade, encarando-o como sujeito agente e paciente dessa mesma sociedade. Encarando-o, portanto, como sujeito formador e formado numa dada realidade.

Ao iniciarmos a apresentação desse trabalho, preferimos uma abordagem que apontasse as razões que nos levaram a escolha por Basílio de Magalhães. O esquecimento de sua trajetória, se comparada a outros intelectuais de seu tempo, tornando-o pouco conhecido e abordado na historiografia nacional, que dificultou a primeira pesquisa – quando nem se cogitava a possibilidade da execução desse trabalho –, não foi um fator determinante. A motivação partia, especialmente, da rotulação que o historiador norte-americano, Thomas Skidmore, lhe havia atribuído. Essa motivação colocou-se como uma centelha àquela dificuldade. Certamente, a elaboração dessa dissertação não foi uma tentativa de criar uma defesa ao pensamento de Basílio de Magalhães, tampouco pretendeu levar ao tribunal as apreensões tecidas por Skidmore.

Deste modo, ao analisarmos certos “acontecimentos biográficos” que julgamos significativos na vida de Basílio de Magalhães, o fizemos não com a pretensão de criar uma narrativa biográfica do autor, mas de percorrermos parte de sua trajetória intelectual de modo

que nos fosse possível articular seu pensamento e ideias ao contexto que qual esteve inserido. Contexto que o possibilitou, ou mais que isto, exigiu do autor o estabelecimento de vínculos políticos e intelectuais, inserções em diferentes redes de sociabilidade para que analisasse e tirasse suas conclusões sobre a realidade nacional. Contexto, por si só, complexo. Nele, evidentes crises e disputas de diferentes ordens (sociais, políticas, econômicas e culturais) mostravam, em última análise, aos Homens engajados nestas ordens que estava sendo construída uma nova história do Brasil fundamentada em prescrições republicanas e “modernas”.

Pelos valores republicanos, já há bastante tempo em curso no cenário intelectual, e pela apropriação das teorias científicas produzidas no exterior, parte dos nossos Homens de Ciências, de Letras, do Direito, entre outros, empreenderam esforços para, cada qual em seu campo, fundamentar uma história e uma sociedade que contrastasse com a perspectiva monárquica e católica. Obviamente esse combate a essas perspectivas não era uma regra e as assimilações diversas aumentam ainda mais a complexidade do período. Como se sabe, nem todos republicanos eram contrários ao catolicismo, nem todo católico era monarquista e por aí vai. No mais, as ideias desses Homens ultrapassavam ao restrito círculo a que estavam inseridos. Em alguns casos, e pela força da legitimidade que ganhara de seus pares, essas ideias transformaram-se em referências compartilhadas por um público muito mais amplo, sobretudo quando usada por um projeto político.

Nas primeiras décadas republicanas, marcada fortemente por crise de representações políticas, muitas coisas estiveram em jogo. E, por assim dizer, muitos projetos políticos foram apresentados para dar forma a essa nova história de dupla conotação – isto é: uma nova história que olhasse passado, mas ao mesmo tempo vislumbrasse o futuro de uma nação “moderna”. Neste caso, o olhar para trás implicava numa operação de seleção, ordenamento e divulgação de ocorrências, símbolos e mitos específicos de nossa história que auxiliassem na realização e estabelecimento das demandas e concepções republicanas. E que auxiliassem também na ampliação das formas e meios de conduzir o país ao rol da “modernidade”. E é sempre bom lembrar que dessa operação, desenvolvida por esses diferentes Homens, surgiam múltiplas ações e propostas para chegar a tal finalidade.

No mais, verificam-se transformações profundas na sociedade que estiveram ligados, de modo umbilical, aos diferentes movimentos de “modernização” (da vida política, econômica, social e cultural). E no bojo dessas transformações colocava-se a necessidade de não só conduzir a nação aos preceitos da modernidade, mas construir sua identidade. A

operação de voltar ao passado (selecionando, ordenando e divulgando) e estabelecer as expectativas do futuro é uma fórmula que permitiu ao mesmo tempo sedimentar a ideia de modernidade e propor as raízes da identidade da nação, especialmente para se construir, por exemplo, a ideia de pertencimento. Isso porque a identidade nacional pressupõe a integração de seus indivíduos, a formação seu povo, que se unem por um passado comum, por um mito fundador etc., daí o “forja-se” o sentimento nacional.

É interessante observar, nessa abordagem aligeirada, que a construção do mito, a seleção de um passado comum, a criação das tradições e símbolos, e tantos outros elementos estruturantes da identidade nacional que tende a especificá-la, têm por principais formuladores os intelectuais. Substancialmente esses Homens, que estão ligados direto ou indiretamente à arena política, em seu ofício comprometiam-se com a construção dessa identidade ao abordar questões relativas a ela. Queremos chamar atenção para o importante papel desempenhado pelos intelectuais.

Esses Homens que são por regra sujeitos de um tempo, são também, por ordem de ofício, atores porque refletem, produzem e reproduzem ideias, caracteres, símbolos e valores caros a formação da identidade nacional. Elementos que, tal como o contexto em que são construídos e divulgados, não são estáticos em seus conceitos, são plurais e metamórficos. A etnia, um dos elementos que estruturam a identidade nacional e que teve certa centralidade em nosso texto, é um bom exemplo para aludir essa fluidez nos contornos das reflexões intelectuais. E, entre os diferentes desdobramentos que isso ocasionou, é importante não desprezar a articulação desse movimento de ideias com a elaboração e execução das políticas públicas empreendidas pelo Estado nacional nesse processo de construção identitária. E, nesse processo, o uso da educação, seus espaços e objetos são estratégicos para as duas partes – os Homens e o Estado – na divulgação do novo regime e dos elementos formadores de nossa identidade. Estratégico ainda por se tratar do lugar onde forma o “povo” e, portanto, produz novos cidadãos.

Dessa forma, não queremos retomar o debate sobre o longo processo de construção da identidade nacional, mas sublinhar que seu caráter contínuo e mutável vincula-se e é estimulado pelas constantes transformações fixadas no tempo e no espaço social. O que implica dizer que essas alterações não são estritamente políticas ou intelectuais, mas político-intelectuais e, por sua vez, encorajam as releituras do passado e fomentam lutas entre os projetos que pretenderam construir identidade. Trata-se de uma operação complexa que exige dos observadores do passado, contemplados com a visão *a posteriori*, compreender as

múltiplas inserções e entrosamentos dos atores no campo intelectual e político como uma via de mão dupla. Isso porque se é interessante para os intelectuais, de algum modo, estar ligados ao Estado, igualmente, é necessário que o Estado esteja ligado a eles.

Obviamente, essa relação “utilitária” não deve ser entendida como uma forma que o Estado, ou a instituição no qual integra, tem para subjugar as idéias do intelectual, nem o contrário. Ele tem austeridade em suas análises, mesmo sendo ela formada e alterada constantemente pelas ocorrências do contexto em que vive. Aqui, chegamos à preocupação de Sirinelli e que também é nossa: “podemos ignorar, numa abordagem histórica, o problema – complexo – da responsabilidade do intelectual?” (SIRINELLI, 2003, p. 260). O questionamento traz, imediatamente, uma resposta direta e objetiva que nega essa possibilidade numa operação historiográfica.

Para nós, a interpretação e o pensamento que Basílio de Magalhães desenvolveu em torno da questão racial nos anos 10, embora não fosse uma obra prima, surpreende porque não se limitou a classificar os grupos étnicos entre superiores e inferiores ou, por refutar os modos deterministas, entre atrasados e adiantados. Ao considerar o Brasil um *Grande Doente*, Basílio não só fazia uma radiografia acusando os problemas políticos e sociais do país que considerava atrasado (“doente”), mas oferecia uma possibilidade de cura por meio da educação. Talvez um dos poucos, Basílio recorreu ao estudo desenvolvido por Maria de Montessori e indicava que as fases de escolarização tanto das crianças e como da juventude deveria privilegiar, essencialmente, o ensino prático e não enciclopédico. Para Basílio, fazendo isso, a escola potencializaria o poder criativo nas crianças e nos jovens e daria a eles a formação integral. E isso tinha uma razão de ser.

Dar aos meninos da nação a formação integral era o mesmo que dar-lhes o conhecimento necessário para ter autonomia e competências para vida em sociedade. E dar competências significava dar ao aluno condições de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes para o mundo do trabalho. Basílio falava como professor, como formador de futuros professores e como intelectual republicano preocupado com os rumos da nação. Ao eleger a educação como importante aliado ao progresso do país, adotava em suas concepções e métodos pedagógicos a necessidade da atividade física não só como recurso ao desenvolvimento motor do aluno, mas à vida prática. Tomava de empréstimo o método do movimento do *boy-scoutismo* e considerava que dele tinha-se a vantagem do desenvolvimento de uma “cultura moral” própria para o aperfeiçoamento individual e de defesa da pátria.

Nesta concepção, a educação escolar no desenvolvimento da nação não poderia ser dissociada da vida dos indivíduos e da sociedade. Deste modo, educação e progresso podem ser compreendidos como sinônimos. E mais, se por essa perspectiva, o atraso do país – por exemplo, a falta de solidez do novo regime; a contradição de sermos um país essencialmente agrícola e não termos escolas agrícolas – era justificável no atraso da educação escolar, a cor do elemento vivo da nação não poderia ser responsabilizada.

Sendo assim, submetidos à educação escolar, negros, índios, brancos e mestiços teriam capacidades de conduzir o país na longa marcha da modernidade. Ao recusar as concepções deterministas e defender a existência de raças atrasadas e adiantadas, Basílio apresentava uma postura bastante otimista acerca das questões raciais ao porvir da nação. No entanto, como já mencionamos, colocar o Brasil no rol da modernidade exigira dos intelectuais do novo regime escrever uma história que voltasse ao passado. E na análise da realidade social a percepção do autor foi considerar a contribuição de cada uma das raças na formação do Brasil.

A evolução da condição humana aparece como algo incontestado no pensamento do autor. E isso não dependia de sua raça. No entanto, é na produção de didática que ele dá mais evidência ao lugar de cada etnia na formação do Brasil e de sua identidade. Se n' *O grande doente da América do Sul* o autor tece uma análise que auxiliava a construção de uma história para o futuro, é na escrita escolar que ele volta de fato ao passado. Seguro da prescrição positivista sobre condição humana (atrasado e adiantado), Basílio, como dissemos ao analisar o material, ao narrar o papel de cada elemento étnico não só apresenta uma abordagem positiva de cada um deles – inclusive do mestiço –, como não deixa de estabelecer uma hierarquia entre eles. Neste caso, mesmo que os diferentes elementos étnicos que compuseram a nação se submetessem à educação escolar, sua potencialidade seria executada em papéis definidos conforme sua raça.

Porém, nem por isso Basílio de Magalhães merece enfrentar um tribunal constituído por juristas que não são de seu tempo. Se não foi ele submetido por aqueles que eram testemunhas vivas de suas ideias – o que é uma inverdade –, não cabe a nós analisar sua trajetória (vida e produção) com um olhar condenatório. Compete-nos vê-lo com um agente socioprofissional em seu tempo; conhecer suas inúmeras inserções em redes de sociabilidades; e, a partir daí, pensar sua atuação intelectual em meio a um conjunto de regras e estratégias de legitimação em seu mundo (o campo intelectual). E, por fim, sua atuação num mundo ainda maior (o cenário dos acontecimentos, históricos, políticos e sociais). Por outro

lado, isso também não abre caminhos para conduzir Skidmore ao banco dos réus. E a razão é a mesma.

Basílio de Magalhães, esse intelectual mineiro – portanto, conterrâneo de Tiradentes, como gostava lembrar – construiu sua trajetória com auxílio do seu tempo e com os (H)omens de seu tempo. Professor e catedrático, fez da “docência um sacerdócio”, foi consagrado historiador e estudioso do folclore. Ocupou lugar de proeminência no campo intelectual durante toda a primeira metade do século XX, tempo em que lhe proporcionou sucesso no mercado editorial. Com a idade avançada e faltando-lhe as forças necessárias à vida intelectual, talvez, Basílio houvesse se dado conta que apesar todo esse reconhecimento e sucesso, lhe faltara também o sucesso econômico.

Enfermo, o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, reclamou à Assembléia Legislativa daquele estado uma pensão mensal a Basílio de Magalhães (PAULO FILHO, 1952). Assim, deixa o Rio de Janeiro e retorna para Lambari, Minas, onde faleceu, em 14 de dezembro de 1957, aos 83 anos de idade. Basílio “viveu e morreu pobre” (LINS, 1960), mas preservou o que havia construído em sua prodigiosa trajetória intelectual e que ninguém poderia lhe tirar: o conhecimento e o reconhecimento pelos estudos científicos e atividades que desenvolveu com maestria e espírito patriótico.

Enfim, esse trabalho – apesar das inúmeras lacunas que deixamos em aberto – quis, acima de tudo, trazer um pouco mais de luminosidade a um importante intelectual da historiografia nacional. Sem pretender conduzi-lo a um *pantheon*, vale dizer que sua genialidade e sua forte personalidade intelectual e política mostrou-nos o quão difícil era constituir uma trajetória e percorrê-la tendo legitimidade e reconhecimento de seus pares.

## REFERÊNCIAS

- ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes et al. Na periferia da cidade, à margem dos processos educativos: memória de experiências escolares de moradores do bairro de São Geraldo em São João del-Rei. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 7, p. 213-227, jan/dez. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/1894/1577>>. Acesso em: 18 maio 2015.
- ABUD, Katia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de história no Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. M. F. *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 28-41.
- \_\_\_\_\_. O ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira da História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago. 93.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 188-301.
- BERSTEIN, Serge. "A cultura política." In: RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.
- BITTENCOURT, Circe M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: \_\_\_\_\_. *O saber histórico na sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 69-90.
- \_\_\_\_\_. "Identidades e ensino de história no Brasil". In: CARRETERO, M. et al. (Orgs.). *Ensino de história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 33-52.
- \_\_\_\_\_. Produção didática e programa de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 167-187, 1990.
- BONELLI, Maria da Glória. A trajetória dos delegados de polícia de São Paulo entre a política, a burocracia e o profissionalismo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 26., 2002, São Paulo. *Programas e Resumos*. São Paulo: Anpocs, 2002. v. 1. p. 1-43. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=4471&Itemid=317](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4471&Itemid=317)>. Acesso em: 02 jul. 2015.
- BOTELHO, Andre. Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. In: BOTELHO, Andre; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 118-131.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: 2006. p. 183-191.



BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: da enciclopédia à wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. v. 2.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-58, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071/1210>>. Acesso em: 30 maio 2015.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, Ciro. F. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In: CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2012. p. 1-19

CARVALHO, José Murilo de. O radicalismo político no Segundo Reinado. In: BOTELHO, Andre; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 32-45.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

\_\_\_\_\_. Pátria e nação. In: JORNADA SETECENTISTA, 7., 2007, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2007. p. 13-30.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. "História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte". *Educação e Pesquisa*. São Paulo: v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez., 2004.

\_\_\_\_\_. Políticas dos livros didáticos no mundo: perspectiva comparativa e histórica. *Revista da Educação*, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 9-28, 2008.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Basílio de Magalhães. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 241, p. 241-242, out./dez. 1958.

FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36. 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de história no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 139-161.

FERRETI, Danilo J. Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Elis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 59-78, jan./jun. 2008. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1294/715>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos 1940. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 159-192, jan./abr. 2013.

FONSECA, Thais Nivea de Lima e. Os heróis nacionais para crianças: ensino de história e memória nacional. In: ROCHA, H. et al. (Orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 107-126.

FRANZINI, Fábio. “A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira”. In: NEVES, L. et al. (Org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 261-275.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

\_\_\_\_\_. Homens de letras no magistério: invenção e circulação de saberes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. *Anais eletrônicos...* Aracaju: UFS, 2008. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/113.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2016.

\_\_\_\_\_. O livro didático como referência de cultura histórica. In: ROCHA, H. et al. (Org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 265-279.

GODOI, Lidiany C. de O. A reforma do ensino no Estado de São Paulo: conflitos e disputas (1891-1892). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. *Circuitos e fronteiras da educação no Brasil*. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

\_\_\_\_\_. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M., SOIHET, R.; GONTIJO, R. (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.43-62.

\_\_\_\_\_. *Em família: a correspondência de Oliveira Vianna a Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, jul. 1998. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>>. Acesso em: 11 maio 2015.

GONTIJO, Rebeca. “História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu”. *Revista História*, Franca, v. 24, n. 2. 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: 34, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia M. P. O Brasil de A a Z: o dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 23, 2000, Manaus. **Anais eletrônicos**. Manaus: INTERCOM, 2000. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/9d54b937bb89a1b47a242cd780ae9782.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 18, p. 147-170, 2005a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v9n18/v9n18a07.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. “Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o primeiro congresso internacional de história da América (1922)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 192-212, jan./jul. 2005b.

\_\_\_\_\_. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). *Revista de História*, São Paulo, n. 141, p. 91-100, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/1449>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

\_\_\_\_\_. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, p. 145-170, jul./dez. 2004.

HANSEN, Patrícia. *Feições e fisionomia: a história do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 5-34, jul. 1998.

KASSAR, Mônica de Carvalho M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: 2006. p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184.

LINS, Ivan. Basílio de Magalhães. *Correio Paulistano*, São Paulo, 27 out. 1960.

LUCCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

LUCCA, Tânia Regina de; MIRANDA, Sonia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNL D. *Revista Brasileira da História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. O presente como problema historiográfico na Primeira República em dois manuais escolares. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 81-101, 2013.

MARCOS, Fernando Sánchez. “*Cultura histórica*”. [S.l.: s.n.], [2009]. Disponível em: <[http://culturahistorica.es/sanchez\\_marcos/cultura\\_historica.pdf](http://culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2015.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Ver e conhecer: o uso de imagens na produção do saber histórico escolar. In: ROCHA, H. et al. (Orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 247-262.

MOREIRA, Lílian Cristiane. *Altivo Sette: cultura e tradição de um poeta moderno*. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras)—Departamento de Letras, Artes e Cultura, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set./ago. 1993.

\_\_\_\_\_. O projeto republicano de educação superior e a Universidade de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 3-16, jul./dez. 1983.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: Faperj, 2013.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. Maria Montessori e a educação científica. In: \_\_\_\_\_. *História da educação: de Confúcio a Paulo Freire*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 120-124.

PINTO, Jacqueline das Mercês S. *Basílio de Magalhães: trajetória e estratégia de mobilidade social (1874-1957)*. 2005. 47 f. Monografia (Especialização em História de Minas)–Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2005.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos 1931 a 1945)*. 1992. 183 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, João. O culto da História. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1918.

RÜSEN, Jörn. *¿Qué es la cultura histórica?: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*. Versão em espanhol do texto original em alemão. En *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*, editado por K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen. Keulen: Weimar y Wenen, Böhlau, 1994, 3-26. Tradução de Marcos F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: <<http://www.culturahistorica.es/ruesencastellano.html>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

SANTOS, Beatriz Boclin M. dos. *O currículo da disciplina escolar história no colégio Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais*. 2009. 293 f. Tese (Doutorado em Educação)–Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Gevanilda. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia e política educacional no Império brasileiro. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais eletrônicos...* Uberlândia: UFU, 2006. p. 5370-5379. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/489DermevalSaviani.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016.

SCHIMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro. F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2012. p. 187-205.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, mar. 2011.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalismo no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Weneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TELLES, Edward E. *O significado da raça na sociedade brasileira*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

THALASSA, Ângela. *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna*. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

VALE, Nayara Galeno. *Delgado de Carvalho e o ensino de história: livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1946)*. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

## **FONTES**

*A Pátria Mineira* – São João del-Rei, MG.

*A Razão*, Distrito Federal, RJ.

*Correio da Manhã*, Distrito Federal, RJ.

*Correio Paulistano*, São Paulo, SP.

*Cultura Política*, Distrito Federal, RJ.

*Diário da Manhã*, Vitória, ES.

*Gazeta de Notícias*, Distrito Federal, RJ.

*Gazeta Mineira*, São João del-Rei, MG.

*Jornal do Brasil*, Distrito Federal, RJ.

*Lavoura e Commercio*, São Paulo, SP.

*O Commercio de São Paulo*, São Paulo, SP.

*O Imparcial*, Distrito Federal, RJ.

*O Jornal*, Distrito Federal, RJ.

*O Malho*, Distrito Federal, RJ.

*O Paiz*, Distrito Federal, RJ.

### **Anuários**

ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo. 1907-1908. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C.

\_\_\_\_\_. 1908-1909. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C.

\_\_\_\_\_. 1909-1910. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C.

\_\_\_\_\_. 1910-1911. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C.

### **Leis e Decretos**

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

\_\_\_\_\_. Lei 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. (Ato Adicional)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Sobre a entrada e localização de imigrantes no Brasil.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.518, de 2 de dezembro de 1899. Concede ao Ginásio Nogueira da Gama as vantagens de que goza o Ginásio Nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.914, de 23 de janeiro de 1901. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.928, de 16 de fevereiro de 1901. Concede ao Ginásio de Campinas as vantagens de que goza o Ginásio Nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Lei orgânica do ensino secundário.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893.

\_\_\_\_\_. Lei nº 295, de 19 de julho de 1894. Que altera a Lei nº 169/1893.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 858, de 14 de dezembro de 1900. Que aprova o regulamento dos ginásios do Estado.

\_\_\_\_\_. Lei nº 979, de 23 de dezembro de 1905. Reorganiza o serviço policial do estado de São Paulo.

### **Entrevista**

ANDRADE, Almir. **Almir de Andrade**: depoimento [10 jan. 1981]. Entrevistador: Lúcia Lippi de Oliveira. Rio de Janeiro: FGV, 1985. p. 1-48. Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde a sua criação em 1975.

### **Acervo do IHGB – Impressos e Manuscritos**

ESTATUTO do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1906. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LXX, parte II, 1908.

ATAS das sessões de 1913. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LXXVI, parte II, 1914.

ATAS das sessões de 1914. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LXXVII, parte I, 1916a.

ATAS das sessões de 1914. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 79, parte II, 1916b.

MAGALHÃES, Augusto Franklin Ribeiro de. Basílio de Magalhães. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 315, abr./jun. 1977.

Fundo Max Fleiüss (Correspondências)

Fundo Basílio de Magalhães (Correspondências)

Coleção Wanderley Pinho (Correspondências)

### **Livros e artigos de Basílio de Magalhães**

MAGALHÃES, Basílio de. *Estudos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1940. (Coleção Brasileira).

MAGALHÃES, Basílio de. *O grande doente da América do Sul*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.



MAGALHÃES, Basílio. O Bandeirismo no Brasil. *RIHGB*. Tomo LXXVII. Parte I, 1914. Rio de Janeiro, 1915.

### **Livros Didáticos de Basílio de Magalhães**

MAGALHÃES, Basílio de; FLEIÜSS, Max. *Quadros de história pátria*: para uso das escolas. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

\_\_\_\_\_. *História da civilização*, 5ª Série. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1941.

\_\_\_\_\_. *História geral*: antiga e medieval. 1ª Série. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1944.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*, 3ª Série. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946.



**ANEXO B** – Explicação autobiográfica de Basílio de Magalhães que antecedeu sua conferência sobre “O bandeirismo paulista”, em sessão realizada no IHGSP, em 20 de março de 1914.

Publicação do *Correio Paulistano*, em 21 de março de 1914.

Srs.: Desde anos muito em flor, quando, em geral, nos cérebros ainda em incipiente formação para a grande labuta da existência predomina apenas o vivaz e dispersivo pendor para as dodivanices, peculiares dos que nasceram e se criaram no conforto e na fortuna, – a necessidade, de quem muito bem disse eminente pensador que é “ama de seios magros, porém, que dá aos seus rebentos leite são e fortificante”, arrojou-me ao trabalho antes mesmo de haver atingido ao extremo a segunda idade.

Eu mal havia transposto os 13 anos [1887], quando busquei conciliar os estudos de humanidades com o ganha-pão, e o conhecimento da arte tipográfica abriu-me emprego no primeiro órgão republicano que repontou o berço do meu conterrâneo Tiradentes, “A Pátria Mineira”, onde um pugilo de crianças, das quais é já viajero do Além o nobre espírito de Altivo Sette, e aqui estamos apenas dois, Sertorio de Castro e eu, bebíamos sofregamente as lições de ciências e letras e os altos ensinamentos de civismos que nos ministrava Sebastião Sette, hoje septuagenário, sólida cultura e caráter sem jaça, e condenado pela politicagem nefasta e mesquinha e estrábica ao ostracismo injusto, que ele suaviza num lar feliz, no remando bucólico do tradicional Capão da Traição, o Mattozinhos de agora.

“A República Federal” de Assis Brasil, o primeiro livro político que me caiu em mãos para uma constante e proveitosa leitura e a propaganda dos novos ideais, indefesa e acendradamente realizada por Sebastião Sette, fizeram-me preferir à prometida proteção da herdeira do trono de D. Pedro II, – da qual recebi, com gratidão, que sempre lhe guardo, uma biblioteca de estudos propedêuticos, – o mourejar da cada dia, a árdua conquista do pão material e do pão espiritual, e, simultaneamente, a audaciosa interpresa de combater o grande combate pela radical transformação de nossa Pátria.

A crise auroral de 15 de novembro, – infelizmente não transmudada ainda na perene luz da paz, de serena e inamolgável justiça, e, enfim, de vera e civil democracia, que ajudei a pregar, – achou-me de atalaia, no baluarte da “Pátria Mineira”, como a pequenina sentinela intemorata que servia de avisar, lá do alto do torreão onde cintilava a almenara, quer a aparição do inimigo, quer as alviças da vitória.

Norteou-me a vida, de então para cá, um consciente, um esclarecido, um ardoroso amor pátrio, que não cede o passo a nenhum outro dos meus sentimentos. E, para maior felicidade minha, o restante da formação de meu espírito, – vim fazê-lo aqui, nesta gloriosa Atenas brasileira, onde vivem e rebrilham, na imprensa, nos institutos científicos e literários, nas cátedras das escolas, e ate nas tão requestadas posições da política, os meus mestres, os meus camaradas e os meus discípulos.

Dizia sempre, e sempre escrevia de mim, quando gentilmente me ofertava as produções poéticas, o velho satírico e bondoso padre que foi o Corrêa de Almeida – que eu era um “mineiro *apaulistado*”.

É verdadeiro o acerto, – ousou proclamá-lo alto e bom som.

Sem nunca olvidar o torrão natal, sem nunca perder as afeições que lá me redouraram a infância e me acompanham como um resplendor saudoso e sugestivo, – aqui foi que completei a minha educação social e aqui, força é que eu pronuncie o termo necessário, foi que *yankezei* o meu espírito, plasmado pela febre do progresso de praticidade, de arrojo, de perseverança, que uns restos do sangue dos bandeirantes punha na enfibratura desta gente hospitaleira, fidalga e empreendedora, coadujavada e cada vez mais impelida para diante pelo braço estrangeiro, que trouxe energias novas deste admirável povo paulista.

Passado o prurido das pugnas jornalísticas e dos arroubos poéticos, – apanágio daquela “primavera della vita” de que fala Metastasio, – fui, pela porta larga de um concurso, assentar em Campinas a minha tenda de certame, no ensino público.

Surpreendeu-me lá, Srs., a eleição com que me honraste.

Nunca me fiz lembrado para os cenáculos quaisquer, nunca aspirei a frívolas galas inexpressivas e infecunda; mas também nunca recusei a minha parcela de atividade aos que trabalham seriamente, aos que se votam seriamente ao bem geral.

O Instituto Histórico de São Paulo, fundado pelos homens que mais se dedicaram aqui ao culto das gloriosas e veneradas tradições da terra dos intrépidos pioneiros da nossa civilização, dos triplicadores da área territorial do Brasil, e contendo no seu ilustre grêmio o escol da intelectualidade paulista, bem merece, pela soma opulenta dos serviços já prestados ao estudo da nossa evolução que eu lhe ofereça, no estrito limite da minha capacidade, a exígua contribuição que ora lhe trago e, mais do que ela, o preito da minha profunda admiração e do meu inequívoco reconhecimento.

O autor inglês de interessante obra, vinda a lume, em meados do século findo, com o título *Costumes da Índia*, conta que, no reino de Onde, impunha o soberano, a quem por ele

quisesse ser recebido, lhe apresentasse 500 moedas de ouro a luzirem sobre rendilhado lenço de fina seda.

Maior, por sem dúvida, é o tributo que merece se lhe renda este sodalício por parte dos quem foi galardoada a subida honra de ter o nome inscrito no seu quadro social e de ser aqui escolhido com tanta benevolência e com tanto carinho.

Não é o fulvo mental, Srs., que ostento nas mãos, neste momento, para testemunho do meu apreço para convosco.

E, sim, a história documentada dos que o descobriram nos virgens processos do sertão pátrio e o arrancaram das entranhas fecundas do Brasil que me vai sair dos lábios, como prova do desejo sincero que tenho de colaborar convosco neste augusto ministério de reevocar e engrandecer cada vez mais o culto passado, para que melhor nos guiemos no presente e melhor preparemos o futuro.

Creio que só assim posso corresponder, embora muito aquém do vultuoso penhor a que me obrigastes, à distinção que me fizeste alvo e à afetuosa acolhida que acabais de dar-me no Instituto Histórico de São Paulo, – templo em hora boa erguido pelos descentes dos bandeirantes àquela a que Cícero chamou “luz da verdade, testemunho do tempo e mestra da vida”.

E, ao concluir este rápido agradecimento, devo também consignar que profundamente me sensibilizaram, tanto as palavras bondosas do Sr. Dr. Luiz Piza, como a presença do digno representante do dr. secretário do Interior, como ainda a presença de tão seletto auditório.

ANEXO C – Produção Didática de Basílio de Magalhães (e suas reedições) por ordem cronológica<sup>76</sup>

## 1. Publicações anteriores às reformas educacionais nacional

Título	Nível	Pág.	Editora	Ed.	UF	Ano	Informações adicionais
<b>Lições de História do Brasil</b>		245	Typ. Lithographia Ribeiro	1ª	SP	1895	Em conformidade com o curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo Obra aprovada pelo governo do Estado de SP
<b>Lições de Geografia Geral</b>						1898	Obra aprovada pelo governo do Estado de SP
<b>Quadros de História Pátria</b>	Primário	122	A. J. de Castilho	1ª	RJ	1918	Co-autoria com Max Fleuiss
		153	Imprensa Nacional	2ª	RJ	1919	Ressalta Gasparello que “o livro aparece indicado nos Programas de Ensino da década de 20, o que foge aos padrões até então seguidos desde os tempos de Macedo (1861)” (Cf. 2004, p. 188).

<sup>76</sup> Os quadros das publicações didáticas de Basílio de Magalhães foram elaborados a partir do levantamento feito na plataforma do LIVRES (Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiro) e no fichário da Biblioteca Nacional. Algumas livros carecem de informações.

## 2. Publicações conformadas ao Programa Curricular estabelecido pela Reforma Francisco Campos (1931)

Título	Nível	Pág.	Editora	Ed.	UF	Ano	Informações adicionais
<b>História da Civilização</b>	1ª Série Ginásio	237	Francisco Alves	1ª	RJ	1939	
<b>História da Civilização</b>	2ª Série Ginásio	280	Francisco Alves	1ª	RJ	1940	
				3ª	RJ	1945	
<b>História da Civilização</b>	3ª Série Ginásio	224	Francisco Alves	1ª	RJ	1940	
<b>História da Civilização</b>	4ª Série Ginásio	284	Francisco Alves	1ª	RJ	1941	
<b>História da Civilização</b>	5ª Série Ginásio	334	Francisco Alves	1ª	RJ	1941	
<b>História do Brasil</b>	3ª e 4ª Série Ginásio	246 e 222	Francisco Alves	4ª	RJ	1942	No prefácio do livro que é dividido em duas partes, o autor indica o livro “aos institutos educativos da juventude fardada, assim como a todas as pessoas que sem a mira de ingresso em escolas superiores, desejar conhecer a marcha ascensional” da pátria. Consta no prefácio do didático <b>História do Brasil</b> (3ª série) que o didático foi adotado unanimemente pela congregação do Colégio Militar.

### 3. Publicações conformadas ao Programa Curricular estabelecido pela Reforma Gustavo Capanema (1942)

Título	Nível	Pág.	Editora	Ed.	UF	Ano	Informações adicionais
<b>História Geral</b> Antiga e Medieval	1ª Série Ginasial	196	Francisco Alves	1ª	SP	1943	
				2ª		1944	
<b>História Geral</b> Moderna e Contemporânea	2ª Série Ginasial	242	Francisco Alves		RJ	1943	Inscrições na contracapa, feitas pela aluna à caneta, indicam que o livro foi adotado no Instituto de Educação e usado pelo professor Ary da Mata.
				3ª	RJ	1945	
<b>História do Brasil</b> <sup>77</sup>	3ª Série Ginasial	282	Francisco Alves	1ª	RJ	1943	Ver nota 77.
				4ª	RJ	1946	
				5ª	RJ	1951	
<b>História do Brasil</b>	4ª Série Ginasial		Francisco Alves		RJ	1942	Ver nota 77.
				3ª	RJ	1945	
				4ª	RJ	1949	

<sup>77</sup> Em 1945 a Livraria Francisco Alves publicou o livro *Compêndios de "História do Brasil"*, de Basílio de Magalhães. Trata-se, como consta na própria capa, de uma defesa integral do autor e “ataque total e frontal aos do Sr. Hélio Viana”. Como se nota, o livro era uma resposta, ou melhor, era a demonstração de sua “facit indignatio... verberationemas” (indignação e espancamento) às críticas e reprovações feita por Viana, que na ocasião era conselheiro da CNLD, aos dois livros de **História do Brasil**. Segundo Reznik, a publicação e distribuição aos professores do nível secundário de tal resposta de Basílio constituiu uma estratégia da editora “para tentar recuperar a fatia do mercado perdida para sua maior rival, a Nacional” (1992, p. 107).



**4. Publicações conformadas à Portaria Ministerial nº 724, de julho de 1951.**

<b>Título</b>	<b>Nível</b>	<b>Pág.</b>	<b>Editora</b>	<b>Ed.</b>	<b>UF</b>	<b>Ano</b>	<b>Informações adicionais</b>
<b>História do Brasil</b>	1ª Série Ginásio	184	Francisco Alves	1ª	RJ	1952	
<b>História da América</b>	2ª Série Ginásio	208	Francisco Alves	1ª	RJ	1951	
				2ª	RJ	1953	
<b>Manual de História do Brasil</b>	2ª Série Curso complementar e Científico	262	Francisco Alves	2ª	RJ	1955	Em colaboração com o professor Jayme Coelho.
				3ª	RJ	1958	
<b>Manual de História do Brasil</b>	3ª Série Curso complementar e Científico	108	Francisco Alves	1ª	RJ	1953	Em colaboração com o professor Jayme Coelho.
				2ª	RJ	1957	